

# Índice

## Dados da Empresa

Composição do Capital	1
Proventos em Dinheiro	2

## DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	3
Balanço Patrimonial Passivo	4
Demonstração do Resultado	5
Demonstração do Resultado Abrangente	7
Demonstração do Fluxo de Caixa	8

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	9
DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	10
Demonstração do Valor Adicionado	11

## DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	12
Balanço Patrimonial Passivo	13
Demonstração do Resultado	14
Demonstração do Resultado Abrangente	16
Demonstração do Fluxo de Caixa	17

### Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014	18
DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013	19
Demonstração do Valor Adicionado	20

Comentário do Desempenho	21
Notas Explicativas	32

## Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	119
Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente	120
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras	121
Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes	122

**Dados da Empresa / Composição do Capital**

<b>Número de Ações (Mil)</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2014</b>
<b>Do Capital Integralizado</b>	
Ordinárias	691.553
Preferenciais	341.944
<b>Total</b>	<b>1.033.497</b>
<b>Em Tesouraria</b>	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
<b>Total</b>	<b>0</b>

**Dados da Empresa / Proventos em Dinheiro**

<b>Evento</b>	<b>Aprovação</b>	<b>Provento</b>	<b>Início Pagamento</b>	<b>Espécie de Ação</b>	<b>Classe de Ação</b>	<b>Provento por Ação (Reais / Ação)</b>
Assembléia Geral Ordinária	30/04/2014	Dividendo	28/05/2014	Ordinária		0,02457
Assembléia Geral Ordinária	30/04/2014	Dividendo	28/05/2014	Preferencial		0,02457
Assembléia Geral Ordinária	30/04/2014	Dividendo	28/05/2014	Ordinária		0,37569
Assembléia Geral Ordinária	30/04/2014	Dividendo	28/05/2014	Preferencial		0,37569

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
1	Ativo Total	8.802.251	8.734.063
1.01	Ativo Circulante	1.763.998	1.672.128
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	66.865	70.743
1.01.01.01	Caixa e Bancos	1.153	287
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	65.712	70.456
1.01.03	Contas a Receber	153.493	147.425
1.01.03.01	Clientes	153.493	147.425
1.01.06	Tributos a Recuperar	58.489	60.925
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	58.489	60.925
1.01.06.01.01	Impostos e contribuições sociais	58.489	60.925
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.485.151	1.393.035
1.01.08.03	Outros	1.485.151	1.393.035
1.01.08.03.01	Títulos e valores mobiliários	338.830	308.615
1.01.08.03.02	Ativo financeiro	1.012.259	1.002.265
1.01.08.03.03	Dividendos e JCP a receber	64.752	18.174
1.01.08.03.04	Outras contas a receber	64.630	59.568
1.01.08.03.06	Outros ativos	4.680	4.413
1.02	Ativo Não Circulante	7.038.253	7.061.935
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	4.597.474	4.783.366
1.02.01.03	Contas a Receber	11.775	10.865
1.02.01.03.01	Clientes	11.775	10.865
1.02.01.06	Tributos Diferidos	121.880	102.389
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	121.880	102.389
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	4.463.819	4.670.112
1.02.01.09.03	Títulos e valores mobiliários	17.341	29.683
1.02.01.09.04	Ativo Financeiro	4.407.103	4.617.200
1.02.01.09.05	Outras contas a receber	28.009	11.107
1.02.01.09.06	Depósitos judiciais	11.366	12.122
1.02.02	Investimentos	2.408.144	2.247.739
1.02.02.01	Participações Societárias	2.408.144	2.247.739
1.02.03	Imobilizado	24.119	22.861
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	24.119	22.861
1.02.04	Intangível	8.516	7.969
1.02.04.01	Intangíveis	8.516	7.969

**DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
2	Passivo Total	8.802.251	8.734.063
2.01	Passivo Circulante	882.121	1.053.301
2.01.02	Fornecedores	25.438	32.484
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	25.438	32.484
2.01.03	Obrigações Fiscais	58.333	9.239
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	58.333	9.239
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	58.333	9.239
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	690.556	905.103
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	104.413	422.964
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	1.154	422.964
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	103.259	0
2.01.04.02	Debêntures	586.143	482.139
2.01.05	Outras Obrigações	107.794	106.475
2.01.05.02	Outros	107.794	106.475
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	7	25.395
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	61.184	58.196
2.01.05.02.05	Outras Contas a Pagar	30.393	22.884
2.01.05.02.06	Instrumentos financeiros derivativos	16.210	0
2.02	Passivo Não Circulante	3.811.756	3.375.698
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.547.807	3.100.504
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	388.409	11.615
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	45.432	11.615
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	342.977	0
2.02.01.02	Debêntures	3.159.398	3.088.889
2.02.02	Outras Obrigações	10.174	11.642
2.02.02.02	Outros	10.174	11.642
2.02.02.02.03	Outras Contas a Pagar	10.174	11.642
2.02.03	Tributos Diferidos	252.411	260.561
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	252.411	260.561
2.02.03.01.02	Tributos Diferidos	252.411	260.561
2.02.04	Provisões	1.364	2.991
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.364	2.991
2.03	Patrimônio Líquido	4.108.374	4.305.064
2.03.01	Capital Social Realizado	3.042.035	3.042.035
2.03.02	Reservas de Capital	594.507	594.507
2.03.04	Reservas de Lucros	280.245	668.522
2.03.04.01	Reserva Legal	163.169	163.169
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	117.076	117.076
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	145.689
2.03.04.11	Reserva Especial	0	242.588
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	191.587	0

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	242.492	484.608	219.939	424.719
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-30.153	-57.752	-35.725	-73.838
3.02.01	Pessoal e Administradores	-11.356	-21.771	-6.233	-12.512
3.02.02	Material	-11.830	-21.923	-19.958	-46.973
3.02.03	Serviços de Terceiros	-5.073	-8.068	-7.688	-10.045
3.02.04	Depreciação e Amortização	-171	-343	-171	-331
3.02.05	Outros Custos Operacionais	-1.723	-5.647	-1.675	-3.977
3.03	Resultado Bruto	212.339	426.856	184.214	350.881
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	10.570	34.885	-7.838	12.049
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-17.279	-35.063	-20.057	-38.065
3.04.02.01	Pessoal e Administradores	-10.178	-22.435	-11.736	-22.438
3.04.02.02	Serviços de Terceiros	-4.612	-8.303	-7.175	-10.355
3.04.02.03	Depreciação e Amortização	-177	-392	-256	-524
3.04.02.04	Outras Despesas Gerais e Administrativas	-2.312	-3.933	-890	-4.748
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	27.849	69.948	12.219	50.114
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	222.909	461.741	176.376	362.930
3.06	Resultado Financeiro	-108.411	-217.379	-63.324	-129.064
3.06.01	Receitas Financeiras	16.895	29.911	32.154	69.609
3.06.02	Despesas Financeiras	-125.306	-247.290	-95.478	-198.673
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	114.498	244.362	113.052	233.866
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-34.417	-52.775	-10.649	39.683
3.08.01	Corrente	-36.379	-72.455	-20.971	-44.575
3.08.02	Diferido	1.962	19.680	10.322	84.258
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	80.081	191.587	102.403	273.549
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	80.081	191.587	102.403	273.549
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				
3.99.01.01	ON	0,07749	0,18538	0,09908	0,26468

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013</b>
3.99.01.02	PN	0,07749	0,18538	0,09908	0,26468
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,07749	0,18538	0,09908	0,26468
3.99.02.02	PN	0,07749	0,18538	0,09908	0,26468

**DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013</b>
4.01	Lucro Líquido do Período	80.081	191.587	102.403	273.549
4.03	Resultado Abrangente do Período	80.081	191.587	102.403	273.549

**DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	660.651	420.146
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	96.036	112.525
6.01.01.01	Resultado do Período	191.587	273.549
6.01.01.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	-69.948	-50.114
6.01.01.03	Depreciação e amortização	735	855
6.01.01.04	Juros, variações monetárias e cambiais líquidas e ajuste a valor justo sobre empréstimos e financ.	9.734	6.764
6.01.01.05	Juros e Variações Monetárias sobre Debêntures	221.272	189.576
6.01.01.06	Imposto de Renda e Contribuição Social	52.775	-39.683
6.01.01.07	Provisão (reversão) fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	-1.628	-429
6.01.01.08	Tributos Diferidos	-8.225	-3.959
6.01.01.09	Remuneração do Ativo Financeiro	-317.217	-265.645
6.01.01.10	Provisão para Parcela Variável	741	1.611
6.01.01.11	Instrumentos financeiros derivativos	16.210	0
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	564.615	307.621
6.01.02.01	(Aumento) em Clientes	-7.719	-5.157
6.01.02.02	Redução do Ativo Financeiro	517.320	378.630
6.01.02.03	Redução (aumento) no Saldo de Impostos e Contr. Sociais Ativos Líquidos do Passivo	-900	-22.545
6.01.02.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-20.024	-35.027
6.01.02.07	Aumento no Saldo de Outros Ativos	-21.212	-8.177
6.01.02.08	Redução no Saldo de Fornecedores	-7.047	-2.222
6.01.02.09	Aumento no Saldo de Taxas Regulamentares	2.988	10.527
6.01.02.10	Aumento (redução) no Saldo de Outras Contas a Pagar	6.043	-9.345
6.01.02.11	Dividendos recebidos das controladas em conjunto e coligadas	95.166	937
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	-252.613	-200.063
6.02.01	Redução no saldo de títulos e valores mobiliários	-17.873	1.503.484
6.02.02	Aquisição de coligadas	0	-1.691.415
6.02.03	Caixa oriundo da incorporação de subsidiárias	0	143.278
6.02.04	Adições/Baixas no Imobilizado e Intangível	-2.540	-1.954
6.02.06	Aumento de capital nas controladas	-232.200	-153.456
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-411.916	-279.275
6.03.03	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Principal	-46	-283.956
6.03.04	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Juros	-443	-4.206
6.03.05	Pagamento de debêntures - juros	-46.759	-33.834
6.03.06	Dividendos pagos	-413.666	-359.285
6.03.07	Captação de notas promissórias	0	399.744
6.03.08	Captação de novos empréstimos	484.826	2.262
6.03.09	Pagamento de notas promissórias - principal	-400.000	0
6.03.10	Pagamento de notas promissórias - juros	-35.828	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-3.878	-59.192
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	70.743	123.868
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	66.865	64.676

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	3.042.035	594.507	668.522	0	0	4.305.064
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.042.035	594.507	668.522	0	0	4.305.064
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-388.277	0	0	-388.277
5.04.08	Dividendos Adicionais Aprovados	0	0	-388.277	0	0	-388.277
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	191.587	0	191.587
5.07	Saldos Finais	3.042.035	594.507	280.245	191.587	0	4.108.374

**DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>
5.01	Saldos Iniciais	3.042.035	594.507	460.701	0	0	4.097.243
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.042.035	594.507	460.701	0	0	4.097.243
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-259.642	0	0	-259.642
5.04.08	Aprovação dos dividendos adicionais	0	0	-259.642	0	0	-259.642
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	273.549	0	273.549
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	273.549	0	273.549
5.07	Saldos Finais	3.042.035	594.507	201.059	273.549	0	4.111.150

**DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013</b>
7.01	Receitas	531.999	462.149
7.01.02	Outras Receitas	531.999	462.149
7.01.02.01	Operação e Manutenção	202.257	163.383
7.01.02.02	Construção e Indenização	17.424	41.723
7.01.02.03	Remuneração do Ativo Financeiro	317.217	265.645
7.01.02.04	Parcela Variável e Outras Receitas Operacionais	-4.899	-8.602
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-46.205	-74.941
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-38.294	-67.373
7.02.04	Outros	-7.911	-7.568
7.02.04.01	Despesas Gerais, administrativas e outras	-7.911	-7.568
7.03	Valor Adicionado Bruto	485.794	387.208
7.04	Retenções	-735	-855
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-735	-855
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	485.059	386.353
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	99.859	119.723
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	69.948	50.114
7.06.02	Receitas Financeiras	29.911	69.609
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	584.918	506.076
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	584.918	506.076
7.08.01	Pessoal	37.034	29.489
7.08.01.01	Remuneração Direta	23.727	19.194
7.08.01.02	Benefícios	11.319	8.950
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.988	1.345
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	109.007	4.365
7.08.02.01	Federais	108.704	4.068
7.08.02.02	Estaduais	163	116
7.08.02.03	Municipais	140	181
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	247.290	198.673
7.08.03.01	Juros	231.006	196.340
7.08.03.03	Outras	16.284	2.333
7.08.03.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	16.210	0
7.08.03.03.02	Outras	74	2.333
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	191.587	273.549
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	191.587	273.549

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
1	Ativo Total	8.883.838	9.154.079
1.01	Ativo Circulante	1.856.289	1.788.028
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	75.352	121.140
1.01.01.01	Caixa e Bancos	1.202	7.044
1.01.01.02	Aplicações Financeiras	74.150	114.096
1.01.03	Contas a Receber	163.863	156.844
1.01.03.01	Clientes	163.863	156.844
1.01.06	Tributos a Recuperar	79.864	81.081
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	79.864	81.081
1.01.06.01.01	Impostos e Contribuições Sociais	79.864	81.081
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.537.210	1.428.963
1.01.08.03	Outros	1.537.210	1.428.963
1.01.08.03.01	Títulos e valores mobiliários	370.713	308.615
1.01.08.03.02	Ativo financeiro	1.078.673	1.065.966
1.01.08.03.03	Dividendos e JCP a receber	40.222	12.042
1.01.08.03.04	Instrumentos financeiros derivativos	0	394
1.01.08.03.05	Outras contas a receber	42.883	37.533
1.01.08.03.06	Outros ativos	4.719	4.413
1.02	Ativo Não Circulante	7.027.549	7.366.051
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	5.184.910	5.450.144
1.02.01.03	Contas a Receber	12.472	11.493
1.02.01.03.01	Clientes	12.472	11.493
1.02.01.06	Tributos Diferidos	154.472	135.555
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	154.472	135.555
1.02.01.09	Outros Ativos Não Circulantes	5.017.966	5.303.096
1.02.01.09.03	Títulos e valores mobiliários	18.709	104.371
1.02.01.09.04	Ativo financeiro	4.947.291	5.161.786
1.02.01.09.05	Impostos e contribuições sociais	7.786	12.126
1.02.01.09.06	Outras contas a receber	29.393	11.303
1.02.01.09.07	Depósitos judiciais	14.787	13.510
1.02.02	Investimentos	1.810.004	1.885.077
1.02.02.01	Participações Societárias	1.810.004	1.885.077
1.02.03	Imobilizado	24.119	22.861
1.02.03.01	Imobilizado em Operação	24.119	22.861
1.02.04	Intangível	8.516	7.969
1.02.04.01	Intangíveis	8.516	7.969

**DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 30/06/2014</b>	<b>Exercício Anterior 31/12/2013</b>
2	Passivo Total	8.883.838	9.154.079
2.01	Passivo Circulante	894.663	1.097.570
2.01.02	Fornecedores	30.285	34.012
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	30.285	34.012
2.01.03	Obrigações Fiscais	60.336	10.764
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	60.336	10.764
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	60.336	10.764
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	691.797	942.160
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	105.654	460.021
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	2.396	422.983
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	103.258	37.038
2.01.04.02	Debêntures	586.143	482.139
2.01.05	Outras Obrigações	112.245	110.634
2.01.05.02	Outros	112.245	110.634
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	7	25.395
2.01.05.02.04	Taxas Regulamentares	63.940	60.684
2.01.05.02.06	Outras Contas a Pagar	32.088	24.555
2.01.05.02.07	Instrumentos financeiros derivativos	16.210	0
2.02	Passivo Não Circulante	3.880.801	3.751.445
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.566.155	3.425.203
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	406.757	336.314
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	63.781	29.006
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	342.976	307.308
2.02.01.02	Debêntures	3.159.398	3.088.889
2.02.02	Outras Obrigações	9.509	10.907
2.02.02.02	Outros	9.509	10.907
2.02.02.02.03	Outras Contas a Pagar	9.509	10.907
2.02.03	Tributos Diferidos	303.773	312.344
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	303.773	312.344
2.02.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	1.263	741
2.02.03.01.02	Pis e Cofins diferidos	302.510	311.603
2.02.04	Provisões	1.364	2.991
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	1.364	2.991
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	4.108.374	4.305.064
2.03.01	Capital Social Realizado	3.042.035	3.042.035
2.03.02	Reservas de Capital	594.507	594.507
2.03.04	Reservas de Lucros	280.245	668.522
2.03.04.01	Reserva Legal	163.169	163.169
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	117.076	117.076
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	0	145.689
2.03.04.11	Reserva Especial	0	242.588
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	191.587	0

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013</b>
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	259.725	527.262	263.355	526.623
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-32.106	-69.819	-47.531	-98.548
3.02.01	Pessoal e administradores	-11.357	-21.771	-6.233	-12.694
3.02.02	Material	-13.074	-32.711	-24.536	-55.913
3.02.03	Serviços de terceiros	-5.495	-8.829	-14.209	-24.096
3.02.04	Depreciação e amortização	-172	-343	-171	-331
3.02.05	Outros Custos Operacionais	-2.008	-6.165	-2.382	-5.514
3.03	Resultado Bruto	227.619	457.443	215.824	428.075
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	4.298	11.838	-18.092	-34.534
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-18.023	-36.434	-21.265	-40.221
3.04.02.01	Pessoal e administradores	-10.178	-22.435	-11.737	-22.462
3.04.02.02	Serviços de terceiros	-5.330	-9.222	-8.301	-12.180
3.04.02.03	Depreciação e amortização	-177	-392	-256	-524
3.04.02.04	Outras Receitas (despesas) Operacionais, Liquidas	-2.338	-4.385	-971	-5.055
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	22.321	48.272	3.173	5.687
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	231.917	469.281	197.732	393.541
3.06	Resultado Financeiro	-119.696	-221.958	-91.961	-155.822
3.06.01	Receitas Financeiras	16.196	27.465	41.058	82.733
3.06.02	Despesas Financeiras	-135.892	-249.423	-133.019	-238.555
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	112.221	247.323	105.771	237.719
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-32.140	-55.736	-3.368	35.830
3.08.01	Corrente	-37.346	-74.322	-26.356	-60.124
3.08.02	Diferido	5.206	18.586	22.988	95.954
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	80.081	191.587	102.403	273.549
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	80.081	191.587	102.403	273.549
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	80.081	191.587	102.403	273.549
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				
3.99.01	Lucro Básico por Ação				

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013</b>
3.99.01.01	ON	0,07749	0,18538	0,09908	0,26468
3.99.01.02	PN	0,07749	0,18538	0,09908	0,26468
3.99.02	Lucro Diluído por Ação				
3.99.02.01	ON	0,07749	0,18538	0,09908	0,26468
3.99.02.02	PN	0,07749	0,18538	0,09908	0,26468

**DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Trimestre Atual 01/04/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/04/2013 à 30/06/2013</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013</b>
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	80.081	191.587	102.403	273.549
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	80.081	191.587	102.403	273.549
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	80.081	191.587	102.403	273.549

**DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013</b>
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	693.386	517.537
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	104.989	116.129
6.01.01.01	Resultado do Período	191.587	273.549
6.01.01.02	Resultado de Equivalência Patrimonial	-48.272	-5.687
6.01.01.03	Depreciação e Amortização	735	855
6.01.01.04	Provisão (reversão) fiscais, previdenciárias, trabalhistas e cíveis	-1.628	-429
6.01.01.05	Juros, variações monetárias e cambiais líquidas e ajuste a valor justo sobre empréstimos e financ.	-5.137	45.144
6.01.01.06	Juros e variações monetárias sobre debêntures	221.272	189.576
6.01.01.07	Imposto de Renda e Contribuição Social	55.736	-35.830
6.01.01.08	Tributos diferidos	-9.166	-7.954
6.01.01.09	Remuneração do Ativo Financeiro	-338.226	-340.584
6.01.01.10	Provisão para Parcela Variável	891	1.618
6.01.01.11	Variações cambiais líquidas - depósitos vinculados	4.953	-4.726
6.01.01.12	Instrumentos financeiros derivativos	32.244	597
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	588.397	401.408
6.01.02.01	(Aumento) em clientes	-8.889	-5.733
6.01.02.02	Redução do Ativo Financeiro	540.014	490.870
6.01.02.03	Aumento no Saldo de Impostos e Contrib. Sociais Ativos Líquido do Passivo	2.232	-31.357
6.01.02.06	Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos	-21.425	-36.268
6.01.02.07	Aumento no Saldo de Outros Ativos	-24.364	-6.185
6.01.02.08	Redução do Saldo de Fornecedores	-3.727	-8.713
6.01.02.09	Aumento no Saldo de Taxas Regulamentares	3.256	5.309
6.01.02.10	Aumento (redução) no Saldo de Outras Contas a Pagar	6.134	-7.452
6.01.02.11	Dividendos Recebidos das controladas em conjunto e coligadas	95.166	937
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	16.071	-180.216
6.02.01	Redução (Aumento) no saldo de títulos e valores mobiliários	18.611	1.512.748
6.02.02	Aquisição de coligadas	0	-1.691.415
6.02.03	Adições no Imobilizado e Intangível	-2.540	-1.549
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-755.245	-744.639
6.03.03	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Principal	-323.403	-730.698
6.03.04	Pagamento de Empréstimos e Financiamentos - Juros	-6.563	-22.860
6.03.05	Pagamento de debêntures - juros	-46.759	-33.834
6.03.06	Dividendos pagos	-413.666	-359.285
6.03.07	Captação de Notas Promissórias	0	399.744
6.03.08	Captação de novos empréstimos	487.007	2.294
6.03.09	Pagamento de notas promissórias - principal	-400.000	0
6.03.10	Pagamento de notas promissórias - juros	-35.828	0
6.03.11	Liquidação de instrumentos financeiros derivativos	-16.033	0
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-45.788	-407.318
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	121.140	538.696
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	75.352	131.378

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2014 à 30/06/2014****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	3.042.035	594.507	668.522	0	0	4.305.064	0	4.305.064
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.042.035	594.507	668.522	0	0	4.305.064	0	4.305.064
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-388.277	0	0	-388.277	0	-388.277
5.04.08	Dividendos Adicionais Aprovados	0	0	-388.277	0	0	-388.277	0	-388.277
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	191.587	0	191.587	0	191.587
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	191.587	0	191.587	0	191.587
5.07	Saldos Finais	3.042.035	594.507	280.245	191.587	0	4.108.374	0	4.108.374

**DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/06/2013****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Capital Social Integralizado</b>	<b>Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria</b>	<b>Reservas de Lucro</b>	<b>Lucros ou Prejuízos Acumulados</b>	<b>Outros Resultados Abrangentes</b>	<b>Patrimônio Líquido</b>	<b>Participação dos Não Controladores</b>	<b>Patrimônio Líquido Consolidado</b>
5.01	Saldos Iniciais	3.042.035	594.507	460.701	0	0	4.097.243	0	4.097.243
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	3.042.035	594.507	460.701	0	0	4.097.243	0	4.097.243
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	0	-259.642	0	0	-259.642	0	-259.642
5.04.08	Aprovação dos dividendos adicionais	0	0	-259.642	0	0	-259.642	0	-259.642
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	273.549	0	273.549	0	273.549
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	273.549	0	273.549	0	273.549
5.07	Saldos Finais	3.042.035	594.507	201.059	273.549	0	4.111.150	0	4.111.150

**DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado****(Reais Mil)**

<b>Código da Conta</b>	<b>Descrição da Conta</b>	<b>Acumulado do Atual Exercício 01/01/2014 à 30/06/2014</b>	<b>Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2013 à 30/06/2013</b>
7.01	Receitas	579.713	577.992
7.01.02	Outras Receitas	579.713	577.992
7.01.02.01	Operação e Manutenção	218.545	202.022
7.01.02.02	Construção e Indenização	28.701	50.435
7.01.02.03	Remuneração do Ativo Financeiro	338.226	340.584
7.01.02.04	Parcela Variável e Outras Receitas Operacionais	-5.759	-15.049
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-59.557	-101.422
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-50.761	-92.189
7.02.04	Outros	-8.796	-9.233
7.02.04.01	Despesas Gerais, Administrativas e outras	-8.796	-9.233
7.03	Valor Adicionado Bruto	520.156	476.570
7.04	Retenções	-735	-855
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-735	-855
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	519.421	475.715
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	75.737	88.420
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	48.272	5.687
7.06.02	Receitas Financeiras	27.465	82.733
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	595.158	564.135
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	595.158	564.135
7.08.01	Pessoal	37.035	29.635
7.08.01.01	Remuneração Direta	23.727	19.233
7.08.01.02	Benefícios	11.320	9.044
7.08.01.03	F.G.T.S.	1.988	1.358
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	117.113	22.396
7.08.02.01	Federais	116.750	22.032
7.08.02.02	Estaduais	224	171
7.08.02.03	Municipais	139	193
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	249.423	238.555
7.08.03.01	Juros	216.135	234.720
7.08.03.03	Outras	33.288	3.835
7.08.03.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	16.210	0
7.08.03.03.02	Outros	17.078	3.835
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	191.587	273.549
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	191.587	273.549

## Comentário do Desempenho

### COMENTÁRIO DO DESEMPENHO EM 30 DE JUNHO DE 2014

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

#### Principais acontecimentos até o 2º trimestre de 2014 e eventos subsequentes (nota explicativa nº 30)

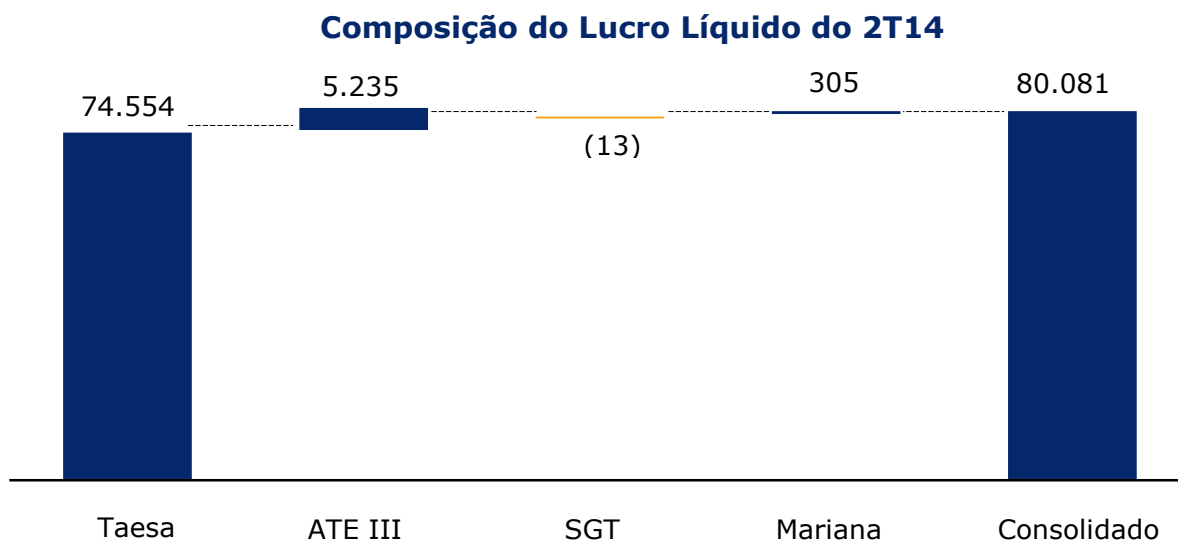
- ✓ Conclusão da construção da Subestação São Gotardo em 19 de março de 2014.
- ✓ Em 7 de abril de 2014 a Companhia assinou dois contratos de empréstimos em USD indexados à LIBOR, com o Citibank NY, realizando ao mesmo tempo um swap dessas dívidas para CDI, com o Citibank Brasil. Este empréstimo teve como objetivo a liquidação antecipada da 6ª Emissão de Notas Promissórias da Companhia.
- ✓ Pagamento antecipado do empréstimo com o BID na "ATE III". A liquidação ocorreu no dia 15 de maio de 2014 no montante de R\$329.245. Paralelamente a esta operação, foram liquidados os derivativos atrelados a este empréstimo no valor de R\$16.034.
- ✓ Em 13 de junho de 2014, a Assembleia Geral Extraordinária da ERTE deliberou o aumento do capital social da companhia em R\$35.000 pela nova acionista, a EATE, passando a participar com 29,16% no capital total da empresa. Considerando que a Taesa possui uma participação de 49,98% na EATE, a participação direta e indireta da Taesa na ERTE continuou 49,99%.
- ✓ Celebração de contrato de O&M entre a São Gotardo e a CEMIG GT em 10 de julho de 2014 (vide nota explicativa nº 30).

## Comentário do Desempenho

### 1. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO CONSOLIDADO NO 2º TRIMESTRE DE 2014

#### 1.1 Lucro líquido

A Taesa apresentou, no segundo trimestre de 2014, um resultado consolidado de R\$80.081, apresentando uma redução de 21,8% em relação ao resultado de R\$102.403 alcançado no mesmo período em 2013.



Nos itens a seguir apresentaremos as principais variações e suas respectivas influências no lucro líquido do 2T14.

#### 1.2 Detalhamento das Receitas

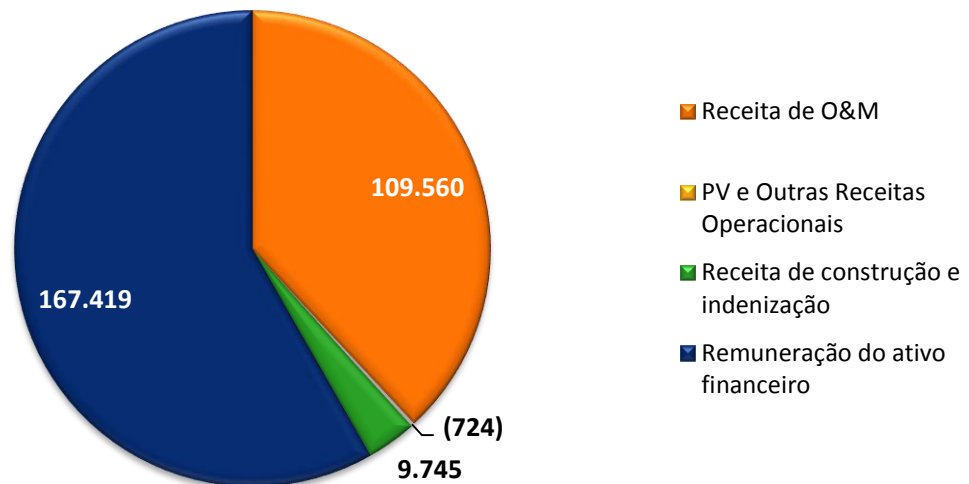
No segundo trimestre de 2014, a Taesa alcançou uma Receita operacional bruta de R\$286.000, apresentando uma redução de 1% em relação ao mesmo período em 2013.

ROB	2T14	2T13	Var.	Var.%
Consolidado	286.000	288.797	(2.797)	-1,0%

As receitas da Taesa estão concentradas nas Receitas de O&M, Remuneração do ativo financeiro, Receita de construção e indenização, e Outras receitas. Abaixo a abertura de cada uma das receitas:

## Comentário do Desempenho

### Composição das receitas do 2T14

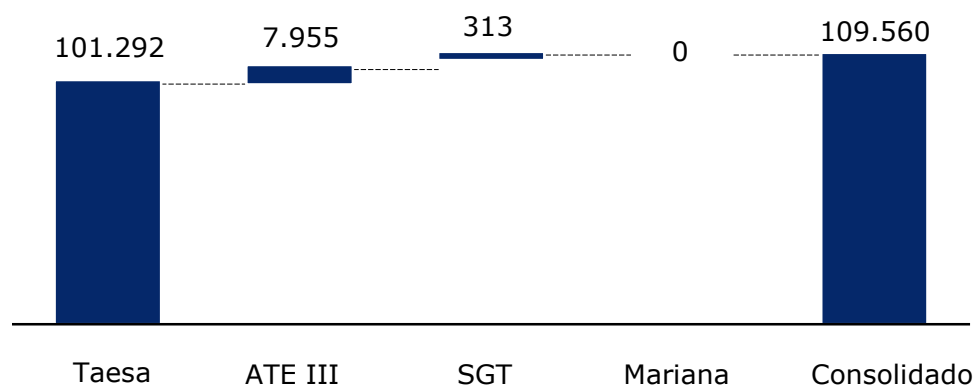


#### 1.2.1 Receita de O&M

A receita de O&M é anualmente ajustada pela inflação (IGP-M ou IPCA), da mesma forma que a RAP.

Receita de O&M	2T14	2T13	Var.	Var. %
Consolidado	109.560	101.030	8.530	8,4%

#### Composição da Receita de O&M do 2T14



- Conclusão da subestação da São Gotardo;
- Conclusão de reforços na concessão TSN (vide nota explicativa nº 7); e

## Comentário do Desempenho

- Reajuste anual pela inflação (IGP-M: 6,22% e IPCA: 6,50% - conforme Resolução Homologatória N° 1.559 de 27 de junho de 2013, que estabeleceu as receitas anuais permitidas – RAPs, reajustadas para o Ciclo 2013/2014, praticadas a partir de 01.07.2013).

### 1.2.2 Remuneração do Ativo Financeiro, Receita de Construção e Indenização

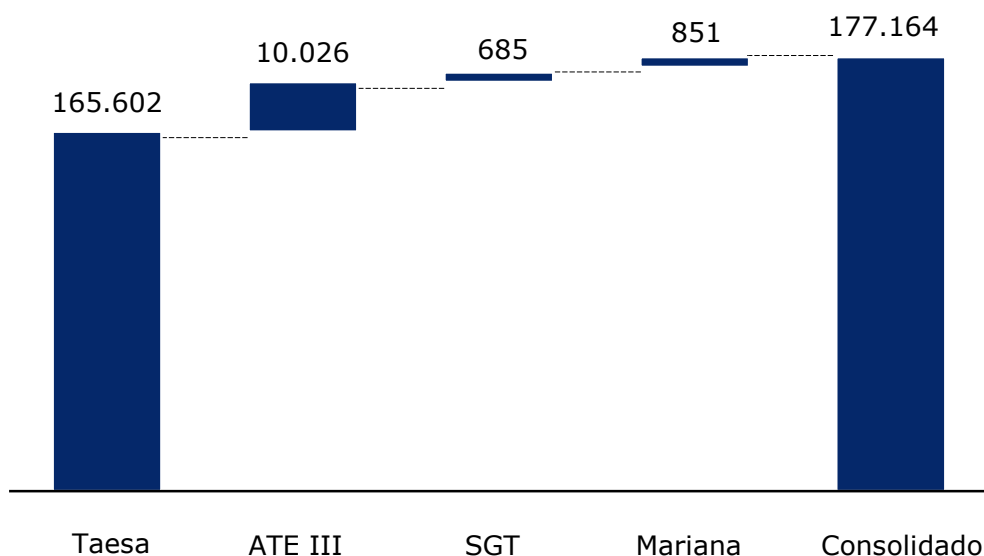
A Remuneração do ativo financeiro é a taxa de retorno do ativo financeiro multiplicada pelo saldo do ativo financeiro. A Receita de construção equivale ao valor investido na construção de um ativo acrescido de margem, conforme aplicável.

Receita	2T14	2T13	Var.	Var.%
Receita de construção e indenização	9.745	22.237	(12.492)	-56,2%
Remuneração do ativo financeiro	167.419	171.362	(3.943)	-2,3%
<b>Consolidado</b>	<b>177.164</b>	<b>193.599</b>	<b>(16.435)</b>	<b>-8,5%</b>

No segundo trimestre de 2014 a receita de construção e Indenização da Taesa consolidada somou R\$9.745, apresentando uma redução de 56,2% em relação ao mesmo período em 2013.

No segundo trimestre de 2014, a Taesa alcançou uma Remuneração do ativo financeiro consolidado de R\$167.419, apresentando uma redução de 2,3% em relação ao mesmo período em 2013.

#### Composição das receitas de remuneração do ativo financeiro, construção e indenização no 2T14



## Comentário do Desempenho

- Conclusão da construção da subestação da São Gotardo;
- Conclusão dos reforços na concessão TSN reduziu R\$12.866 (vide nota explicativa nº 7); e
- Processo de construção das infraestruturas da concessão Mariana.

### 1.2.3 PV e outras receitas operacionais

Refere-se às provisões de parcela variável e às outras receitas que são oriundas de prestação de serviços de Back-office com suas controladas em conjunto, ETAU e BRASNORTE.

<b>Pv e outras Receitas operacionais</b>	<b>2T14</b>	<b>2T13</b>	<b>Var.</b>	<b>Var.%</b>
<b>Consolidado</b>	<b>(724)</b>	<b>(5.832)</b>	<b>5.108</b>	<b>-87,6%</b>

### 1.3 Deduções sobre a Receita Operacional Bruta

No segundo trimestre de 2014, as deduções à Receita operacional foram de R\$26.275, apresentando um aumento de 3,3% sobre o mesmo período em 2013. As principais variações nas deduções à Receita operacional bruta estão descritas abaixo:

#### 1.3.1 PIS e COFINS

O PIS e COFINS são calculados com a aplicação de percentuais sobre o Faturamento. No segundo trimestre de 2014, a Taesa contabilizou uma despesa de R\$13.101, apresentando um aumento de 6% sobre o mesmo período em 2013.

<b>PIS e COFINS</b>	<b>2T14</b>	<b>2T13</b>	<b>Var.</b>	<b>Var.%</b>
<b>Consolidado</b>	<b>(13.101)</b>	<b>(12.354)</b>	<b>(747)</b>	<b>6,0%</b>

#### 1.3.2 Quota para RGR e P&D

Trata-se de encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, sendo destinados a incentivos com Pesquisa e Desenvolvimento (P&D) e a constituição de Reserva Global de Reversão dos serviços públicos (RGR). No segundo trimestre de 2014, a Taesa contabilizou uma despesa de R\$13.162, apresentando um aumento de 0,6% sobre o mesmo período em 2013.

<b>RGR e P&amp;D</b>	<b>2T14</b>	<b>2T13</b>	<b>Var.</b>	<b>Var.%</b>
<b>Consolidado</b>	<b>(13.162)</b>	<b>(13.077)</b>	<b>(85)</b>	<b>0,6%</b>

## Comentário do Desempenho

### Variações

Com exceção da RGR, cujo valor é definido pela ANEEL, os demais impostos e encargos são calculados através da aplicação de alíquotas sobre o Faturamento ou Receita operacional líquida. Sendo assim, suas variações decorrem da evolução da Receita.

### Receita Operacional Líquida

Considerando todas as deduções da Receita operacional bruta, no segundo trimestre de 2014, a Taesa registrou uma Receita operacional líquida no valor de R\$259.725, apresentando uma redução de 1,4% em relação ao mesmo período em 2013.

ROL	2T14	2T13	Var.	Var.%
<b>Consolidado</b>	<b>259.725</b>	<b>263.355</b>	<b>(3.630)</b>	<b>-1,4%</b>

A variação é justificada pelas explicações anteriormente citadas para as receitas e para as deduções da receita.

### 1.4 Custos e Despesas (excluindo Resultado Financeiro)

No segundo trimestre de 2014, a Taesa registrou R\$50.129 de Custos e Despesas operacionais, apresentando uma diminuição de 27,1% em relação ao mesmo período de 2013.

Custos, Desp. Operacionais	2T14	2T13	Var.	Var.%
Pessoal e Administradores	(21.535)	(17.970)	(3.565)	19,8%
Material	(13.074)	(24.536)	11.462	-46,7%
Serviços de Terceiros	(10.825)	(22.510)	11.685	-51,9%
Outros	(4.346)	(3.353)	(993)	29,6%
<b>Total</b>	<b>(49.780)</b>	<b>(68.369)</b>	<b>18.589</b>	<b>-27,2%</b>
Dep/Amort	(349)	(427)	78	-18,3%
<b>Total</b>	<b>(50.129)</b>	<b>(68.796)</b>	<b>18.667</b>	<b>-27,1%</b>

Abaixo principais eventos que impactaram os custos e despesas no 2T14:

#### 1.4.1 Pessoal e Administradores

Os impactos decorrem da atualização das despesas de pessoal pela inflação (reajuste anual), da reorganização societária da Taesa e do recrutamento de pessoal para operar as concessões STE, ATE, ATE II e ATE III, ocasião em que terminou o contrato com a Omega Operação e Manutenção de Linhas de Transmissão (vide nota explicativa nº 27).

## Comentário do Desempenho

### 1.4.2 Material

A redução do saldo do grupo foi influenciada pela conclusão de reforços na concessão TSN e pela conclusão da subestação da São Gotardo (vide nota explicativa nº 7).

### 1.4.3 Serviço de Terceiros

Os impactos decorrem basicamente da otimização dos custos com serviços de terceiros das concessões STE, ATE (incorporadas a Taesa em 31 de janeiro de 2013), ATE II (incorporada a Taesa em 30 de junho de 2013) e ATE III. Tal otimização iniciou-se quando a Taesa passou a operar as concessões supracitadas em 16 de setembro de 2013, ocasião em que terminou o contrato com a Omega Operação e Manutenção de Linhas de Transmissão (vide nota explicativa nº 27).

### 1.4.4 Outros

A variação decorreu basicamente pelas doações e patrocínios, taxas e contribuições federais, reversão de provisões referentes a processos tributários e outras receitas não operacionais no segundo trimestre de 2014.

## 1.5 Resultado de Equivalência Patrimonial

No segundo trimestre de 2014 o resultado de equivalência patrimonial é composto pelas as controladas em conjunto ETAU e Brasnorte, e pelas coligadas do Grupo TBE.

<b>Resultado de Equiv. Patrimonial</b>	<b>2T14</b>	<b>2T13</b>	<b>Var.</b>	<b>Var.%</b>
ETAU	1.451	1.159	293	25,3%
BRASNORTE	656	(5.156)	5.812	-112,7%
Grupo TBE	20.214	7.170	13.043	100,0%
<b>Total</b>	<b>22.321</b>	<b>3.173</b>	<b>19.148</b>	<b>603,5%</b>

- A TBE foi adquirida em 31 de maio de 2013, portanto, no segundo trimestre de 2013, somente o resultado do mês de junho foi considerado no resultado de equivalência patrimonial da Taesa (no segundo trimestre de 2014 foram considerados os resultados dos meses abril, maio e junho);
- O resultado da Brasnorte foi influenciado, basicamente, pela revisão tarifária prevista em contrato de concessão, conforme resolução homologatória da ANEEL publicada no segundo trimestre de 2013. A referida revisão tarifária impactou a Receita Anual Permitida da Companhia para os períodos subsequentes de forma negativa.

## Comentário do Desempenho

### 1.6 Resultado Financeiro

No segundo trimestre de 2014, a Taesa registrou, como resultado financeiro, R\$119.696 de despesa financeira líquida, apresentando um aumento na despesa financeira líquida de 30,2% em relação ao mesmo período em 2013.

<b>Resultado Financeiro</b>	<b>2T14</b>	<b>2T13</b>	<b>Var.</b>	<b>Var. %</b>
<b>Receitas Financeiras</b>				
Renda de aplicação financeira	18.198	35.212	(17.014)	-48,3%
Variações cambiais – depósitos vinculados	(2.002)	5.846	(7.848)	-134,2%
<b>Total das receitas financeiras</b>	<b>16.196</b>	<b>41.058</b>	<b>(24.862)</b>	<b>-60,6%</b>
<b>Despesas Financeiras</b>				
Juros e variações monetárias e cambiais líquidas:				
- Empréstimos e financiamentos	7.329	(41.008)	48.337	-117,9%
- Debêntures	(109.704)	(90.383)	(19.321)	21,4%
- Ganho/(perda) instrumentos financeiros derivativos	(32.244)	-	(32.244)	100,0%
Outras Despesas Financeiras	(1.273)	(1.628)	355	-21,8%
<b>Total das despesas financeiras</b>	<b>(135.892)</b>	<b>(133.019)</b>	<b>(2.873)</b>	<b>2,2%</b>
<b>Total</b>	<b>(119.696)</b>	<b>(91.961)</b>	<b>(27.735)</b>	<b>30,2%</b>

Abaixo os principais eventos que impactaram o resultado financeiro do 2T14:

#### 1.6.1 Renda de aplicação financeira

Os recursos aplicados no segundo trimestre de 2014 são menores em relação aos recursos aplicados no segundo trimestre de 2013.

#### 1.6.2 Variações cambiais – depósitos vinculados

No segundo trimestre de 2014 o dólar apresentou uma desvalorização de 3%, enquanto no segundo trimestre de 2013 o dólar apresentou uma valorização de 10%.

Vale ressaltar que em maio de 2014 foi liquidado o empréstimo da ATE III junto ao BID. As contas-reserva e aplicações financeiras vinculadas ao contrato de financiamento foram liberadas e resgatadas pelo Grupo.

#### 1.6.3 Empréstimos e financiamentos

##### Encargos de dívidas

No segundo trimestre de 2014 realizou-se a contratação referente ao empréstimo com o Citibank, para liquidação antecipada da 6ª emissão das notas promissórias (vide nota explicativa nº 15).

## Comentário do Desempenho

### Variações cambiais - empréstimos

No segundo trimestre de 2014 o dólar apresentou uma desvalorização de 3%, enquanto no segundo trimestre de 2013 o dólar apresentou uma valorização de 10%.

Vale ressaltar que em maio de 2014 foi liquidado o empréstimo junto ao BID.

#### 1.6.4 Debêntures

No 2T14 houve um aumento dos encargos de dívidas e nas variações monetárias das debêntures, onde os encargos foram influenciados principalmente pela elevação do CDI e as variações monetárias foram influenciadas principalmente pela incidência do IPCA sobre um saldo devedor maior em 2014.

#### 1.6.5 Ganho/(perda) instrumentos financeiros derivativos

No segundo trimestre de 2014 realizou-se a contratação referente ao empréstimo com o Citibank em USD indexados à LIBOR, com o Citibank NY, realizando ao mesmo tempo um swap dessas dívidas para CDI, com o Citibank Brasil (vide nota explicativa nº 15).

Realizou-se, também, a liquidação do swap feito pelo BID para “pre-fixar” parte do empréstimo da ATE III e a celebração de um contrato de hedge na modalidade NDF (Non Deliverable Forward) para fixação do dólar no processo de liquidação do empréstimo junto ao BID (vide nota explicativa nº 15).

#### 1.6.6 Outras despesas financeiras

A variação deve-se basicamente a atualização do saldo negativo de IRPJ na Taesa; atualização de mercado do swap e despesa com IOF na ATE III.

## Comentário do Desempenho

### 1.7 Impostos

No segundo trimestre de 2014 a Taesa apurou uma despesa de R\$32.140 referente a Imposto de renda e contribuição social, apresentando um aumento na despesa de 854,3% em relação ao mesmo período em 2013. O fator mais relevante foi a diminuição do valor de incentivo fiscal de redução do IRPJ das concessões TSN e Novatrans em 31 de dezembro de 2013 e o efeito tributário no processo de reestruturação na incorporação da ATE II, em junho de 2013, que acarretou um ganho de R\$7.490 no segundo trimestre de 2013.

Segue abaixo a conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas com os principais itens que impactaram a alíquota efetiva da Companhia neste trimestre.

CONSOLIDADO	01/04/2014 a 30/06/2014	01/04/2013 a 30/06/2013
Lucro das operações continuadas antes dos impostos	112.221	105.771
Despesa de IRPJ e CSLL calculada à alíquota de 34%	(38.155)	(35.962)
Equivalência patrimonial	7.589	1.079
Incentivo fiscal - IRPJ - SUDAM/SUDENE	5.250	19.811
Incentivo fiscal - IRPJ - Lei Rouanet e Atividades	397	708
Audiovisuais		
Efeito tributário no processo de reestruturação	-	7.490
Outros	(7.221)	3.506
<b>Despesa de IRPJ e CSLL reconhecida no resultado (operações continuadas)</b>	<b>(32.140)</b>	<b>(3.368)</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	<b>29%</b>	<b>3%</b>

### 1.8 Relacionamento com os Auditores Independentes

Em atendimento à instrução CVM nº 381/2003, informamos que a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes ("Deloitte") presta serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras para a Companhia, suas controladas e controladas em conjunto desde 2012. A Companhia contratou a Deloitte para prestação de serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras por 03 (três) anos consecutivos, reajustados pelo IGP-M. Em 2013 a remuneração da Deloitte referente aos serviços de auditoria independente das demonstrações financeiras foi de R\$1.242 mil.

## Comentário do Desempenho

Em 2013 a Companhia também contratou a Deloitte para a prestação de outros serviços relacionados à auditoria independente no montante total de R\$640 mil, que se referiram basicamente a: (i) elaboração de laudo de acervo líquido contábil referente à incorporação de subsidiária, (ii) emissão de demonstrações financeiras societárias e regulatórias referente as subsidiárias incorporadas (PAC de Incorporação), (iii) emissão de relatório de asseguração sobre cláusulas restritivas de dívidas (Covenants) e (iv) revisão trimestral dos cálculos decorrente da aplicação do ICPC 01.

Ainda em 2013 a Companhia contratou da KPMG Auditores Independentes, pelo valor de R\$72, para a auditoria dos balanços patrimoniais em 1º de janeiro de 2012 (derivados das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2011), que foram ajustados em decorrência dos novos pronunciamentos contábeis que entraram em vigor a partir de 1º de janeiro de 2013.

As políticas da TAESA na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa junto aos seus auditores independentes visam assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade e se substanciam nos princípios que preservam a independência do auditor.

Durante o trimestre findo em 30 de junho de 2014, nossos auditores independentes não prestaram serviços não relacionados à auditoria.

### CVM - BM&FBOVESPA

A Companhia está vinculada a arbitragem na Câmara de Arbitragem do mercado conforme cláusula compromissória constante do seu estatuto social.

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Apresentamos as notas explicativas que integram o conjunto das informações contábeis intermediárias da Companhia, distribuídas da seguinte forma:

1. INFORMAÇÕES GERAIS
2. AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS
3. BASE DE PREPARAÇÃO
4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS
5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA
6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS
7. CLIENTES E ATIVO FINANCEIRO
8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS
9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES DIFERIDOS
10. TRIBUTOS DIFERIDOS
11. DEPÓSITOS JUDICIAIS
12. INVESTIMENTOS (EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS)
13. OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR
14. PARTES RELACIONADAS
15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS
16. DEBÊNTURES
17. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, FISCAIS E CÍVEIS
18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL
19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO
20. DIVIDENDOS A RECEBER E A PAGAR
21. COBERTURA DE SEGUROS
22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS
23. RESULTADO POR AÇÃO
24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA
25. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS
26. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA
27. COMPROMISSOS ASSUMIDOS
28. OUTRAS INFORMAÇÕES
29. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA
30. EVENTOS SUBSEQUENTES

## Notas Explicativas



### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE JUNHO DE 2014 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

#### **1. INFORMAÇÕES GERAIS**

A Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Taesa" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, domiciliada no Brasil, com sede na Praça XV de Novembro, 20, salas 601 e 602, Centro - Rio de Janeiro - RJ.

A Companhia tem como objeto social:

- Operar e explorar a concessão de serviço público de transmissão de energia elétrica para implantação, operação e manutenção das linhas de transmissão pertencentes à rede básica do Sistema Interligado Nacional - SIN.
- Realizar outras atividades relacionadas ao setor de transmissão de energia elétrica, tais como: (a) estudos e atividades de planejamento; (b) análises químicas de materiais e equipamentos; (c) serviços de engenharia básica e detalhada, processo de procura e compra, execução de construções e comissionamento; (d) aluguel, empréstimo ou cessão onerosa de equipamentos, infraestrutura e instalações; e (e) suporte técnico.
- Praticar quaisquer outras atividades que permitam melhor utilização e valorização de redes, estruturas, recursos e competências agregados.
- Operar tanto no Brasil quanto no exterior, isoladamente ou em parceria com outras sociedades.
- Participar em outras sociedades, nacionais ou estrangeiras, que atuem no setor de transmissão de energia elétrica, na qualidade de sócia, acionista ou cotista.
- Implementar projeto associado à concessão de serviço público que estiver explorando, notadamente a prestação de serviços de telecomunicações, transmissão de dados, operação e manutenção de instalação de outras concessionárias.

Controladores diretos - em 30 de junho de 2014, a Companhia tinha como controladores a Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG e o Fundo de Investimento em Participações Coliseu ("FIP Coliseu").

Transferência das ações da Taesa da Cemig GT para a CEMIG - em 24 de outubro de 2013, as Assembleias Gerais de Debenturistas da Cemig Geração e Transmissão S.A. ("Cemig GT"), referentes às emissões descritas a seguir, anuíram, nos termos do artigo 174, § 3º, da Lei das Sociedades Anônimas, à redução do capital social da Cemig GT de R\$3.296.785 para R\$893.192 em decorrência da transferência das ações de emissão da Companhia para a CEMIG, garantidora das debêntures das emissões, conforme anuência da Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL, obtida por meio da Resolução Autorizativa nº 4.108, de 14 de maio de 2013, e deliberação da Assembleia Geral Extraordinária da Cemig GT realizada em 26 de setembro de 2013, observadas as cláusulas VII, item (viii), e X da Escritura de Emissão; (i) 2ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, em série única, da espécie quirografária, em duas séries, para distribuição pública da Cemig GT; e (ii) 3ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, para distribuição pública da Cemig GT - 1ª, 2ª e 3ª séries.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Após a anuência da operação pelos debenturistas, a transferência das ações da CEMIG GT para a CEMIG foi concluída em 11 de dezembro de 2013 por meio: (i) do termo de cessão de direitos e obrigações do termo de compromisso celebrado entre Fundo de Investimento em Participações Coliseu e Cemig Geração e Transmissão S.A., celebrado entre Cemig Geração e Transmissão S.A. e Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG; e (ii) do termo de cessão de direitos e obrigações e de adesão ao acordo de acionistas da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., celebrado entre Cemig Geração e Transmissão S.A e Companhia Energética de Minas Gerais - CEMIG.

Concessões - a seguir encontra-se a relação de todas as concessões em que o Grupo Taesa possui participação direta ou indireta:

	Concessão	Aquisição ou constituição Contrato de Concessão	Início Término	Participação (a)	Localidade	Km (b)	SE (c)
<b>TAESA</b>	Transmissora Sudeste Nordeste S.A. ("TSN")	06/06/2006 097/2000	20/12/2000 20/12/2030	100%	Bahia e Goiás	1.069	7
	Novatrans Energia S.A. ("NVT")	06/06/2006 095/2000	20/12/2000 20/12/2030	100%	Distrito Federal, Goiás, Maranhão e Tocantins	1.278	6
	Transmissora de Energia S.A. ("Munirah")	31/03/2006 006/2004	18/02/2004 18/02/2034	100%	Bahia	106	2
	Goiânia Transmissora de Energia ("Gtesa")	30/11/2007 001/2002	21/01/2002 21/01/2032	100%	Paraíba e Pernambuco	51	2
	Paraíso-Açu Transmissora de Energia S.A. ("Patesa")	30/11/2007 087/2002	11/12/2002 11/12/2032	100%	Rio Grande do Norte	135	2
	Empresa de Transmissão de Energia do Oeste Ltda. ("ESEO")	31/05/2008 040/2000	12/05/2000 12/05/2030	100%	São Paulo	505	3
	Sul Transmissora de Energia S.A. ("STE")	30/11/2011 081/2002	19/12/2002 19/12/2032	100%	Rio Grande do Sul	389	4
	ATE Transmissora de Energia S.A. ("ATE")	30/11/2011 003/2004	18/02/2004 18/02/2034	100%	Paraná e São Paulo	370	3
	ATE II Transmissora de Energia S.A. ("ATE II")	30/11/2011 011/2005	15/03/2005 15/03/2035	100%	Bahia, Piauí e Tocantins	942	4
	Nordeste Transmissora de Energia S.A. ("NTE")	30/11/2011 002/2002	21/01/2002 21/01/2032	100%	Paraíba, Pernambuco e Sergipe	383	4

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

	Concessão	Aquisição ou constituição Contrato de Concessão	Início Término	Participação (a)	Localidade	Km (b)	SE (c)
<b>CONTROLADAS</b>	ATE III Transmissora de Energia S.A. ("ATE III")	30/11/2011 001/2006	27/04/2006 27/04/2036	100%	Pará e Tocantins	454	4
	São Gotardo Transmissora de Energia S.A. ("SGT")	06/06/2012 024/2012	27/08/2012 27/08/2042	100%	Minas Gerais	n/a	1
	Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("MAR") (e)	18/12/2013	02/05/2014 02/05/2044	100%	Minas Gerais	85	n/a
<b>CONTROLADAS EM CONJUNTO</b>	Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. ("ETAU")	28/12/2007 082/2002	18/12/2002 18/02/2032	52,5838%	Rio Grande do Sul e Santa Catarina	188	4
	Brasnorte Transmissora de Energia S.A. ("Brasnorte")	17/09/2007 003/2008	17/03/2008 17/03/2038	38,6645%	Mato Grosso	402	4
<b>COLIGADAS</b>	Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. ("EATE")	31/05/2013 042/2001	12/06/2001 20/06/2031	49,98%	Pará e Maranhão	928	5
	Empresa Paranaense de Transmissão de Energia S.A. ("ETEP")	31/05/2013 0043/2001	12/06/2001 12/06/2031	49,98%	Pará	324	2
	Empresa Catarinense Transmissão de Energia S.A. ("ECTE")	31/05/2013 088/2000	01/11/2000 01/11/2030	19,09%	Santa Catarina	253	2
	Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. ("ENTE")	31/05/2013 085/2002	11/12/2002 11/12/2032	49,99%	Pará e Maranhão	458	3
	Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. ("ERTE")	31/05/2013 083/2002	11/12/2002 11/12/2032	49,99%	Pará	155	3
	Sistema de Transmissão Catarinense S.A. ("STC")	31/05/2013 006/2006	27/04/2006 27/04/2036	39,98%	Santa Catarina	195	3
	Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("Lumitrans")	31/05/2013 007/2004	18/02/2004 18/02/2034	39,98%	Santa Catarina	51	2
	EBTE Empresa Brasileira de Transmissão de Energia Elétrica S.A. ("EBTE")	31/05/2013 011/2008	16/10/2008 16/10/2038	74,49%	Mato Grosso	772	7
	ESDE Empresa Santos Dumont de Energia S.A. ("ESDE")	31/05/2013 025/2009	19/11/2009 19/11/2039	49,98%	Minas Gerais	n/a	1
	ETSE Empresa de Transmissão Serrana S.A. ("ETSE") (d)	31/05/2013 006/2012	10/05/2012 10/05/2042	19,09%	Santa Catarina	n/a	2
	Companhia Transleste de Transmissão S.A. ("Transleste")	17/10/2013 009/2004	18/02/2004 18/02/2034	5,00%	Minas Gerais	138	1
	Companhia Transudeste de Transmissão S.A. ("Transudeste")	17/10/2013 005/2005	04/03/2005 04/03/2035	4,95%	Minas Gerais	145	-
	Companhia Transirapé de Transmissão S.A. ("Transirapé")	17/10/2013 012/2005	15/03/2005 15/03/2035	4,95%	Minas Gerais	61	1
<b>Total</b>						<b>9.837</b>	<b>64</b>

(a) Participação total detida pela Taesa direta e indiretamente.

(b) Quilômetros ("Km") oriundos do Contrato de Prestação de Serviços de Transmissão - CPST assinado com o Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS.

(c) As subestações ("SE") relacionadas a mais de uma concessão foram somadas apenas uma vez.

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

- (d) Subestação em fase de construção. Previsão de entrada em operação em setembro de 2014.
- (e) Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A. ("MAR") - Em 13 de dezembro de 2013 a Taesa sagrou-se vencedora do Lote A do Leilão ANEEL nº 013/2013, com Receita Anual Permitida no valor de R\$10.990 e deságio de 4,76% frente à RAP máxima apresentada pela ANEEL. Para este propósito, a Companhia constituiu a Sociedade de Propósito Específico ("SPE") Mariana Transmissora de Energia Elétrica S.A., que recebeu a outorga da concessão da linha de transmissão de energia elétrica em 500 kV, com extensão de 85 km no Estado de Minas Gerais, entre os municípios de Itabirito e Vespasiano. O contrato entre a MAR e a ANEEL foi assinado em 2 de maio de 2014, a Linha de Transmissão já está em processo de construção e a data prevista para energização é 2 de maio de 2017.

Controladas, controladas em conjunto e coligadas - a Companhia possui participação societária nas seguintes empresas:

- Controladas: ATE III, SGT e MAR.
- Controladas em conjunto: ETAU e Brasnorte.
- Coligadas: (a) com participação direta - EATE, ECTE, ENTE e ETEP; (b) com participação indireta - STC, Lumitrans, ESDE, ETSE, Transleste, Transirapé, Transudeste; e (c) com participação direta e indireta - EBTE e ERTE. Todas as empresas são denominadas em conjunto "Grupo TBE".

As empresas controladas, controladas em conjunto e coligadas (aqui definidas como "Grupo Taesa" ou "Grupo" quando mencionadas em conjunto com a Companhia) são sociedades de capital fechado, não possuem ações negociadas em bolsas de valores, domiciliadas no Brasil e com sede nos seguintes Estados: RJ (ATE III, SGT, MAR, ETAU e Brasnorte), SC (Lumitrans, STC e ECTE), SP (ERTE, EBTE, ETEP, ETSE, EATE, ENTE e ESDE) e MG (Transleste, Transudeste e Transirapé).

Todas as empresas nas quais a Companhia possui participação têm por objeto social principal operar e usar as concessões de serviços públicos de transmissão de energia para implementar, operar e manter as instalações da rede básica do SIN por um período de 30 anos. Para outras informações, vide nota explicativa nº 12.

Incorporações de controladas

- ATE, STE, NTE e UNISA - a Resolução Autorizativa ANEEL nº 3.845/13, publicada no Diário Oficial da União - DOU em 17 de janeiro de 2013, anuiu à reestruturação societária da Taesa, mediante a incorporação da STE e ATE na União de Transmissoras de Energia Elétrica Holding S.A. ("UNISA") e ato contínuo da NTE e da UNISA na Taesa, gerando a transferência das respectivas concessões das incorporadas e a transferência do controle societário da ATE II e ATE III, detidas diretamente pela UNISA para a Taesa (controladora indireta dessas empresas).

A Assembleia Geral Extraordinária da Taesa realizada em 31 de janeiro de 2013 aprovou a incorporação, pela Companhia, da UNISA, da ATE, da STE e da NTE nos termos dos Protocolos de Incorporação celebrados em 14 de dezembro de 2012.

A referida operação de reestruturação ocorreu em 31 de janeiro de 2013. A Companhia enviou a ANEEL a documentação comprobatória da operação.

## Notas Explicativas



### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE JUNHO DE 2014 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

- ATE II - a Resolução Autorizativa ANEEL nº 4.154/13, publicada no DOU em 27 de junho de 2013, anuiu à transferência da ATE II, mediante incorporação desta pela Taesa.

As Assembleias Gerais Extraordinárias da ATE II e da Taesa, ambas realizadas em 28 de junho de 2013, aprovaram a incorporação, pela Companhia, da ATE II nos termos dos Protocolos de Incorporação celebrados em 12 de junho de 2013.

A referida operação de reestruturação ocorreu em 28 de junho de 2013. A Companhia enviou à ANEEL a documentação comprobatória da operação.

Todas as empresas incorporadas eram controladas diretas da Taesa. As incorporações se justificam na medida em que estão inseridas no contexto de uma reorganização societária com vistas à simplificação da estrutura corporativa e consequente otimização da eficiência na gestão e no aproveitamento da estrutura administrativa e financeira da Companhia.

As incorporações não geraram modificação do capital social da Companhia, uma vez que se trata de incorporação de controladas e, conseqüentemente, não houve emissão de novas ações, motivo pelo qual não se fez necessário o estabelecimento de nenhuma relação de troca em decorrência da incorporação.

Devido às características das incorporações, não houve direito de retirada nem de reembolso a acionistas dissidentes. Não houve ágio ou deságio no processo, pois todas as incorporações foram feitas por valores de livros e não geraram ganhos nem perdas para o Grupo Taesa. Os ativos e passivos incorporados pela Companhia estão detalhados na nota explicativa nº 29 - Transações que não envolvem caixa.

#### Lei nº 12.783/13 (conversão da Medida Provisória nº 579/12) - aplicabilidade aos contratos de concessão do Grupo Taesa

Exarada pela Presidência da República em 11 de setembro de 2012, a Medida Provisória nº 579/12, convertida na Lei nº 12.783/13, estabelece as medidas para prorrogação das concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica, sobre a redução dos encargos setoriais e sobre a modicidade tarifária.

A Lei nº 12.783/13 alcança somente as concessões de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica outorgadas antes da publicação da Lei nº 8.987/95, que vencem entre 2015 e 2017. Essas concessões não foram licitadas, tendo em vista que, à época, eram outorgadas mediante a verificação de existência de requerente idôneo ou mediante concorrências públicas para a exploração de serviços de energia elétrica realizados pelo Governo Federal. A referida Lei também estabelece a extinção e redução de determinados encargos setoriais.

Nesse contexto, os termos e requerimentos estabelecidos pela Lei nº 12.783/13 não são aplicáveis aos contratos de concessão da Companhia e de suas controladas, controladas em conjunto e coligadas, pelo fato de serem posteriores à publicação da Lei nº 8.987/95, quando ocorreu inclusive o processo de licitação. Esse entendimento é definido pelos próprios termos da Lei e corroborado por parecer de consultor jurídico externo que efetuou sua análise jurídica.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Lei nº 12.973/2014 (MP 627/2013) – A Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013, convertida na Lei 12.973, de 13 de maio de 2014 e a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais, entre elas: (i) integração da legislação tributária às normas societárias, (ii) revogação do Regime Tributário de Transição - RTT, e (iii) não incidência de IRPJ sobre dividendos distribuídos durante os anos calendários de 2008 a 2013. Os dispositivos da Lei entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário de 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada a partir do ano-calendário de 2014. A sua adoção antecipada para 2014 pode eliminar potenciais efeitos tributários, especialmente relacionados com pagamento de dividendos, correspondentes ao ano calendário de 2014.

A Administração ainda não concluiu a sua avaliação sobre os impactos da referida Lei, para decidir sobre sua adoção antecipada dentro do prazo estabelecido pela referida norma tributária. O prazo previsto para informar essa opção é de 21 de outubro de 2014.

## 2. AQUISIÇÃO DE PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS NÃO CONTROLADAS

### Aquisição de coligadas (Grupo TBE)

Em 31 de maio de 2013, a Companhia efetuou desembolso referente ao Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão com a Cemig GT, sua acionista do bloco de controle, e a CEMIG, controladora direta da Cemig GT, no valor de R\$1.691 milhões (correspondente ao valor definido na data do contrato assinado em 17 de maio de 2012 de R\$1.732 milhões, corrigido pela taxa do Certificado de Depósito Interbancário - CDI desde 31 de dezembro de 2011 até a data de conclusão da operação e descontado dos dividendos e juros sobre o capital próprio declarados nesse período), por meio do qual foi transferida a totalidade das participações acionárias detidas anteriormente tanto pela CEMIG, quanto pela Cemig GT, direta ou indiretamente, nas seguintes sociedades concessionárias de transmissão de energia elétrica, pertencentes ao Grupo TBE:

<b>Sociedade</b>	<b>Participação adquirida pela Taesa (direta ou indireta)</b>
<b>Coligadas diretas</b>	
EATE	49,98%
ECTE	19,09%
ENTE	49,99%
ERTE	49,99%
ETEP	49,98%
EBTE (*)	49,00%
<b>Coligadas indiretas</b>	
STC	39,98%
ESDE	49,98%
Lumitrans	39,98%
ETSE	19,09%
EBTE	25,49%

(\*) A EATE controla a EBTE com 51% de participação, sendo a participação remanescente de 49% detida diretamente pela Taesa. Consequentemente, a Companhia também possui participação indireta na EBTE de 25,49%, por meio da EATE (observando-se que a Taesa possui participação de 49,98% na EATE). Dessa forma, a participação direta e indireta da Taesa na EBTE é de 74,49%. A Taesa possui influência significativa na EBTE, conforme acordo de acionistas assinado entre as partes.

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Devido às características do setor de transmissão de energia, essas empresas adquiridas enquadram-se contabilmente na interpretação técnica ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão (equivalente à IFRIC 12). Considerando que as concessões são firmadas com o Poder Concedente, reguladas pela ANEEL, e que os contratos de concessão estabelecem um direito contratual incondicional de receber caixa sem nenhum risco de demanda (Receita Anual Permitida - RAP), a Companhia identificou e avaliou o valor justo de cada ativo financeiro adquirido das respectivas empresas com base no que emana da interpretação técnica ICPC 01 (R1)/IFRIC 12, para fins de atendimento ao parágrafo 32 do pronunciamento técnico CPC 18 (R2) - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto (equivalente a IAS 28 (2012)). A operação envolveu a necessidade de aprovação de todos os acionistas das empresas envolvidas, pois as companhias não estão sob controle comum. Dessa forma, os ativos financeiros das empresas foram avaliados com base na metodologia de fluxo de caixa futuro descontado a valor presente e os respectivos impostos diferidos mensurados sobre a mais-valia. O fluxo de caixa foi descontado utilizando as taxas de desconto que refletem avaliações correntes de mercado e as características de cada contrato de concessão. As principais premissas utilizadas pela Companhia estão detalhadas nas notas explicativas nº 3.4 e nº 7. Os demais ativos e passivos também foram mensurados a seus valores justos na data de aquisição dessas participações (31 de maio de 2013).

Conforme previsto no Contrato de Investimento em Ativos de Transmissão, a Companhia não poderá alienar, ceder ou transferir sua participação nas sociedades do Grupo TBE pelo período de 120 meses a contar da data da efetiva transferência das referidas participações societárias para a Companhia, salvo se previamente autorizado pela CEMIG.

Durante o período supramencionado, a Companhia poderá realizar a alienação, cessão ou transferência, total ou parcial, de qualquer participação acionária que detenha nas sociedades do Grupo TBE, desde que transfira para a CEMIG a diferença positiva obtida nas referidas operações, comparando-se o valor da alienação, cessão ou transferência com o valor da transferência das sociedades do Grupo TBE para a Companhia, devidamente atualizado pela taxa SELIC divulgada pelo Banco Central do Brasil - BACEN no dia da efetivação da alienação, cessão ou transferência.

Adicionalmente, em 31 de maio de 2013, entraram em vigor as versões aditadas dos Acordos de Acionistas das empresas do Grupo TBE, por meio dos quais a Companhia detém influência significativa nas empresas do Grupo TBE, e, como tal, essas participações serão avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

As principais cláusulas desses acordos estão listadas a seguir:

- a) A Alupar terá o direito de comprar as ações de emissão da "sociedade" (todas as companhias do Grupo TBE) pertencentes à Taesa, no caso de a CEMIG deixar de ter o controle ou de participar do bloco de controle da Taesa.
- b) As decisões da assembleia geral serão tomadas por maioria dos votos dos presentes, exceto nos casos em que a lei exigir quórum mais qualificado, ressalvadas as seguintes matérias, que somente poderão ser aprovadas com o voto afirmativo de acionistas que detenham 55% (com exceção da ECTE, na qual o percentual é 69%) das ações com direito a voto de emissão da referida sociedade:

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014****(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

- Aumento ou redução do capital social, conforme disposto no referido acordo, desdobramento ou grupamento de ações, resgate ou compra de ações para cancelamento ou manutenção em tesouraria, mudança do objeto social, emissão ou venda de quaisquer valores mobiliários pela referida sociedade, incluindo a criação e emissão de ações preferenciais, debêntures de qualquer natureza ou quaisquer outros títulos de dívida conversíveis em ações, partes beneficiárias, bônus de subscrição ou opções de compra ou subscrição de ações.
  - Cisão, fusão, incorporação ou transformação envolvendo a referida sociedade e criação de sociedades subsidiárias.
  - Liquidação ou dissolução da referida sociedade.
  - Alteração do percentual mínimo do lucro líquido a ser distribuído anualmente aos acionistas.
  - Participação da referida sociedade no capital de outras sociedades, em "joint ventures" ou consórcios, bem como associações com terceiros de qualquer natureza.
  - Abertura ou fechamento do capital da referida sociedade.
  - Alteração dos limites de competência do Conselho de Administração para as deliberações a que se referem determinadas matérias.
- c) A vedação ao acionista de participar de deliberação sobre aprovação, celebração ou rescisão sobre quaisquer acordos, transações ou contratos entre a referida sociedade e quaisquer de seus acionistas e/ou controladoras, controladas, coligadas ou empresas sob controle comum.
- d) O Conselho de Administração da referida sociedade será composto por seis membros e seus suplentes (com exceção dos Conselhos de Administração da ECTE e da EBTE, que terão cinco membros e seus suplentes), e cada lote de ações ordinárias de emissão da referida sociedade, representativas de 15% (com exceção da ECTE, na qual o percentual é 16%, e da EBTE, na qual o percentual é 16,5%) do capital votante, assegura à parte detentora o direito de indicar um membro do Conselho de Administração. O Presidente do Conselho de Administração será eleito dentre os membros indicados pela Alupar ou pela EATE, conforme o caso, para compor o referido órgão e será responsável pela organização e coordenação dos trabalhos do Conselho de Administração. Ressalvadas as matérias listadas a seguir, as decisões do Conselho de Administração serão tomadas pelo voto afirmativo da maioria dos membros presentes, devendo o Presidente do Conselho de Administração ter o voto de desempate. As decisões do Conselho de Administração, relativamente às matérias a seguir listadas, somente serão tomadas pelo voto afirmativo de quatro Conselheiros:
- Eleger e distribuir a remuneração dos diretores da referida sociedade, na forma do disposto no item 4.8 do acordo e subitens, bem como fixar as atribuições dos diretores adicionais às previstas no Estatuto Social.
  - Aprovar os empréstimos, os financiamentos, a emissão ou a venda de títulos de dívida não conversíveis em ações, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros e contratações em geral a serem celebrados pela referida sociedade, em valores superiores a R\$1.350.
  - Submeter à Assembleia Geral proposta de destinação de lucro líquido apurado no exercício, nos termos do Estatuto Social.

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014**

**(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

- e) As decisões do Conselho de Administração, relativamente à seguinte matéria, estarão sujeitas a veto de, pelo menos, dois Conselheiros (ou um Conselheiro indicado pela Alupar ou pela Companhia, no caso da ECTE), em manifestação em reunião do Conselho de Administração: aprovar/alterar o orçamento anual da referida sociedade que seja relevante em relação ao do exercício anterior.
- f) Ocorrendo impasse em qualquer decisão da Diretoria, a matéria será submetida à deliberação do Conselho de Administração.
- g) A Diretoria será composta por dois diretores, sendo um Diretor Administrativo-Financeiro e um Diretor Técnico Comercial (com exceção da Diretoria da ECTE, que terá também um Diretor de Planejamento e Regulação), eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, com mandato de três anos, permitida a reeleição.

Enquanto a Alupar, ou a EATE, conforme o caso, detiver pelo menos 49% (com exceção da ECTE, na qual o percentual é 15%) das ações de emissão da referida sociedade com direito a voto, indicará o Diretor Administrativo Financeiro, e enquanto a Companhia detiver pelo menos 49% (com exceção da ECTE, na qual o percentual é 15%) das ações de emissão da referida sociedade com direito a voto, indicará o Diretor Técnico Comercial.

O Grupo Taesa entende que as aquisições complementaram os ativos operacionais existentes, expandindo a área geográfica de operações. Essas empresas operam um total de 3.136 km de linhas de transmissão.

A seguir está demonstrado o total dos valores justos das participações diretas adquiridas nessas empresas, classificados no balanço patrimonial como investimentos em coligadas:

<b>Em 31 de maio de 2013</b>	<b>Valor justo reconhecido na aquisição</b>
<b>Ativos</b>	
Caixa e equivalentes de caixa	35.400
Ativo financeiro	5.060.912
Investimentos - participações societárias	535.073
Intangível	11.556
Outros ativos	181.861
	<b>5.824.802</b>
<b>Passivos</b>	
Contas a pagar a fornecedores e outras	173.980
Empréstimos e financiamentos	193.767
Debêntures	661.369
Impostos diferidos	1.242.021
	<b>2.271.137</b>
<b>Total dos ativos identificáveis, líquidos</b>	<b>3.553.665</b>
Participação da Taesa sobre os ativos líquidos adquiridos (*)	47,60%
<b>Contraprestação transferida pela aquisição</b>	<b>1.691.415</b>

(\*) Soma das participações diretas adquiridas pela Companhia nos ativos líquidos de cada empresa adquirida.

Na data da aquisição, o valor total do patrimônio líquido contábil das empresas cujas participações diretas foram adquiridas era de R\$2.008.927.

O valor do resultado líquido (por meio da aplicação do método de equivalência patrimonial) que seria gerado pelas empresas adquiridas para o período 1º janeiro a 30 de junho de 2013, caso as empresas tivessem sido adquiridas no início de exercício de 2013, seria de R\$43.020.

## Notas Explicativas



### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE JUNHO DE 2014 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

#### Aquisição de coligada indireta (Trasmineiras)

Em 8 de agosto de 2013, a coligada EATE celebrou um Contrato de Compra e Venda de Ações com a Orteng Equipamentos e Sistemas S.A. ("Orteng") para a aquisição de 10% do capital social total das transmissoras Companhia Transudeste de Transmissão, Companhia Transleste de Transmissão e Companhia Transirapé de Transmissão ("Trasmineiras"). Após cumprimento de todas as condições previstas no respectivo Contrato de Compra e Venda de Ações, em 17 de outubro de 2013 a coligada EATE concluiu a operação de aquisição da totalidade da participação acionária detida pela Orteng, correspondente a 10%, no capital social das Trasmineiras, acrescido de outros custos totalizando o montante de R\$33.633.

#### Alteração na participação de coligada (ERTE)

Em reunião realizada em 13 de junho de 2014 o Conselho de Administração da Companhia aprovou a realização, pela EATE, de aporte de capital na ERTE, no valor de R\$35.000, equivalentes a 15.208.597 ações preferenciais (29,16% de participação no capital total), de maneira a conferir à ERTE os recursos necessários ao pagamento antecipado de sua dívida com o BNDES. Nessa reunião também foi autorizado pelo Conselho de Administração à celebração entre a Companhia, Alupar e a EATE, do Termo de Cessão de Direito de Preferência na subscrição de novas ações e outros valores mobiliários na ERTE, nos termos do qual foi transferido, a título gratuito, proporcionalmente às suas respectivas ações no capital social da ERTE.

Após esse aporte o capital social totalmente integralizado da ERTE passou a ser de R\$71.941, representado por 36.940.800 ações ordinárias e 15.208.597 ações preferenciais, sem valor nominal.

Dessa forma, a Taesa passou a ter uma participação direta na ERTE de 35,41% e indireta de 14,58% (considerando que a Taesa possui uma participação de 49,98% na EATE), continuando com uma participação direta e indireta na ERTE de 49,99%.

Essa alteração de participação não gerou ágio ou deságio nem impacto no resultado da Companhia.

### **3. BASE DE PREPARAÇÃO**

#### **3.1. Declaração de conformidade**

As informações contábeis intermediárias da Companhia compreendem:

- As informações contábeis intermediárias individuais elaboradas e preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) - Demonstração Intermediária.
- As informações contábeis intermediárias consolidadas elaboradas e preparadas de acordo com o pronunciamento técnico CPC 21 (R1) e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB".

A apresentação destas informações está de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das ITR.

## Notas Explicativas



### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE JUNHO DE 2014 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

As informações contábeis intermediárias individuais da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil ("BR GAAP") e, para o caso do Grupo Taesa, essas práticas diferem das normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRSs") aplicáveis a informações contábeis intermediárias separadas em virtude da avaliação dos investimentos em controladas, coligadas e empreendimentos controlados em conjunto ("joint ventures") pelo método de equivalência patrimonial com as práticas contábeis adotadas no Brasil, enquanto para fins de IFRSs seria pelo custo ou valor justo.

Contudo, não há diferença entre o patrimônio líquido e o resultado consolidado apresentado pelo Grupo Taesa e o patrimônio líquido e o resultado da Companhia controladora em suas informações contábeis intermediárias individuais. Assim sendo, as informações contábeis intermediárias consolidadas do Grupo Taesa e as informações contábeis intermediárias individuais da controladora estão sendo apresentadas lado a lado, em um único conjunto de informações contábeis intermediárias.

As informações contábeis intermediárias consolidadas incluem as informações contábeis intermediárias da Taesa e das empresas nas quais a Companhia mantém o controle acionário, detalhadas nas notas explicativas nº 1 e nº 12, cujos exercícios sociais e práticas contábeis são coincidentes. As empresas nas quais a Companhia mantém o controle conjunto ou possui influência significativa são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial.

A Companhia é cotista do Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento Pampulha Renda Fixa - Crédito Privado ("Fundo Pampulha" ou "Fundo"), que se constitui em um fundo exclusivo entre o Grupo Taesa e o Grupo CEMIG. O Fundo Pampulha, por ser um fundo exclusivo, é consolidado proporcionalmente de acordo com as cotas detidas pelo Grupo Taesa nas informações contábeis intermediárias da Companhia.

O Fundo Pampulha é administrado e gerido pela Votorantim Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e os ativos que compõem sua carteira são custodiados pelo Banco Bradesco S.A. O Fundo está sujeito a obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes ou demandas judiciais ou extrajudiciais, bem como ativos dos cotistas para garantir essas obrigações.

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração e pelo Conselho Fiscal em 11 de agosto de 2014.

#### **3.2. Base de mensuração**

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo e dos instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado (nota explicativa nº 22).

## Notas Explicativas



### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE JUNHO DE 2014 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

#### **3.3. Moeda funcional e de apresentação**

As informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas são apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações contábeis intermediárias apresentadas em reais foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

#### **3.4. Uso de estimativas e julgamentos**

A preparação das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revisadas de maneira contínua. Revisões com relação às estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados. As principais áreas que envolvem estimativas e premissas estão descritas a seguir:

- a. Ativo financeiro - A Companhia mensura o ativo financeiro no início da concessão ao valor justo e posteriormente o mantém ao custo amortizado. No início de cada concessão, a Taxa de Remuneração do Ativo Financeiro - TRAF é estimada pela Companhia por meio de componentes internos e externos de mercado. A TRAF é estimada por concessão e utilizada para remunerar o ativo financeiro da referida concessão.

O saldo do ativo financeiro reflete o valor do fluxo de caixa futuro descontado pela TRAF da concessão. São consideradas no fluxo de caixa futuro as estimativas da Companhia na determinação da parcela mensal da RAP que deve remunerar a infraestrutura e a indenização que se espera receber do Poder Concedente no fim da concessão. O valor indenizável é considerado pela Companhia como o valor residual contábil no término da concessão.

A Companhia utiliza os seus resultados históricos como base para determinação de suas estimativas, levando em consideração o tipo de concessão, a região de operação e as especificidades de cada leilão.

- b. Receita de operação e manutenção - As receitas oriundas dos serviços de Operação e Manutenção ("O&M") são determinadas com base nos seus valores justos e reconhecidas de forma linear durante o prazo da concessão.
- c. Avaliação de instrumentos financeiros - A Companhia faz uso de técnicas de avaliação que incluem informações que não se baseiam em dados observáveis de mercado para estimar o valor justo de determinados tipos de instrumentos financeiros. A nota explicativa nº 22 oferece informações detalhadas sobre as principais premissas utilizadas pela Companhia na determinação do valor justo de seus instrumentos financeiros, bem como análise de sensibilidade dessas premissas.
- d. Impostos, contribuições e tributos - Existem incertezas relacionadas à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e à época de resultados tributáveis futuros. Em virtude da natureza de longo prazo e da complexidade dos instrumentos contratuais existentes, diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registradas.

## Notas Explicativas



### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE JUNHO DE 2014 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que atua. O valor dessas provisões baseia-se em diversos fatores, tais como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir em uma ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio das entidades que compõem a Companhia.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos, bem como os tributos diferidos, são registrados com base nas diferenças temporárias entre as bases contábeis e as bases fiscais considerando a legislação tributária vigente e os aspectos mencionados no parágrafo anterior.

- e. Recuperação do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos e a recuperar - A Companhia registra ativos relacionados a impostos diferidos decorrentes de diferenças temporárias entre as bases contábeis de ativos e passivos e as bases fiscais. Os impostos diferidos ativos são reconhecidos à medida que a Companhia espera gerar lucro tributável futuro suficiente com base em projeções e previsões elaboradas pela Administração. Essas projeções e previsões incluem diversas hipóteses relacionadas ao desempenho da Companhia e fatores que podem diferir das estimativas atuais.

Em conformidade com a atual legislação fiscal brasileira, não existe prazo para a utilização de prejuízos fiscais. Contudo, os prejuízos fiscais acumulados podem ser compensados somente ao limite de 30% do lucro tributável anual. Vide nota explicativa nº 9.

- f. Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis - A Companhia é parte em diversos processos judiciais e administrativos, conforme descrito na nota explicativa nº 17. Provisões são constituídas para todos os riscos referentes a processos judiciais que representam perdas prováveis e estimadas com certo grau de segurança. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes nos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação dos consultores jurídicos externos. A Administração acredita que essas provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis estão corretamente mensuradas e apresentadas nas informações contábeis intermediárias.

### **3.5. Informações por segmento**

O Grupo Taesa atua somente no segmento de transmissão de energia elétrica.

A Companhia realiza atividade de disponibilização da rede básica com base no contrato celebrado com o ONS, denominado Contrato de Uso do Sistema de Transmissão - CUST. Tal contrato estabelece os termos e as condições que irão regular a administração do ONS na cobrança e na liquidação dos encargos de uso da transmissão. Dessa forma, a Companhia não tem influência sobre quais são os usuários da linha de transmissão e quanto cada um deles deverá pagar por esse acesso. Tal definição é de inteira responsabilidade do ONS.

### **3.6. Sazonalidade**

A Companhia não possui sazonalidade em suas operações. Todavia, os efeitos inflacionários do seu ativo financeiro são reconhecidos usualmente no terceiro trimestre, com base nas resoluções homologatórias da ANEEL que definem a RAP do próximo ciclo tarifário de cada concessão a partir de julho de cada exercício social.

## Notas Explicativas



### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE JUNHO DE 2014 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

#### 4. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

Na elaboração das informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas as práticas contábeis adotadas estão uniformes com aquelas utilizadas quando da preparação das demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013, publicadas no Diário Oficial em 21 de março de 2014, exceto pela nova prática contábil adotada pela Companhia e as normas e interpretações novas e revisadas mencionadas a seguir.

##### 4.1. Nova prática contábil adotada pela Companhia

###### 4.1.1 Instrumentos financeiros

###### *Passivos financeiros não derivativos*

Os passivos financeiros são classificados como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado ou outros passivos financeiros.

- (i) Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - Os passivos financeiros são classificados como ao valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou designados ao valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro não mantido para negociação pode ser designado ao valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial se:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento que, de outra forma, iria surgir.
- O passivo financeiro for parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou ambos, gerenciado e com seu desempenho avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou estratégia de investimentos documentados do Grupo e quando as informações a respeito do Grupo forem fornecidas internamente com a mesma base.
- O ativo financeiro for parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e a IAS 39 (equivalente ao CPC 38) permitir que o contrato combinado seja totalmente designado ao valor justo por meio do resultado.

Considerando a estratégia de gestão do risco de taxa de câmbio, o Grupo classifica os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem swap para proteger a totalidade de sua exposição ao risco de taxa de câmbio ao valor justo por meio do resultado. Os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, e os respectivos ganhos ou perdas são reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os juros pagos pelo passivo financeiro, sendo incluídos na rubrica "Despesas financeiras", na demonstração do resultado. O valor justo é determinado conforme descrito na nota explicativa nº 22.

- (ii) Outros passivos financeiros - Os outros passivos financeiros (incluindo empréstimos e financiamentos sem swap cambial, fornecedores e outras contas a pagar) são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos.

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados (inclusive honorários e pontos pagos ou recebidos que constituem parte integrante da taxa de juros efetiva, custos da transação e outros prêmios ou descontos) ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor, para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

- (iii) Baixa de passivos financeiros - O Grupo baixa passivos financeiros somente quando as obrigações do Grupo são extintas e canceladas ou quando vencem. A diferença entre o valor contábil do passivo financeiro baixado e a contrapartida paga e a pagar é reconhecida no resultado.

#### **4.2. Normas e interpretações novas e revisadas**

##### **4.2.1. Aplicação das normas novas e revisadas que não tiveram efeito ou efeito material sobre as informações contábeis intermediárias**

A seguir estão apresentadas as normas novas e revisadas que passam a ser aplicáveis a partir destas informações contábeis intermediárias. A aplicação dessas normas não teve impacto relevante nos montantes divulgados no período atual nem em períodos anteriores.

- Modificações à IAS 39 - Compensação de derivativos e continuação da contabilidade de hedge.
- Modificações à IAS 36 (CPC 01 (R1)) - Divulgação de montantes recuperáveis para ativos não-financeiros.
- Modificações às IFRS 10,12 e IAS 27 - Entidades de Investimento.
- Modificações à IAS 32 (CPC 39)- Compensação de Ativos e Passivos Financeiros.
- IFRIC 21 - Taxas do Governo.

##### **4.2.2 Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas, mas ainda não adotadas**

O Grupo não adotou as IFRSs novas e revisadas descritas a seguir, já emitidas, porém ainda não efetivas:

- IFRS 9 - Instrumentos Financeiros (a).
- Modificações às IFRS 9 e IFRS 7 - Data de Aplicação Mandatória da IFRS 9 e Divulgações de Transição (a).
- Modificações ao IAS19/CPC33 – Benefícios a empregados (a).
- IFRS 14 - Contas regulatórias diferidas (b).
- Modificações ao IAS 16 e IAS 41 - Ativo Imobilizado, Ativo Biológico e Produto Agrícola (b).
- Modificações ao IAS 16 e IAS 38 - Esclarecimentos sobre os métodos aceitos de depreciação e amortização (b).
- Modificações ao IFRS 11 - Contabilizações de aquisições de participações em operações conjuntas (*joint operation*) (b).
- IFRS 15 – Receita de contratos com clientes (c).

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após:

- (a) 1º de janeiro de 2015.
- (b) 1º de janeiro de 2016.
- (c) 1º de janeiro de 2017.

O CPC ainda não emitiu pronunciamentos equivalentes para todas as IFRSs anteriormente citadas, mas existe expectativa de que o faça antes da data requerida de sua entrada em vigor. A adoção antecipada das IFRSs está condicionada à aprovação prévia em ato normativo da CVM.

A Companhia e suas controladas, controladas em conjunto e coligadas não adotaram de forma antecipada tais alterações em suas informações contábeis intermediárias de 30 de junho de 2014. Não são esperados impactos relevantes na adoção dessas novas normas, com exceção da IFRS 9. Os impactos decorrentes da adoção da IFRS 9 podem modificar a classificação e mensuração de ativos financeiros mantidos pelo Grupo Taesa; no entanto, estes ainda estão sob a avaliação da Administração da Companhia.

## 5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Caixa e bancos	1.202	7.044	1.153	287
Aplicações financeiras	74.150	114.096	65.712	70.456
	<b>75.352</b>	<b>121.140</b>	<b>66.865</b>	<b>70.743</b>

As aplicações financeiras correspondem a certificados de depósitos bancários e operações compromissadas contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado, com o compromisso de recompra do título pela instituição financeira, à vista, na data de vencimento da operação, ou antecipadamente, a critério da Companhia. Todas as operações são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor, sem restrição de uso. Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros propósitos.

As aplicações financeiras do Grupo são realizadas substancialmente por meio do Fundo Pampulha, fundo de investimento exclusivo dos Grupos Taesa e CEMIG. Em 30 de junho de 2014 a rentabilidade média das aplicações financeiras do Grupo Taesa foi de aproximadamente 102,86% do CDI (103,4% em 31 de dezembro de 2013).

A exposição da Companhia aos riscos de taxa de juros variável e a respectiva análise de sensibilidade estão divulgados na nota explicativa nº 22.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS**

Os títulos e valores mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado.

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
CDBs, operações compromissadas e debêntures	121.297	75.259	110.864	75.259
Letras financeiras - bancos privados	170.425	174.422	155.753	174.422
Títulos públicos	87.201	78.690	79.716	78.690
Depósitos vinculados e outros (*)	-	74.688	-	-
Outros	10.499	9.927	9.838	9.927
	<b>389.422</b>	<b>412.986</b>	<b>356.171</b>	<b>338.298</b>
Ativo circulante	370.713	308.615	338.830	308.615
Ativo não circulante	18.709	104.371	17.341	29.683
	<b>389.422</b>	<b>412.986</b>	<b>356.171</b>	<b>338.298</b>

(\*) Saldo composto por contas-reserva (depósitos à vista mantidos em conta-corrente em moedas nacional e estrangeira - dólar norte-americano) e aplicações financeiras mantidas em fundos de investimento (Santander Títulos Públicos, Santander Soberano DI, Fundo Bradesco FIC Referencial DI Federal e Target Bradesco) para garantia dos financiamentos com o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e o Banco Interamericano de Desenvolvimento - BID. As contas-reserva e aplicações financeiras vinculadas aos contratos de financiamentos liquidados antecipadamente em 2013 e 2014 (vide nota explicativa nº 15) foram liberadas e resgatadas pelo Grupo.

**7. CLIENTES E ATIVO FINANCEIRO****I - Clientes**

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Clientes	177.554	169.942	166.337	159.440
Parcela variável (*)	(1.219)	(1.605)	(1.069)	(1.150)
	<b>176.335</b>	<b>168.337</b>	<b>165.268</b>	<b>158.290</b>
Circulante	163.863	156.844	153.493	147.425
Não circulante	12.472	11.493	11.775	10.865
	<b>176.335</b>	<b>168.337</b>	<b>165.268</b>	<b>158.290</b>

(\*) Refere-se à parcela variável, em aberto ou em discussão (provisão) com a ANEEL, decorrente dos desligamentos automáticos e programados ocorridos na Companhia nos exercícios de 2014 e 2013, que devido aos limites de desconto, estabelecidos pelo ONS, será deduzida dos próximos recebimentos.

A seguir, o quadro detalhado com a movimentação no período referente à parcela variável:

	31/12/2013	Adição	Reversão	Valores descontados	30/06/2014
Consolidado	(1.605)	308	7.161	(7.083)	(1.219)
Controladora	(1.150)	21	6.226	(6.166)	(1.069)

A seguir, a composição do saldo de clientes por vencimento:

	Saldos a vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	30/06/2014	31/12/2013
Consolidado	162.089	2.780	12.685	<b>177.554</b>	<b>169.942</b>
Controladora	151.761	2.607	11.969	<b>166.337</b>	<b>159.440</b>

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Os saldos vencidos há mais de 90 dias referem-se basicamente aos clientes que não concordaram com os valores cobrados pela Taesa na disponibilização de energia elétrica e iniciaram processos judiciais para contestar tais cobranças. A Companhia aguarda o julgamento dos referidos processos que até o momento não foram concluídos.

A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para créditos de liquidação duvidosa em relação aos seus clientes, pois no caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao contrato de constituição de garantia ou carta de fiança bancária. Informações sobre o risco de crédito da Companhia estão detalhadas na nota explicativa nº 22.

II - Ativo financeiro

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Circulante	1.078.673	1.065.966	1.012.259	1.002.265
Não circulante	4.947.291	5.161.786	4.407.103	4.617.200
	<b>6.025.964</b>	<b>6.227.752</b>	<b>5.419.362</b>	<b>5.619.465</b>

A taxa utilizada pela Companhia para remunerar o saldo de recebíveis de concessão de serviços, incluindo saldo de indenização, reflete o custo de oportunidade de um investidor à época da tomada de decisão de investir nos ativos de transmissão, tendo sido apurada por meio da metodologia do "Capital Asset Pricing Model - CAPM", em cuja composição foram observados os valores à época da realização do investimento. A taxa considerada variou entre 6% e 15%, de concessão para concessão, considerando as características específicas de cada uma delas e suas datas de investimento.

No período de janeiro a junho de 2014, o Grupo Taesa registrou uma receita de remuneração do ativo financeiro de R\$338.226 (R\$340.584 no período de janeiro a junho de 2013). Na controladora, o efeito no período de janeiro a junho de 2014 foi de R\$317.217 (R\$265.645 no período de janeiro a junho de 2013).

A seguir, a movimentação do ativo financeiro em 30 de junho de 2014 e de 2013:

Ativo financeiro	TRAF (a)	31/12/2013	Adição (b)	Juros, atualização monetária e outros	Recebimentos	30/06/2014
TSN	14%	1.009.481	13.050	62.798	(113.261)	972.068
Munirah	13%	94.584	-	5.538	(8.880)	91.242
Gtesa	12%	31.595	-	1.655	(2.892)	30.358
Patesa	11%	79.583	4.373	4.268	(6.890)	81.334
ETEO	11%	463.986	-	23.701	(52.709)	434.978
NVT	15%	1.498.052	-	100.315	(161.215)	1.437.152
NTE	15%	441.608	-	30.570	(46.824)	425.354
STE	10%	325.487	-	16.342	(26.314)	315.515
ATE	10%	671.750	-	30.887	(48.383)	654.254
ATE II	9%	1.003.339	-	41.143	(67.375)	977.107
<b>Total Controladora</b>		<b>5.619.465</b>	<b>17.423</b>	<b>317.217</b>	<b>(534.743)</b>	<b>5.419.362</b>
ATE III	7%	584.216	-	20.164	(33.076)	571.304
SGT	8%	24.071	10.361	839	(895)	34.376
MAR	6%	-	916	6	-	922
<b>Total Consolidado</b>		<b>6.227.752</b>	<b>28.700</b>	<b>338.226</b>	<b>(568.714)</b>	<b>6.025.964</b>

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Ativo financeiro	TRAF (a)	31/12/2012	Adição (c)	Incorporação e transferências (d)	Juros, atualização monetária e outros	Recebimentos	30/06/2013
TSN	14%	969.338	41.651	-	63.795	(106.012)	968.772
Munirah	13%	94.411	-	-	4.935	(8.360)	90.986
Gtesa	12%	31.933	-	-	1.678	(2.722)	30.889
Patesa	11%	79.481	-	-	4.184	(6.487)	77.178
ETEO	11%	488.037	13	-	25.031	(49.610)	463.471
NVT	15%	1.514.761	-	-	101.758	(151.781)	1.464.738
NTE	15%	-	43	441.226	25.630	(36.779)	430.120
STE	10%	-	-	323.606	13.194	(20.626)	316.174
ATE	10%	-	-	661.762	25.440	(37.959)	649.243
ATE II	9%	-	-	964.611	-	-	964.611
<b>Total Controladora</b>		<b>3.177.961</b>	<b>41.707</b>	<b>2.391.205</b>	<b>265.645</b>	<b>(420.336)</b>	<b>5.456.182</b>
UNISA	10%	2.549.070	2.010	(2.541.667)	18.275	(27.688)	-
NTE	15%	443.378	-	(441.226)	5.194	(7.346)	-
ATE II	9%	-	7.237	19.597	34.831	(61.665)	-
ATE III	7%	-	-	572.091	16.549	(25.929)	562.711
SGT	6%	2.733	1.141	-	90	-	3.964
<b>Total Consolidado</b>		<b>6.173.142</b>	<b>52.095</b>	<b>-</b>	<b>340.584</b>	<b>(542.964)</b>	<b>6.022.857</b>

- (a) Refere-se à taxa de remuneração do ativo financeiro definida na nota explicativa nº 3.4, item a.
- (b) As principais adições no período de janeiro a junho de 2014 estão relacionadas aos reforços ou concessões em fase de construção conforme descrito a seguir:

Concessão LT/SE	Reforço/concessão em fase de construção	Resolução ANEEL	Receita estimada	Previsão de conclusão e status	REIDI
<u>TSN</u> SE Sapeaçu	Reforço referente a um compensador estático - CE para a SE Sapeaçu 230 kV.	Resolução Autorizativa nº 2.946, de 07/06/2011.	R\$7,5 milhões	24 meses após a publicação da resolução autorizativa da ANEEL. Energização e início de operação: 2 de maio de 2014.	Portaria MME nº 437, de 14/07/11, e Ato Declaratório Executivo nº 203, de 23/11/2011.
<u>TSN</u> SE Sapeaçu	Reforço referentes à instalação do terceiro banco de autotransformadores monofásicos 500/230 kV - 3x200 MVA, conexões e complementações de infraestrutura geral e instalação de um disjuntor e uma chave seccionadora para complementar a CT 500 kV para o AT 05T1 e complementações de infraestrutura geral.	Resolução Autorizativa nº 3.323, de 31/01/2012.	R\$5,2 milhões	21 meses após a publicação da resolução autorizativa da ANEEL. Energização e início de operação: 31 de maio de 2014.	Portaria MME nº 160, de 21/03/2012, e Ato Declaratório Executivo nº 188, de 23/08/2012.
<u>SGT</u> SE São Gotardo 2	Concessão em fase de construção conforme Contrato de Concessão nº 024/12 - ANEEL	Aviso de Adjudicação e Homologação Leilão nº 5/12 - ANEEL.	R\$3,7 milhões	18 meses após assinatura do contrato de concessão de transmissão. Conclusão da obra e início de operação em 19 de março de 2014. (*)	Portaria MME nº 128, de 08/10/2012 e Ato Declaratório Executivo nº 239, de 19/11/2012.
<u>TSN</u>	Seccionamento da LT Paraíso	Resolução	R\$1,5	24 meses após a	Portaria MME nº 196

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Concessão LT/SE	Reforço/ concessão em fase de construção	Resolução ANEEL	Receita estimada	Previsão de conclusão e status	REIDI
PATESA - SE Lagoa Nova II	- Açú II na SE Lagoa Nova.	Autorizativa nº 3.757, 20/11/2012	milhões	publicação da resolução autorizativa da Aneel. Previsão de Energização: em dezembro de 2014.	de 28/12/2012 e Ato Declaratório Executivo Nº 9, de 5 de fevereiro de 2014.
MAR LT Itabirito II – Vespasiano II	Projeto Mariana - Linha de Transmissão 500 kV - Itabirito 2 / Vespasiano 2	Aviso de Adjudicação e Homologação Leilão Nº 13/2013-ANEEL. Contrato de Concessão nº 011/2014	R\$99 milhões	36 meses após a assinatura do contrato de concessão de transmissão que foi realizada em 2 de maio de 2014.	Portaria MME nº 182/2014 de 25/07/2014.

(\*) De acordo com o contrato de concessão assinado entre a SGT e a ANEEL, a data prevista para conclusão da subestação era 28 de fevereiro de 2014, porém a Companhia concluiu a obra em 19 de março de 2014 e as penalidades previstas em contrato provisionadas na SGT.

(c) A principal adição no período de janeiro a junho de 2013 está relacionada ao reforço, em fase de construção, descrito a seguir:

Concessão LT/SE	Reforço/ concessão em fase de construção	Resolução ANEEL	Receita estimada	Previsão de conclusão e status	REIDI
ATE II SE São João do Piauí	Reforço referentes a instalação do banco de reatores manobrável em 500 kV, 3x60 (180) Mvar.	Resolução Autorizativa nº 3.029, de 09/08/2011.	R\$2,4 milhões	20 meses após a publicação da resolução autorizativa da ANEEL. Conclusão da obra e início da operação: 9 de junho de 2013.	Portaria MME nº 545, de 21/09/11, e Ato Declaratório Executivo nº 44, de 26/04/2012.

(d) Refere-se às transferências decorrentes dos processos de incorporação ocorridos em 31 de janeiro e 30 de junho de 2013. Vide nota explicativa nº 1.

Novos reforços ainda não iniciados conforme Resolução Autorizativa Aneel nº 4.347/2013:

Concessão	Subestação	Reforço	Prazo para implantação após publicação Res. ANEEL (meses)	Enquadramento Res. Normativa nº 443/11
Taesa (TSN)	SE RIO DAS ÉGUAS 500 KV	Instalar disjuntor e chave seccionadora para complementar o módulo de conexão da LT 500 kV Rio das Éguas - Serra da Mesa II.	Até 18	IV
Taesa (TSN)	SE RIO DAS ÉGUAS 500 KV	Instalar disjuntor e chave seccionadora para complementar o módulo de conexão do reator de barra.	Até 18	IV
Taesa (ATE)	SE ASSIS 500 KV	Desenvolvimento e implantação de Servidores e IHMs SAGE, bem como desenvolvimento dos pontos de agrupamento conforme determinação do submódulo 2.7 do procedimento de rede do ONS.	Até 12	VII
Taesa (ATE II)	SE COLINAS 500 KV	Desenvolvimento e implantação de servidores e IHMs SAGE, bem como desenvolvimento dos pontos de agrupamento conforme determinação do submódulo 2.7 do procedimento de rede do ONS.	Até 12	VII
ATE III	SE COLINAS 500 KV	Desenvolvimento e implantação de servidores e IHMs SAGE, bem como desenvolvimento dos pontos de agrupamento conforme determinação do submódulo 2.7 do procedimento de rede do ONS.	Até 12	VII
Taesa (NTE)	SE ANGELIM II 500 KV	Instalação de novo hardware e parametrização do software da base de dados do sistema de supervisão e controle da NTE.	Até 12	VII

## Notas Explicativas



### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE JUNHO DE 2014 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

- A seguir encontram-se as principais características dos contratos de concessão assinados entre as concessionárias do Grupo e a ANEEL descritos na nota explicativa nº 1:

RAP - a prestação do serviço público de transmissão ocorrerá mediante o pagamento à transmissora da RAP a ser auferida, a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. A RAP é reajustada anualmente pelo Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M (TSN, Gtesa, Patesa, Munirah, Novatrans, ETEO, ETAU, ATE, ATE II, STE, EATE, ETEP, ENTE, ECTE, ERTE e Lumitrans) e Índice de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA (Brasnorte, ATE III, SGT, STC, EBTE e ESDE).

Faturamento da receita de operação, manutenção e construção - pela disponibilização das instalações de transmissão para operação comercial, a transmissora terá direito, nos primeiros 15 anos de operação comercial, ao faturamento anual de operação, manutenção e construção, reajustado e revisado anualmente. A partir do 16º ano de operação comercial, o faturamento anual de operação, manutenção e construção da transmissora será de 50% do 15º ano de operação comercial, estendendo-se até o término do prazo final da concessão.

No caso das concessões detidas pela Brasnorte, SGT, STC, EBTE e ESDE, bem como dos reforços nas linhas de transmissão realizados após o ano 2008, não há decréscimo do faturamento no 16º ano, sendo o recebimento da RAP linear durante o período da concessão.

Parcela variável - a receita de operação, manutenção e construção estará sujeita a desconto, mediante redução em base mensal, refletindo a condição de disponibilidade das instalações de transmissão, conforme metodologia disposta no CPST.

A parcela referente ao desconto anual por indisponibilidade não poderá ultrapassar 12,5% (no caso da ECTE, 25%) da receita anual de operação, manutenção e construção da transmissora, relativa ao período contínuo de 12 meses anteriores ao mês da ocorrência da indisponibilidade, inclusive esse mês. Caso seja ultrapassado o limite supracitado, a transmissora estará sujeita à penalidade de multa, aplicada pela ANEEL nos termos da Resolução nº 318, de 6 de outubro de 1998, no valor máximo por infração incorrida de 2% do valor do faturamento anual de operação, manutenção e construção dos últimos 12 meses anteriores à lavratura do auto de infração.

Ativo financeiro indenizável (extinção da concessão e reversão de bens vinculados ao serviço público de energia elétrica) - o advento do termo final do contrato de concessão determina, de pleno direito, a extinção da concessão, facultando-se à ANEEL, a seu exclusivo critério, prorrogar o referido contrato até a assunção de uma nova transmissora. A extinção da concessão determinará, de pleno direito, a reversão, ao Poder Concedente, dos bens vinculados ao serviço, procedendo-se aos levantamentos e às avaliações, bem como à determinação do montante da indenização devida à transmissora, observados os valores e as datas de sua incorporação ao sistema elétrico.

O valor da indenização dos bens reversíveis será aquele resultante de inventário realizado pela ANEEL ou por preposto especialmente designado, e seu pagamento será realizado com os recursos da Reserva Global de Reversão - RGR, na forma do artigo 33 do Decreto nº 41.019/57, Regulamento dos Serviços de Energia Elétrica, e do artigo 4º da Lei nº 5.655/71, alterado pelo artigo 9º da Lei nº 8.631/93, depois de finalizado o processo administrativo e esgotados todos os prazos e instâncias de recursos, em uma parcela, corrigida monetariamente até a data de pagamento.

## Notas Explicativas



### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE JUNHO DE 2014 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

A Companhia não é obrigada a remunerar o Poder Concedente pelas concessões das linhas de transmissão de energia, por meio de investimentos adicionais, quando da reversão dos bens vinculados ao serviço público de energia elétrica. A Administração entende que a melhor estimativa para o valor de indenização é o valor residual do ativo imobilizado.

Renovação ou rescisão - a critério exclusivo da ANEEL e para assegurar a continuidade e qualidade do serviço público, o prazo da concessão poderá ser prorrogado por, no máximo, igual período, de acordo com o que dispõe o parágrafo 3º do artigo 4º da Lei nº 9.074/95, mediante requerimento da transmissora. A eventual prorrogação do prazo da concessão estará subordinada ao interesse público e à revisão das condições estipuladas no contrato de concessão.

Aspectos ambientais - a transmissora deverá construir, operar e manter as instalações de transmissão, observando a legislação e os requisitos ambientais aplicáveis e adotando todas as providências necessárias com o órgão responsável para obtenção dos licenciamentos, por sua conta e risco, e cumprir todas as suas exigências. Independentemente de outras exigências do órgão licenciador ambiental, a transmissora deverá implementar medidas compensatórias, na forma prescrita no artigo 36 da Lei nº 9.985/00, que trata de "reparação de danos ambientais causados pela destruição de florestas e outros ecossistemas", a serem detalhadas na apresentação do Projeto Básico Ambiental, de sua responsabilidade, ao órgão competente, submetendo-se, ainda, às exigências dos órgãos ambientais dos Estados onde serão implantadas as linhas de transmissão.

Descumprimento de penalidades - nos casos de descumprimento das penalidades impostas por infração ou notificação ou determinação da ANEEL e dos procedimentos de rede, para regularizar a prestação de serviços, poderá ser decretada a caducidade da concessão, na forma estabelecida na Lei e no contrato de concessão, sem prejuízo da apuração das responsabilidades da transmissora perante o Poder Concedente, a ANEEL, os usuários e terceiros e das indenizações cabíveis. Alternativamente à declaração de caducidade, poderá a ANEEL propor a desapropriação do bloco de ações de controle da transmissora e levá-lo a leilão público. O valor mínimo definido para o leilão será o montante líquido da indenização que seria devida no caso de caducidade. Aos controladores será transferido do montante apurado o valor equivalente às respectivas participações.

- Estrutura de formação da RAP

As concessões das linhas de transmissão de energia do Grupo são remuneradas pela disponibilidade de suas instalações de transmissão, integrantes da Rede Básica, da Rede Básica de Fronteira e das Demais Instalações de Transmissão - DIT, não estando vinculadas à carga de energia elétrica transmitida, mas sim ao valor homologado pela ANEEL quando da outorga do contrato de concessão. A remuneração pelas DIT que não pertencem à Rede Básica é feita por meio de uma tarifa definida pela ANEEL. Essa remuneração não varia com a sua disponibilidade.

- Resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL

A seguir, a composição da RAP de cada concessão do Grupo Taesa de acordo com as resoluções homologatórias emitidas pela ANEEL. As receitas do Grupo são reconhecidas de acordo com a ICPC 01 (R1) (equivalente à IFRIC 12), conforme detalhado na nota explicativa nº 4.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

	Ciclo 2013-2014			Ciclo 2012-2013		
	Total da receita	PA apuração	Total líquido	Total da receita	PA apuração	Total líquido
TSN	385.689	(11.803)	373.886	361.361	(14.325)	347.036
Gtesa	7.021	(212)	6.809	6.610	(266)	6.344
Munirah	28.802	(869)	27.933	27.116	(1.088)	26.028
Patesa	16.862	(509)	16.353	15.875	(637)	15.238
ETEO	138.821	(4.188)	134.633	130.696	(5.250)	125.446
Novatrans	410.285	(12.378)	397.907	386.272	(15.515)	370.757
ETAU (*)	18.002	(523)	17.479	16.948	(447)	16.501
Brasnorte (*)	7.662	(243)	7.419	8.499	(303)	8.196
NTE	120.847	-	120.847	113.774	(4.570)	109.204
ATE	117.617	(3.879)	113.738	110.734	(5.433)	105.301
ATE II	179.035	(5.402)	173.633	168.557	(6.764)	161.793
ATE III	88.908	(2.503)	86.405	77.885	(3.103)	74.782
STE	64.484	-	64.484	60.710	(2.436)	58.274
ENTE (*)	88.838	(2.680)	86.158	6.970	(280)	6.690
EATE (*)	169.753	(5.121)	164.632	13.320	(535)	12.785
EBTE (*)	27.336	(1.436)	25.900	1.396	(117)	1.279
ECTE (*)	14.320	(432)	13.888	2.941	(118)	2.823
ETEP (*)	38.676	(1.168)	37.508	3.035	(122)	2.913
ERTE (*)	19.941	(426)	19.515	1.232	(49)	1.183
STC (*)	12.798	(176)	12.622	1.252	(14)	1.238
Lumitrans (*)	8.402	(253)	8.149	824	(33)	791
ESDE (*)	2.697	(3.489)	(792)	61	-	61
ETSE (*) (a)	3.014	-	3.014	-	-	-
Transirapé (*)	882	(13)	869	-	-	-
Transleste (*)	1.611	(49)	1.562	-	-	-
Transudeste (*)	988	(30)	958	-	-	-
SGT (b)	3.982	-	3.982	-	-	-
<b>TOTAL</b>	<b>1.977.273</b>	<b>(57.782)</b>	<b>1.919.491</b>	<b>1.516.068</b>	<b>(61.405)</b>	<b>1.454.663</b>

(\*) Referem-se a valores proporcionais à participação da Companhia nas concessões em cada período. Essas concessões, são controladas em conjunto ou coligadas da Companhia, cujos resultados são incorporados às informações contábeis intermediárias da Companhia com base no método de equivalência patrimonial.

(a) Prevista para entrar em operação em setembro de 2014.

(b) Conclusão da obra e início da operação em 18 de março de 2014.

Ciclo 2013-2014 - RAP no período de 1º de julho de 2013 a 30 de junho de 2014 - Resolução Homologatória ANEEL nº 1.559, de 27 de junho de 2013.

Ciclo 2012-2013 - RAP no período de 1º de julho de 2012 a 30 de junho de 2013 - Resolução Homologatória ANEEL nº 1.313, de 26 de junho de 2012.

Em que:

Total da Receita RAP = RBL - Rede Básica Licitada; RAP - RBNI - Rede Básica Novas Instalações; Fronteira - RBNI - Rede Básica Novas Instalações - Fronteira; Fronteira - RBL - Rede Básica Licitada - Fronteira; RPEC - DIT - Receita dos ativos das demais concessionárias de transmissão licitadas - Demais Instalações de Transmissão, RCDM - DIT - Receita das Demais Instalações de Transmissão.

PA - Apuração = parcela de ajuste do exercício para compensar o déficit ou superávit de arrecadação do exercício anterior (2012-2013/2013-2014).

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**8. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS**

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
<b>Ativo</b>				
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL antecipados	16	3.269	-	3.050
Programa de Integração Social - PIS e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS a compensar	34.679	43.055	18.878	22.914
IRPJ e CSLL a compensar/Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF (a)	44.668	34.756	34.493	25.744
Impostos e contribuições retidos (b)	7.397	11.305	4.514	8.615
Outros	890	822	604	602
	<b>87.650</b>	<b>93.207</b>	<b>58.489</b>	<b>60.925</b>
<b>Circulante</b>				
Circulante	79.864	81.081	58.489	60.925
Não circulante	7.786	12.126	-	-
	<b>87.650</b>	<b>93.207</b>	<b>58.489</b>	<b>60.925</b>
<b>Passivo</b>				
IRPJ e CSLL correntes	53.589	1.200	53.203	1.187
PIS e COFINS	422	4.317	414	4.317
Instituto Nacional de Seguridade Social - INSS e Fundo de Garantia do Tempo de Serviço - FGTS	1.244	1.645	1.220	1.628
Imposto Sobre Serviços - ISS	583	510	376	360
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	1.712	1.848	499	655
Outros	2.786	1.244	2.621	1.092
	<b>60.336</b>	<b>10.764</b>	<b>58.333</b>	<b>9.239</b>

- (a) Referem-se substancialmente ao IRRF sobre o resgate de recursos oriundos de aplicações financeiras, para a transferência das novas participações no Grupo TBE, e sobre o juros sobre o capital próprio recebido no período, bem como o saldo negativo dos impostos correntes apurados pela ATE III a serem compensados.
- (b) Referem-se a impostos e contribuições sociais retidos na fonte - Lei nº 10.833/03 (IRRF, CSLL, PIS e COFINS) sobre os serviços prestados principalmente aos órgãos e às entidades de administração pública pela Taesa e ATE III.

Considerando que desde janeiro de 2014 a Companhia não mais usufrui dos benefícios fiscais das concessões TSN, Novatrans, Gtesa, Patesa e NTE, que venceram em 31 de dezembro de 2013, a Companhia estima que utilizará o montante registrado no ativo circulante nos próximos 12 meses.

Os valores registrados como não circulante referem-se aos impostos que, de acordo com a capacidade de realização da Companhia, não serão compensados nos próximos 12 meses. Não há nenhuma evidência de "impairment" para esses ativos.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**9. IMPOSTOS E CONTRIBUIÇÕES SOCIAIS DIFERIDOS**

Os créditos fiscais detalhados a seguir, incidentes sobre prejuízo fiscal, base negativa de contribuição social e outros valores que constituem diferenças temporárias, os quais serão utilizados para redução de carga tributária futura, foram reconhecidos tomando por base o histórico de rentabilidade e as expectativas de geração de lucros tributáveis nos próximos exercícios. Os valores foram contabilizados de acordo com as Instruções CVM nº 319/99 e nº 349/01 e, conforme determinações da ANEEL, são amortizados pela curva entre a expectativa de resultados futuros e o prazo das concessões do Grupo Taesa.

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, líquidos por empresa, apresentados no balanço patrimonial consolidado, são demonstrados a seguir:

	30/06/2014			31/12/2013		
	Ativo	Passivo	Efeito líquido ativo (passivo)	Ativo	Passivo	Efeito líquido ativo (passivo)
TAESA	494.289	(372.409)	121.880	509.412	(407.023)	102.389
ATE III	36.681	(4.089)	32.592	38.808	(5.642)	33.166
<b>Ativo</b>	<b>530.970</b>	<b>(376.498)</b>	<b>154.472</b>	<b>548.220</b>	<b>(412.665)</b>	<b>135.555</b>
SGT	-	(1.235)	(1.235)	-	(741)	(741)
MARIANA	-	(28)	(28)	-	-	-
<b>Passivo</b>	<b>-</b>	<b>(1.263)</b>	<b>(1.263)</b>	<b>-</b>	<b>(741)</b>	<b>(741)</b>
	<b>530.970</b>	<b>(377.761)</b>	<b>153.209</b>	<b>548.220</b>	<b>(413.406)</b>	<b>134.814</b>

Os principais saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos, ativos e passivos, estão apresentados a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
<b>Ativo</b>				
Crédito fiscal incorporado - ágio (a)	489.423	504.661	489.423	504.661
Diferenças temporárias (b)	28.933	28.411	4.866	4.751
Prejuízos fiscais	12.614	15.148	-	-
	<b>530.970</b>	<b>548.220</b>	<b>494.289</b>	<b>509.412</b>
<b>Passivo</b>				
Diferenças temporárias (b)	<b>(377.761)</b>	<b>(413.406)</b>	<b>(372.409)</b>	<b>(407.023)</b>

- (a) O crédito fiscal do ágio é proveniente da incorporação da parcela cindida da Transmissora Atlântico de Energia S.A. no exercício de 2009 e da incorporação da Transmissora Alterosa de Energia S.A. no exercício de 2010.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

(b) As diferenças temporárias são compostas da seguinte forma:

	30/06/2014		31/12/2013
	Base de cálculo	IRPJ e CSLL	IRPJ e CSLL
<b>Consolidado</b>			
Provisão para participação nos lucros	5.700	1.938	3.079
Provisão para fornecedores	3.213	1.092	752
Provisão para parcela variável	1.147	390	546
Provisão para riscos trabalhistas	285	97	535
Ajustes das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09:			
- Ajuste a valor de mercado - dívida	4.027	1.369	-
- Aplicação da ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão	70.726	24.047	23.499
<b>Total do ativo</b>		<b>28.933</b>	<b>28.411</b>
Rateio antecipação e parcela de ajuste	(22.303)	(7.583)	(1.478)
Variação cambial - regime de caixa	-	-	(2.235)
Ajustes das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09:			
- Aplicação da CPC 20 (R1) - Custo de Empréstimos	(3.718)	(1.264)	(1.566)
- Aplicação da ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão	(1.083.332)	(368.333)	(407.994)
- Instrumentos Financeiros - derivativos	(1.709)	(581)	(133)
<b>Total do passivo</b>		<b>(377.761)</b>	<b>(413.406)</b>
<b>Controladora</b>			
Provisão para parcela variável	1.087	370	391
Provisão para participação nos lucros	5.700	1.938	3.079
Provisão para fornecedores	3.213	1.092	746
Provisão para riscos trabalhistas	285	97	535
Ajustes das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09:			
- Ajuste a valor de mercado - dívida	4.027	1.369	-
<b>Total do ativo</b>		<b>4.866</b>	<b>4.751</b>
Rateio antecipação e parcela de ajuste	(20.917)	(7.112)	(1.411)
Ajustes das Leis nº 11.638/07 e nº 11.941/09:			
- Aplicação do CPC 20 (R1) - Custo de Empréstimos	(3.718)	(1.264)	(1.566)
- Aplicação da ICPC 01 (R1) - Contratos de Concessão	(1.068.978)	(363.452)	(404.046)
- Instrumentos Financeiros - derivativos	(1.709)	(581)	-
<b>Total do passivo</b>		<b>(372.409)</b>	<b>(407.023)</b>

Expectativa de realização de impostos e contribuições diferidos ativos

Com base nos estudos técnicos das projeções de resultados tributáveis, estima-se a recuperação do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos nos seguintes exercícios:

	2014	2015	2016	2017	2018	Após 2018	Total
Crédito fiscal incorporado - ágio	15.238	30.477	30.477	30.477	30.477	352.277	489.423
Diferenças temporárias	4.525	1.698	2.270	1.202	1.202	18.036	28.933
Prejuízos fiscais e base negativa de CSLL	2.067	4.134	4.547	1.866	-	-	12.614
	<b>21.830</b>	<b>36.309</b>	<b>37.294</b>	<b>33.545</b>	<b>31.679</b>	<b>370.313</b>	<b>530.970</b>

A Administração da Companhia elaborou a projeção de resultados tributáveis futuros, demonstrando a capacidade de realização desses créditos tributários nos períodos indicados e conforme requerido pela Instrução CVM nº 371, de 27 de junho de 2002. O referido estudo é examinado pelo Conselho Fiscal e aprovado pelo Conselho de Administração no fim de cada exercício.

Com base nesse estudo, a Administração tem expectativa de realização dos saldos apresentados. Essas estimativas são periodicamente revisadas, de modo que eventuais alterações na perspectiva de recuperação desses créditos possam ser tempestivamente consideradas nas informações contábeis intermediárias. De acordo com o artigo 510 do Regulamento do Imposto de Renda - RIR/99, o prejuízo fiscal e a base negativa de contribuição social são compensáveis com lucros futuros, até o limite de 30% do lucro tributável, não estando sujeitos ao prazo prescricional.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**10. TRIBUTOS DIFERIDOS**

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
PIS e COFINS diferidos - Passivo (*)	302.510	311.603	252.411	260.561

(\*) Montante relacionado à diferença temporária (RTT) sobre as receitas do Grupo, na aplicação da interpretação técnica ICPC 01 (R1).

**11. DEPÓSITOS JUDICIAIS**

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Cíveis (a)	6.232	4.229	4.149	4.179
Fiscais (b)	8.555	9.281	7.217	7.943
	<b>14.787</b>	<b>13.510</b>	<b>11.366</b>	<b>12.122</b>

As descrições dos principais saldos encontram-se a seguir:

(a) Cíveis

Faixa de servidão - Refere-se aos depósitos efetuados pela Taesa e ATE III relativos aos processos de faixa de servidão. Em 30 de junho de 2014 o valor de depósitos judiciais cíveis referentes à faixa de servidão era de aproximadamente R\$3.096 (R\$2.160 em 31 de dezembro de 2013).

Taxa de compensação IBAMA - ação civil pública ajuizada pelo Ministério Público Federal em face da ATE e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente - IBAMA, objetivando impedir a operação da linha de transmissão Londrina - Araraquara, bem como a concessão da licença de operação sem a devida regularização fundiária, demarcação das terras e elaboração, revisão ou implantação dos Planos de Manejo das Unidades de Conservação atingidas pelo empreendimento. O depósito judicial decorre de ordem judicial para que fosse oferecida compensação ambiental. A ATE poderá levantar esse depósito assim que finalizada a ação judicial, com o reconhecimento de que cumpriu com as obrigações de regularização fundiária e ambiental. O saldo registrado em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 era de R\$1.088.

Consórcio Colinas - no decorrer do exercício de 2008, as empresas que participam do Consórcio Colinas, contratado para a construção das linhas de transmissão, entraram em litígio e, conseqüentemente, os consultores jurídicos externos da ATE II decidiram efetuar a liquidação do contas a pagar decorrente de prestação de serviços mediante depósito judicial, no montante de R\$1.663 em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013. Esse valor está registrado no balanço da Companhia, na rubrica "Outras contas a pagar", no passivo não circulante, no mesmo montante.

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)****(b) Fiscais****PIS e COFINS**

- **TSN** - embargos à execução fiscal interpostos pela TSN em face da Fazenda Nacional, a fim de cancelar a cobrança de supostos créditos tributários relativos ao PIS e à COFINS, apurados com base no confronto de obrigações acessórias relativas ao ano-calendário 2001. Nenhuma provisão para riscos fiscais foi contabilizada, uma vez que, segundo a opinião dos consultores jurídicos externos, a expectativa de perda nesse processo é considerada possível. O saldo registrado em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é de R\$514.
- **NTE** - embargos à execução fiscal interpostos pela NTE em face da Fazenda Nacional, a fim de cancelar a cobrança de supostos créditos fiscais relativos ao PIS e à COFINS. Nenhuma provisão para riscos tributários foi contabilizada, uma vez que, segundo a opinião dos consultores jurídicos externos, as expectativas de perda nesse processo são consideradas possíveis. O saldo registrado em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é de R\$3.474.
- **IPI** - ação anulatória de débito fiscal de Imposto sobre Produtos Industrializados - IPI com pedido de antecipação de tutela proposta pela TSN (sucedida pela Taesa) em face da União Federal, a fim de questionar suposto crédito tributário constituído através de procedimento administrativo fiscal. Nenhuma provisão para riscos fiscais foi contabilizada, uma vez que, segundo a opinião dos consultores jurídicos, as expectativas de perda nesse processo são consideradas possíveis. O saldo registrado em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é de R\$771.
- **ICMS - Taesa Serviços** - ação anulatória de débito fiscal de ICMS com pedido de antecipação de tutela proposta pela Taesa Serviços (sucedida pela Taesa) em face da Secretaria de Fazenda do Estado da Bahia, a fim de questionar suposto crédito tributário constituído através de procedimento administrativo fiscal. Nenhuma provisão para riscos fiscais foi contabilizada, uma vez que, segundo a opinião dos consultores jurídicos, as expectativas de perda nesse processo são consideradas possíveis. O saldo registrado em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é de R\$215.
- **ICMS - ATE III** - trata-se de depósito para garantir a Execução Fiscal nº 20081093669-9, na qual se cobra a diferença do ICMS recolhido pela ATE III quando da remessa interestadual de máquinas, equipamentos, peças e demais insumos para a linha de transmissão no Estado do Pará. Foi concedido um benefício fiscal à empresa pelo Estado do Pará, no qual estava reduzida em 50% a base de cálculo do ICMS relativa ao diferencial de alíquota nas aquisições dos bens indicados anteriormente. Foram opostos embargos à Execução Fiscal (ação própria para defesa contra uma cobrança executiva fiscal), sobre os quais ainda não foi obtida sentença. Nenhuma provisão para riscos fiscais foi contabilizada, uma vez que, segundo a opinião dos consultores jurídicos externos, as expectativas de perda nesse processo são consideradas possíveis. O saldo registrado em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é de R\$1.337.
- **CSLL, PIS e COFINS** - embargos à execução fiscal interposto pela NTE em 2013, a fim de cancelar a cobrança de supostos créditos tributários relativos à CSLL, ao PIS e à COFINS. Nenhuma provisão para riscos fiscais foi contabilizada, uma vez que, segundo a opinião dos consultores jurídicos externos, as expectativas de perda nesse processo são consideradas possíveis. O saldo registrado em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é de R\$736.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

- CSRF, IRRF, PIS, COFINS, CSLL - ação cautelar interposta pela NTE em 2013, com pedido de liminar, com o fito de realizar depósito judicial para a suspensão da exigibilidade do débito nos termos do art.151, II, do CTN, para que se determine que a União Federal não considere como óbice à emissão de certidão positiva com efeitos negativos em favor da empresa os débitos consubstanciados em diversas Certidões de Dívida Ativa, abstendo-se igualmente de inscrever o seu nome no CADIN - Cadastro Informativo dos créditos não quitados do setor público federal. Nenhuma provisão para riscos fiscais foi contabilizada, uma vez que, segundo a opinião dos consultores jurídicos externos, as expectativas de perda nesse processo são consideradas possíveis. O saldo registrado em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 é de R\$1.484.

**12. INVESTIMENTOS (EM CONTROLADAS, CONTROLADAS EM CONJUNTO E COLIGADAS)**

<b>Balço patrimonial</b>	<b>30/06/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
Controladas	598.140	362.662
Controladas em conjunto	149.258	159.611
Coligadas	1.660.746	1.725.466
	<b>2.408.144</b>	<b>2.247.739</b>

<b>Resultado de equivalência patrimonial</b>	<b>01/04/2014 a 30/06/2014</b>	<b>01/04/2013 a 30/06/2013</b>	<b>01/01/2014 a 30/06/2014</b>	<b>01/01/2013 a 30/06/2013</b>
Controladas	5.528	9.046	21.676	44.427
Controladas em conjunto	2.107	(3.997)	4.297	(1.483)
Coligadas	20.214	7.170	43.975	7.170
	<b>27.849</b>	<b>12.219</b>	<b>69.948</b>	<b>50.114</b>

I. Investimentos em controladas

	<b>Quantidade total de ações</b>		<b>Participação - %</b>	
	<b>30/06/2014</b>	<b>31/12/2013</b>	<b>30/06/2014</b>	<b>31/12/2013</b>
ATE III	588.500.000	379.500.000	100%	100%
SGT	9.457.000	6.257.000	100%	100%
MAR	20.001.000	1.000	100%	100%

Para outras informações sobre a atividade e o local de operação das controladas da Companhia, vide nota explicativa nº 1.

A movimentação dos investimentos em controladas, incluindo o valor justo alocado oriundo do processo de alocação do preço pago - pronunciamento técnico CPC 15 (R1) - Combinação de Negócios, apresentado nas informações contábeis intermediárias individuais (controladora), é como segue:

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014**  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)

	Controladora						Total
	NTE	UNISA	ATE II	ATE III	SGT	MAR	
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2013</b>	<b>353.245</b>	<b>1.811.003</b>	-	-	<b>2.497</b>	-	<b>2.166.745</b>
Incorporação de controladas - janeiro/2013 (a)	(356.642)	(1.832.089)	724.809	353.262	-	-	(1.110.660)
Aumento/integralização de capital	-	-	150.000	-	3.456	-	153.456
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	-	-	(43.915)	(15.912)	-	-	(59.827)
Equivalência patrimonial	3.397	21.086	25.506	(5.691)	129	-	44.427
Incorporação de controladas - junho/2013 (a)	-	-	(856.400)	-	-	-	(856.400)
<b>Saldos em 30 de junho de 2013</b>	-	-	-	<b>331.659</b>	<b>6.082</b>	-	<b>337.741</b>
Aumento/integralização de capital	-	-	-	-	400	-	400
Equivalência patrimonial	-	-	-	37.693	799	1	38.493
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	-	-	-	(7.840)	-	-	(7.840)
Dividendos a receber 2013	-	-	-	(6.132)	-	-	(6.132)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	-	-	-	<b>355.380</b>	<b>7.281</b>	<b>1</b>	<b>362.662</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2014</b>	-	-	-	<b>355.380</b>	<b>7.281</b>	<b>1</b>	<b>362.662</b>
Aumento/integralização de capital	-	-	-	209.000	3.200	20.000	232.200
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	-	-	-	(18.398)	-	-	(18.398)
Equivalência patrimonial	-	-	-	21.109	187	380	21.676
<b>Saldos em 30 de junho de 2014</b>	-	-	-	<b>567.091</b>	<b>10.668</b>	<b>20.381</b>	<b>598.140</b>

(a) Essas empresas foram incorporadas e/ou tiveram a sua participação societária transferida diretamente para a Taesa como parte do processo de reorganização societária do Grupo por meio das incorporações ocorridas em 31 de janeiro e 30 de junho de 2013. Para outras informações, vide nota explicativa nº 1.

Aumento de capital - ATE III - Em 14 de maio de 2014 a Assembleia Geral Extraordinária da ATE III aprovou o aumento de capital no valor de R\$192.700, elevando o capital de R\$395.800 para R\$588.500. O aumento de capital em questão visou conferir à ATE III os recursos necessários para liquidação antecipada de dívidas com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID). O aumento de capital foi subscrito e integralizado pela Taesa em 15 de maio de 2014 e, nesta mesma data, a Taesa integralizou o restante do capital subscrito e não integralizado aprovado na Assembleia realizada em 3 de junho de 2008 no valor de R\$16.300.

Dividendos adicionais propostos - ATE III - Em 28 de fevereiro de 2014 a Assembleia Geral Ordinária da ATE III ratificou a proposta de destinação do resultado de 2013. Desta forma, o valor de R\$18.398 foi transferido para o Ativo Circulante na rubrica de Dividendos a receber.

Aumento de capital - MAR - Em 25 de fevereiro de 2014 a Assembleia Geral Extraordinária da Mariana aprovou o aumento de capital no valor de R\$20.000, elevando o capital de R\$1 para R\$20.001. O aumento de capital em questão visa conferir à Mariana os recursos necessários à realização do empreendimento que constitui o seu objeto social. O aporte de capital foi realizado pela Taesa em 11 de março de 2014.

Dividendos intercalares 2013 - ATE III - Mediante aprovação prévia do BID, em 13 de setembro de 2013 a Companhia pagou, a título de dividendos, o valor de R\$30.000, sendo R\$21.216 referentes a destinação do resultado de 2012, R\$944 referentes a destinação do resultado de 2011 e R\$7.840 referentes a dividendos distribuídos da reserva estatutária constituída com a finalidade de cumprir o índice de cobertura da dívida determinado pelo BID, aprovados conforme AGE ocorrida em 11 de setembro de 2013.

Aumento de capital - ATE II - em 10 de maio de 2013, a Assembleia Geral e Extraordinária da ATE II aprovou o aumento de capital social no montante de R\$150.000, integralizados na mesma data pela Taesa. Os recursos oriundos do aumento de capital foram utilizados para o pagamento de empréstimos com o BID e o BNDES, para posterior incorporação da ATE II a Taesa.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Dividendos adicionais 2012 - ATE II - em 12 de abril de 2013, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da ATE II deliberou o pagamento de R\$43.915, a título de dividendos adicionais referentes ao exercício de 2012. Esses dividendos foram incorporados pela Companhia conforme detalhado na nota explicativa nº 1.

Dividendos adicionais 2012 - ATE III - em 12 de abril de 2013, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da ATE III deliberou o pagamento de R\$15.912, a título de dividendos adicionais propostos referentes ao exercício de 2012, pagos conforme descrito no parágrafo anterior.

Aumento de capital - SGT - Conforme descrito no quadro a seguir, foram deliberadas as subscrições e integralizações de capital social na SGT como segue:

Data da AGE	Evento	Capital subscrito	Capital integralizado	
			Montante	Data
12/11/2012	Aumento de capital	864	(864)	16/01/2013
10/12/2012	Aumento de capital	864	(864)	28/05/2013
10/01/2013	Aumento de capital	1.728	(1.728)	28/05/2013
03/10/2013	Aumento de capital	400	(400)	03/10/2013
18/03/2014	Aumento de capital	3.200	(3.200)	19/03/2014
		<b>7.056</b>	<b>(7.056)</b>	

Em 30 de junho de 2014, todo o capital da SGT se encontrava integralizado. Os aumentos de capital em questão conferiram à Companhia os recursos necessários à realização do empreendimento que constitui o seu objeto social. A Companhia obteve liberação de parte do financiamento do BNDES para financiar o projeto. Para maiores informações, vide nota explicativa nº 15.

## II. Investimentos em controladas em conjunto e coligadas

	Quantidade total de ações		Participação - % (direta ou indireta)	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
<b>Controladas em conjunto</b>				
ETAU	34.895.364	34.895.364	52,5838%	52,5838%
Brasnorte	191.052.000	191.052.000	38,6645%	38,6645%
<b>Coligadas diretas</b>				
EATE	180.000.010	180.000.010	49,98%	49,98%
EBTE (i)	263.058.339	263.058.339	49,00%	49,00%
ECTE	42.095.000	42.095.000	19,09%	19,09%
ENTE	100.840.000	100.840.000	49,99%	49,99%
ETEP	45.000.010	45.000.010	49,98%	49,98%
ERTE (ii)	52.149.397	36.940.800	35,41%	49,99%
<b>Coligadas indiretas</b>				
STC (iii)	162.340.000	162.340.000	39,98%	39,98%
ESDE (iv)	38.291.000	38.291.000	49,98%	49,98%
Lumitrans (v)	57.576.060	57.576.060	39,98%	39,98%
ETSE (vi)	60.893.000	60.893.000	19,09%	19,09%
EBTE (i)	263.058.339	263.058.339	25,49%	25,49%
ERTE (ii)	52.149.397	36.940.800	14,58%	-
TRANSUDESTE (vii)	30.000.000	30.000.000	4,95%	4,95%
TRANSLESTE (viii)	49.569.000	49.569.000	5,00%	5,00%
TRANSIRAPÉ (ix)	22.340.490	22.340.490	4,95%	4,95%

- (i) A EATE controla a EBTE com 51% de participação, sendo a participação remanescente de 49% detida diretamente pela Taesa. Consequentemente, a Companhia também possui uma participação indireta na EBTE de 25,49% por meio da EATE (observando-se que a Taesa possui uma participação de 49,98% na EATE). Dessa forma, a participação direta e indireta da Taesa na EBTE é de 74,49%. A Taesa possui influência significativa na EBTE, conforme acordo de acionistas assinados entre as partes.

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

- (ii) Conforme detalhado na nota explicativa nº 2, em junho de 2014, a ERTE também passou a ser uma investida da EATE, com uma participação de 29,16% no capital total dessa investida. Considerando que a Taesa possui uma participação de 49,98% na EATE, a participação direta e indireta da Taesa na ERTE continuou 49,99%.
- (iii) A EATE possui 80% de participação na STC; consequentemente, a Taesa possui uma participação indireta de 39,98%.
- (iv) A ETEP possui 100% de participação na ESDE; consequentemente, a Taesa possui uma participação indireta de 49,98%.
- (v) A EATE possui 80% de participação na Lumitrans; consequentemente, a Taesa possui uma participação indireta de 39,98%.
- (vi) A ECTE possui 100% de participação na ETSE; consequentemente, a Taesa possui uma participação indireta de 19,09%.
- (vii) A EATE possui 9,90% de participação da TRANSUDESTE; consequentemente, a Taesa possui uma participação indireta de 4,95%.
- (viii) A EATE possui 9,99% de participação da TRANSLESTE; consequentemente, a Taesa possui uma participação indireta de 5,00%.
- (ix) A EATE possui 9,90% de participação da TRANSIRAPÉ; consequentemente, a Taesa possui uma participação indireta de 4,95%.

A data-base das demonstrações financeiras das controladas em conjunto e coligadas mencionadas anteriormente é 31 de dezembro de cada ano.

Para outras informações sobre a atividade e o local de operação das controladas em conjunto e coligadas do Grupo Taesa, vide nota explicativa nº 1.

Aquisição de coligada indireta - Em 17 de outubro de 2013, a coligada EATE concluiu a operação de aquisição da totalidade da participação acionária detida pela Orteng no capital social das transmissoras Transudeste, Transleste e Transirapé (vide nota explicativa nº 2).

A Companhia possui controle compartilhado da ETAU e Brasnorte e influência significativa nas empresas do Grupo TBE, por meio de acordo de acionistas assinado com as empresas descritas a seguir:

Controladas em conjunto	
ETAU	Eletrosul Centrais Elétricas S.A. ("Eletrosul"), DME Energética S.A. ("DME") e Companhia Estadual de Geração e Transmissão de Energia Elétrica ("CEEE-GT")
Brasnorte	Eletronorte - Centrais Elétricas do Norte do Brasil S.A. ("Eletronorte") e Bimetal Energia S.A. ("Bimetal")
Coligadas diretas	
EATE, ENTE, ETEP e ERTE	Alupar Investimento SA ("Alupar")
EBTE	EATE
ECTE	Alupar, Centrais Elétricas de Santa Catarina ("CELESC") e MDU Resources Luxembourg II LLC ("MDU")

As principais cláusulas do acordo de acionistas das coligadas do Grupo TBE estão listadas na nota explicativa nº 1. As principais cláusulas dos acordos dos acionistas das controladas em conjunto estão listadas a seguir:

Brasnorte

- a) O Conselho de Administração será composto de 5 (cinco) Conselheiros, sendo 2 (dois) membros indicados pela Eletronorte, 2 (dois) membros indicados pela Taesa e 1 (um) membro indicado pela Bimetal. O Presidente do Conselho de Administração será indicado pela Bimetal e eleito pela maioria dos votos do Conselho de Administração, sendo responsável pela organização e coordenação dos trabalhos deste órgão, não tendo direito a voto de qualidade.
- b) A Diretoria será composta por 3 (três) Diretores, eleitos pelos Conselheiros nos seguintes termos: caberá à Eletronorte a indicação do Diretor Técnico; caberá à TAESA a indicação do Diretor-Presidente; e caberá à Bimetal a indicação do Diretor Administrativo-Financeiro.

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

- c) Se uma das Partes decidir vender parcial ou integralmente as suas ações ou receber uma oferta de compra total ou parcial de seu *stake* na Sociedade, os demais Acionistas terão direito de preferência na aquisição das ações em negociação. O direito de preferência para a compra de ações será exercido sempre sobre a totalidade, e não menos do que a totalidade, das ações ofertadas.
- d) As questões, litígios ou controvérsias entre os Acionistas serão resolvidos de forma amigável, mediante negociações diretas mantidas em boa fé, por um período não superior a 30 (trinta) dias. Na hipótese de, decorrido o prazo de 30 (trinta) dias, as partes não chegarem a uma solução amigável, as questões, litígios ou controvérsias serão dirimidas, em caráter definitivo, por meio de arbitragem institucional, a ser processada de acordo com o Regulamento de Arbitragem da Câmara FGV Conciliação e Arbitragem.
- e) O acordo terá seu prazo de validade semelhante ao do Contrato de Concessão do Empreendimento, podendo ser inclusive renovado.

**ETAU**

- a) A companhia terá um conselho de administração composto por cinco membros e respectivos suplentes, os quais deverão ser eleitos pelas acionistas. Cada acionista indicará um membro do conselho de administração, um efetivo e um suplente, independentemente do percentual de participação da acionista no capital da companhia.
- b) A companhia terá uma diretoria composta de dois diretores, acionistas da companhia ou não, sendo profissionais de reconhecida capacidade técnica nas suas respectivas áreas de atuação, residentes no país, eleitos pelo conselho de administração para um mandato de dois anos, podendo ser reeleitos.
- c) As acionistas terão entre si direito de preferência na aquisição das ações dos que desejarem aliená-las, por qualquer forma ou motivo, direito esse proporcional à participação que possuam no capital subscrito e integralizado da companhia, e que, se não for exercido, no todo ou em parte, reverterá às demais acionistas, sempre proporcionalmente.
- d) Como condição para a venda a terceiro, o referido deverá, necessariamente, apresentar para a Companhia e para as demais acionistas comprovação de ter obtido, em data não anterior a 180 (cento e oitenta) dias da mencionada apresentação, no mínimo, o "rating" BrBBB+ (escala nacional), emitido pela *Standard and Poors* (S&P), ou "rating" substancialmente equivalente ao antes mencionado, junto a outra agência de "rating" internacionalmente reconhecida.
- e) No caso de controvérsias ou disputas decorrentes deste acordo, as acionistas envidarão seus melhores esforços para alcançar composição amigável. Caso as acionistas não alcancem composição amigável no prazo de 15 (quinze) dias contados do recebimento da notificação por escrito de outra(s) acionista(s), informando a existência de controvérsia ou disputa, as acionistas elegem o foro central da Comarca da Capital do Estado de São Paulo, como competente para dirimir qualquer controvérsia existente entre as acionistas, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

(a) Movimentação dos investimentos

Movimentação dos investimentos em controladas em conjunto - inclui o valor justo alocado oriundo do processo de alocação do preço pago - pronunciamento técnico CPC 15 (R1), apresentado nas informações contábeis intermediárias individuais (controladora) e consolidadas.

<b>Controladas em conjunto</b>	<b>ETAU</b>	<b>Brasnor</b>	<b>TOTAL</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2013</b>	<b>79.332</b>	<b>82.401</b>	<b>161.733</b>
Equivalência patrimonial	2.629	(4.112)	(1.483)
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	(6.294)	-	(6.294)
Retificação de dividendos obrigatórios a receber	-	3.217	3.217
<b>Saldos em 30 de junho de 2013</b>	<b>75.667</b>	<b>81.506</b>	<b>157.173</b>
Equivalência patrimonial	1.682	866	2.548
Dividendos a receber 2013	(110)	-	(110)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>77.239</b>	<b>82.372</b>	<b>159.611</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2014</b>	<b>77.239</b>	<b>82.372</b>	<b>159.611</b>
Aprovação dos dividendos adicionais propostos	(14.650)	-	(14.650)
Equivalência patrimonial	2.999	1.298	4.297
<b>Saldos em 30 de junho de 2014</b>	<b>65.588</b>	<b>83.670</b>	<b>149.258</b>

Dividendos adicionais propostos ETAU - Em 17 de fevereiro de 2014 a Assembleia Geral Ordinária da ETAU ratificou a proposta de destinação do resultado de 2013. Desta forma, o valor de R\$14.650 foi transferido para o Ativo Circulante na rubrica de Dividendos a receber.

Dividendos adicionais 2012 - ETAU - em 11 de abril de 2013, a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da ETAU ratificou a destinação do resultado do exercício de 2012. Os dividendos adicionais propostos, no montante de R\$6.295, considerando a participação da Companhia, foram transferidos para o Ativo Circulante na rubrica de Dividendos a receber. Esses dividendos foram recebidos em 17 e 18 de dezembro de 2013.

Retificação de dividendos 2012 - Brasnor - a Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária da Brasnor de 30 de abril de 2013 retificou a proposta de destinação do resultado do exercício de 2012, retendo todo o valor dos dividendos obrigatórios como reserva especial (artigo 202, inciso III, parágrafo 5º, da Lei nº 6.404/76).

Movimentação dos investimentos em coligadas - inclui o valor justo oriundo do processo de alocação do valor desembolsado na aquisição dessas empresas, apresentado nas demonstrações financeiras individuais (controladora) e consolidadas.

	<b>EATE</b>	<b>EBTE</b>	<b>ECTE</b>	<b>ENTE</b>	<b>ERTE</b>	<b>ETEP</b>	<b>TOTAL</b>
Aquisição de participação 31/05/2013	805.807	133.552	50.764	417.998	114.830	168.464	<b>1.691.415</b>
Equivalência patrimonial	3.971	331	75	1.902	108	783	7.170
<b>Saldos em 30 de junho de 2013</b>	<b>809.778</b>	<b>133.883</b>	<b>50.839</b>	<b>419.900</b>	<b>114.938</b>	<b>169.247</b>	<b>1.698.585</b>
Equivalência patrimonial	88.320	14.387	4.015	38.210	11.233	14.618	170.783
Dividendos propostos	(88.162)	(1.452)	(2.949)	(17.782)	(3.418)	(9.014)	(122.777)
JCP propostos	(12.126)	-	(490)	(5.543)	-	(2.966)	(21.125)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2013</b>	<b>797.810</b>	<b>146.818</b>	<b>51.415</b>	<b>434.785</b>	<b>122.753</b>	<b>171.885</b>	<b>1.725.466</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2014</b>	<b>797.810</b>	<b>146.818</b>	<b>51.415</b>	<b>434.785</b>	<b>122.753</b>	<b>171.885</b>	<b>1.725.466</b>
Equivalência patrimonial	17.436	2.175	971	14.706	2.527	6.160	43.975
Dividendos propostos	(67.433)	-	(3.270)	(17.762)	(10.410)	(9.820)	(108.695)
<b>Saldos em 30 de junho de 2014</b>	<b>747.813</b>	<b>148.993</b>	<b>49.116</b>	<b>431.729</b>	<b>114.870</b>	<b>168.225</b>	<b>1.660.746</b>

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Dividendos propostos Grupo TBE 2014

Investida	Natureza dos dividendos / JCP	Data da aprovação	Órgão	Montante
EATE	Adicionais propostos 2013	11/04/2014	AGOE	46.837
EATE	Intercalares 2014	20/05/2014	RCA	20.596
ECTE	Adicionais propostos 2013	11/04/2014	AGOE	1.165
ECTE	Intercalares 2014	20/05/2014	RCA	2.105
ENTE	Adicionais propostos 2013	11/04/2014	AGOE	5.552
ENTE	Intercalares 2014	20/05/2014	RCA	12.210
ERTE	Adicionais propostos 2013	11/04/2014	AGOE	7.349
ERTE	Intercalares 2014	20/05/2014	RCA	3.061
ETEP	Adicionais propostos 2013	11/04/2014	AGOE	2.529
ETEP	Intercalares 2014	20/05/2014	RCA	7.291
				<b>108.695</b>

O pagamento dos valores acima poderá ocorrer em parcelas, conforme disponibilidade de caixa, inclusive ultrapassando o exercício de 2014.

Dividendos propostos Grupo TBE 2013

Dividendos	EATE	EBTE	ECTE	ENTE	ERTE	ETEP	Total
28 de agosto de 2013	18.849	-	1.446	5.999	-	4.178	30.472
26 de setembro de 2013	-	-	-	2.807	-	-	2.807
<b>Aprovado no Conselho de Administração de 27 de agosto de 2013</b>							<b>33.279</b>
12 de dezembro de 2013	-	-	-	-	-	4.836	4.836
20 de dezembro de 2013	69.313	-	-	-	-	-	69.313
30 de dezembro de 2013	-	-	668	2.749	-	-	3.417
Dividendos propostos a receber (intercalares)	-	-	835	6.227	-	-	7.062
<b>Aprovado nos Conselhos de Administração de 3 e 5 de dezembro de 2013</b>							<b>84.628</b>
Dividendos propostos a receber (obrigatórios)	-	1.452	-	-	3.418	-	4.870
	<b>88.162</b>	<b>1.452</b>	<b>2.949</b>	<b>17.782</b>	<b>3.418</b>	<b>9.014</b>	<b>122.777</b>

Juros sobre capital próprio propostos Grupo TBE 2013

	EATE	ECTE	ENTE	ETEP	TOTAL
11 de dezembro de 2013	9.150	373	4.183	2.235	15.941
30 de dezembro de 2013	2.976	117	1.360	731	5.184
	<b>12.126</b>	<b>490</b>	<b>5.543</b>	<b>2.966</b>	<b>21.125</b>

Em 21 de novembro de 2013, os Conselhos de Administração da EATE, ECTE, ENTE e ETEP aprovaram o crédito imediato de juros sobre o capital próprio aos acionistas no montante de R\$21.125, pagos em 11 de dezembro de 2013 o montante de R\$15.941 e em 30 de dezembro de 2013 o montante de R\$5.184.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

(b) Informações financeiras resumidas e outras

A seguir encontram-se as informações contábeis intermediárias resumidas apresentadas nas informações contábeis intermediárias individuais das controladas em conjunto e coligadas em conformidade com os pronunciamentos, as interpretações e as orientações técnicas emitidos pelo CPC.

Agregação das informações contábeis intermediárias - considerando que as empresas coligadas diretas em que a Taesa possui participação são entidades similares do setor de transmissão de energia elétrica e são administradas como um grupo de concessões (Grupo TBE), a Administração da Companhia optou por agregar as informações contábeis intermediárias das empresas coligadas (Grupo TBE) para a apresentação do balanço patrimonial e demonstração do resultado.

Balanço patrimonial	30 de junho de 2014				
	ETAU	Brasnorte	Subtotal	Grupo TBE	Total
Caixa e equivalentes de caixa	12.236	7.663	19.899	52.180	72.079
Ativo financeiro (i)	19.891	17.053	36.944	920.371	957.315
Outros ativos circulantes	4.357	3.845	8.202	52.566	60.768
<b>Ativos circulantes</b>	<b>36.484</b>	<b>28.561</b>	<b>65.045</b>	<b>1.025.117</b>	<b>1.090.162</b>
Ativo financeiro (i)	103.989	240.603	344.592	1.779.473	2.124.065
Investimentos em participações societárias	-	-	-	660.900	660.900
Outros ativos não circulantes	4.204	756	4.960	69.049	74.009
<b>Ativos não circulantes</b>	<b>108.193</b>	<b>241.359</b>	<b>349.552</b>	<b>2.509.422</b>	<b>2.858.974</b>
Empréstimos e financiamentos (ii)	7.041	10.856	17.897	197.958	215.855
Outros passivos circulantes	31.660	2.076	33.736	193.355	227.091
<b>Passivos circulantes</b>	<b>38.701</b>	<b>12.932</b>	<b>51.633</b>	<b>391.313</b>	<b>442.946</b>
Empréstimos e financiamentos (ii)	17.975	10.798	28.773	712.510	741.283
Outros passivos não circulantes	9.885	29.786	39.671	330.795	370.466
<b>Passivos não circulantes</b>	<b>27.860</b>	<b>40.584</b>	<b>68.444</b>	<b>1.043.305</b>	<b>1.111.749</b>
<b>Patrimônio líquido individual</b>	<b>78.116</b>	<b>216.404</b>	<b>294.520</b>	<b>2.099.921</b>	<b>2.394.441</b>
<b>Patrimônio líquido individual - participação da Taesa</b>	<b>41.076</b>	<b>83.670</b>	<b>124.746</b>	<b>988.587</b>	<b>1.113.333</b>
Valor justo alocado do ativo financeiro, líquido de impostos	24.512	-	24.512	672.159	696.671
<b>Investimento total da Taesa</b>	<b>65.588</b>	<b>83.670</b>	<b>149.258</b>	<b>1.660.746</b>	<b>1.810.004</b>

Balanço patrimonial	31 de dezembro de 2013				
	ETAU	Brasnorte	Subtotal	Grupo TBE	Total
Caixa e equivalentes de caixa	3.862	8.113	11.975	31.105	43.080
Ativo financeiro (i)	19.891	17.053	36.944	835.798	872.742
Outros ativos circulantes	4.201	3.678	7.879	74.500	82.379
<b>Ativos circulantes</b>	<b>27.954</b>	<b>28.844</b>	<b>56.798</b>	<b>941.403</b>	<b>998.201</b>
Ativo financeiro (i)	108.176	242.314	350.490	1.844.410	2.194.900
Investimentos em participações societárias	-	-	-	579.135	579.135
Outros ativos não circulantes	3.984	510	4.494	65.323	69.817
<b>Ativos não circulantes</b>	<b>112.160</b>	<b>242.824</b>	<b>354.984</b>	<b>2.488.868</b>	<b>2.843.852</b>
Empréstimos e financiamentos (ii)	7.135	10.836	17.971	325.160	343.131
Outros passivos circulantes	3.555	2.145	5.700	187.427	193.127
<b>Passivos circulantes</b>	<b>10.690</b>	<b>12.981</b>	<b>23.671</b>	<b>512.587</b>	<b>536.258</b>
Empréstimos e financiamentos (ii)	21.686	16.168	37.854	570.291	608.145
Outros passivos não circulantes	10.087	29.476	39.563	318.494	358.057
<b>Passivos não circulantes</b>	<b>31.773</b>	<b>45.644</b>	<b>77.417</b>	<b>888.785</b>	<b>966.202</b>
<b>Patrimônio líquido individual</b>	<b>97.651</b>	<b>213.043</b>	<b>310.694</b>	<b>2.028.899</b>	<b>2.339.593</b>
<b>Patrimônio líquido individual - participação da Taesa</b>	<b>51.349</b>	<b>82.372</b>	<b>133.721</b>	<b>973.981</b>	<b>1.107.702</b>
Valor justo alocado do ativo financeiro, líquido de impostos	25.890	-	25.890	751.485	777.375
<b>Investimento total da Taesa</b>	<b>77.239</b>	<b>82.372</b>	<b>159.611</b>	<b>1.725.466</b>	<b>1.885.077</b>

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Demonstração do resultado	01/04/2014 a 30/06/2014				
	ETAU	Brasnorte	Subtotal	Grupo TBE	Total
Receita operacional líquida	5.956	3.989	9.945	189.076	199.021
Custos e despesas	(1.265)	(1.218)	(2.483)	(21.421)	(23.904)
Receitas financeiras	284	180	464	3.190	3.654
Despesas financeiras	(540)	(714)	(1.254)	(26.442)	(27.696)
Equivalência patrimonial	-	-	-	22.486	22.486
IRPJ e CSLL correntes e diferidos	(371)	(540)	(911)	(31.290)	(32.201)
<b>Resultado do período</b>	<b>4.064</b>	<b>1.697</b>	<b>5.761</b>	<b>135.599</b>	<b>141.360</b>
<b>Resultado do período - participação da Taesa</b>	<b>2.137</b>	<b>654</b>	<b>2.791</b>	<b>61.266</b>	<b>64.057</b>
Apropriação do valor justo alocado do ativo financeiro, líquido de impostos	(684)	-	(684)	(41.052)	(41.736)
<b>Resultado de equivalência patrimonial - Taesa</b>	<b>1.453</b>	<b>654</b>	<b>2.107</b>	<b>20.214</b>	<b>22.321</b>
<b>Resultado abrangente do período</b>	<b>4.064</b>	<b>1.697</b>	<b>5.761</b>	<b>135.599</b>	<b>141.360</b>
<b>Resultado abrangente do período - participação da Taesa</b>	<b>2.137</b>	<b>654</b>	<b>2.791</b>	<b>61.266</b>	<b>64.057</b>
Apropriação do valor justo alocado do ativo financeiro, líquido de impostos	(684)	-	(684)	(41.052)	(41.736)
<b>Resultado de equivalência patrimonial - Taesa</b>	<b>1.453</b>	<b>654</b>	<b>2.107</b>	<b>20.214</b>	<b>22.321</b>

Demonstração do resultado	01/04/2013 a 30/06/2013				
	ETAU	Brasnorte	Subtotal	Grupo TBE	Total
Receita operacional líquida	6.188	(18.153)	(11.965)	75.616	63.651
Custos e despesas	(1.193)	(978)	(2.171)	(6.792)	(8.963)
Receitas financeiras	138	164	302	505	807
Despesas financeiras	(1.228)	(773)	(2.001)	(6.131)	(8.132)
Equivalência Patrimonial	-	-	-	7.162	7.162
IRPJ e CSLL correntes e diferidos	(243)	6.408	6.165	(14.525)	(8.360)
<b>Resultado do período</b>	<b>3.662</b>	<b>(13.332)</b>	<b>(9.670)</b>	<b>55.835</b>	<b>46.165</b>
<b>Resultado do período - participação da Taesa</b>	<b>1.925</b>	<b>(5.155)</b>	<b>(3.230)</b>	<b>26.694</b>	<b>23.464</b>
Apropriação do valor justo alocado do ativo financeiro, líquido de impostos	(767)	-	(767)	(19.524)	(20.291)
<b>Resultado de equivalência patrimonial - Taesa</b>	<b>1.158</b>	<b>(5.155)</b>	<b>(3.997)</b>	<b>7.170</b>	<b>3.173</b>
<b>Resultado abrangente do período</b>	<b>3.662</b>	<b>(13.332)</b>	<b>(9.670)</b>	<b>55.835</b>	<b>46.165</b>
<b>Resultado abrangente do período - participação da Taesa</b>	<b>1.925</b>	<b>(5.155)</b>	<b>(3.230)</b>	<b>26.694</b>	<b>23.464</b>
Apropriação do valor justo alocado do ativo financeiro, líquido de impostos	(767)	-	(767)	(19.524)	(20.291)
<b>Resultado de equivalência patrimonial - Taesa</b>	<b>1.158</b>	<b>(5.155)</b>	<b>(3.997)</b>	<b>7.170</b>	<b>3.173</b>

Demonstração do resultado	01/01/2014 a 30/06/2014				
	ETAU	Brasnorte	Subtotal	Grupo TBE	Total
Receita operacional líquida	11.984	7.936	19.920	364.765	384.685
Custos e despesas	(2.309)	(2.469)	(4.778)	(39.182)	(43.960)
Receitas financeiras	465	352	817	5.218	6.035
Despesas financeiras	(1.031)	(1.506)	(2.537)	(50.326)	(52.863)
Equivalência patrimonial	-	-	-	41.618	41.618
IRPJ e CSLL correntes e diferidos	(784)	(952)	(1.736)	(58.220)	(59.956)
<b>Resultado do período</b>	<b>8.325</b>	<b>3.361</b>	<b>11.686</b>	<b>263.873</b>	<b>275.559</b>
<b>Resultado do período - participação da Taesa</b>	<b>4.377</b>	<b>1.298</b>	<b>5.675</b>	<b>121.478</b>	<b>127.153</b>
Apropriação do valor justo alocado do ativo financeiro, líquido de impostos	(1.378)	-	(1.378)	(77.503)	(78.881)
<b>Resultado de equivalência patrimonial - Taesa</b>	<b>2.999</b>	<b>1.298</b>	<b>4.297</b>	<b>43.975</b>	<b>48.272</b>
<b>Resultado abrangente do período</b>	<b>8.325</b>	<b>3.361</b>	<b>11.686</b>	<b>263.873</b>	<b>275.559</b>
<b>Resultado abrangente do período - participação da Taesa</b>	<b>4.377</b>	<b>1.298</b>	<b>5.675</b>	<b>121.478</b>	<b>127.153</b>
Apropriação do valor justo alocado do ativo financeiro, líquido de impostos	(1.378)	-	(1.378)	(77.503)	(78.881)
<b>Resultado de equivalência patrimonial - Taesa</b>	<b>2.999</b>	<b>1.298</b>	<b>4.297</b>	<b>43.975</b>	<b>48.272</b>

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Demonstração do resultado	01/01/2013 a 30/06/2013				
	ETAU	Brasnorte	Subtotal	Grupo TBE	Total
Receita operacional líquida	12.406	(13.761)	(1.355)	75.616	74.261
Custos e despesas	(2.420)	(2.581)	(5.001)	(6.792)	(11.793)
Receitas financeiras	228	304	532	505	1.037
Despesas financeiras	(1.863)	(1.580)	(3.443)	(6.131)	(9.574)
Equivalência Patrimonial	-	-	-	7.162	7.162
IRPJ e CSLL correntes e diferidos	(542)	6.982	6.440	(14.525)	(8.085)
<b>Resultado do período</b>	<b>7.809</b>	<b>(10.636)</b>	<b>(2.827)</b>	<b>55.835</b>	<b>53.008</b>
<b>Resultado do período - participação da Taesa</b>	<b>4.106</b>	<b>(4.112)</b>	<b>(6)</b>	<b>26.694</b>	<b>26.688</b>
Apropriação do valor justo alocado do ativo financeiro, líquido de impostos	(1.477)	-	(1.477)	(19.524)	(21.001)
<b>Resultado de equivalência patrimonial - Taesa</b>	<b>2.629</b>	<b>(4.112)</b>	<b>(1.483)</b>	<b>7.170</b>	<b>5.687</b>
<b>Resultado abrangente do período</b>	<b>7.809</b>	<b>(10.636)</b>	<b>(2.827)</b>	<b>55.835</b>	<b>53.008</b>
<b>Resultado abrangente do período - participação da Taesa</b>	<b>4.106</b>	<b>(4.112)</b>	<b>(6)</b>	<b>26.694</b>	<b>26.688</b>
Apropriação do valor justo alocado do ativo financeiro, líquido de impostos	(1.477)	-	(1.477)	(19.524)	(21.001)
<b>Resultado de equivalência patrimonial - Taesa</b>	<b>2.629</b>	<b>(4.112)</b>	<b>(1.483)</b>	<b>7.170</b>	<b>5.687</b>

## (i) Ativo financeiro

Ativo financeiro	30/06/2014	31/12/2013
<b>Controladas em conjunto</b>		
ETAU	123.880	128.067
Brasnorte	257.656	259.367
	<b>381.536</b>	<b>387.434</b>
<b>Coligadas diretas</b>		
EATE	999.660	997.163
EBTE	530.573	520.858
ECTE	216.467	218.413
ENTE	597.968	588.486
ERTE	149.805	148.408
ETEP	205.371	206.880
	<b>2.699.844</b>	<b>2.680.208</b>

As principais características dos contratos de concessão assinados entre as concessionárias e a ANEEL são similares às da Taesa descritas na nota explicativa nº 7.

## (ii) Empréstimos e financiamentos

Concessão	Financiadores	Vencimento principal	Encargos financeiros	Garantias	30/06/2014	31/12/2013
<b>Controladas em conjunto</b>						
ETAU	BNDES	Janeiro/2018	Cesta de moedas + 4.0% a.a. TJLP + 4.0% a.a.	100% das ações da Companhia detidas pelos controladores Taesa, Eletrosul, CEEE e DME. Direitos da concessão ETAU. Recebíveis da concessão ETAU.	25.016	28.821
Brasnorte	CEF	Junho/2016	117,5% do CDI	Direitos creditórios (recebíveis) da concessão Brasnorte. Aval dos principais acionistas: Taesa e Eletronorte.	21.654	27.004
					<b>46.670</b>	<b>55.825</b>

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Concessão	Financiadores	Vencimento principal	Encargos financeiros	Garantias	30/06/2014	31/12/2013
<b>Coligadas</b>						
EATE	Debêntures Notas Promissórias	Março/2016	CDI + 1,3%	Sem garantias.	557.140	322.118
		Outubro/2017	CDI + 0,9875%			
		Março/2019	CDI + 1,15%			
		Junho/2014	CDI + 0,5%	Penhor dos direitos emergentes da concessão, dos direitos creditórios e das ações da empresa detidas pela EATE, além da constituição de conta-reserva.	-	140.080
		Maio/2025	TJLP + 2,56%			
EBTE	BNDES	Novembro/2019	4,5% a.a.		135.686	142.657
ECTE	Debêntures	Março/2016 Outubro/2017	CDI + 1,3% CDI + 0,9875%	Sem garantias.	110.013	118.033
ENTE	Debêntures	Março/2016	CDI + 1,3%	Sem garantias.	72.736	93.484
ERTE	BNDES	Outubro/2015	TJLP + 5%	Penhor dos direitos emergentes da concessão, dos direitos creditórios e das ações da empresa detidas pela Alupar, além da constituição de conta reserva.	-	36.974
		Outubro/2015	Cesta de moedas + 5%			
		Outubro/2026	TJLP + 1,97%			
ETEP	Debêntures	Novembro/2016	112,5% CDI	Sem garantias.	34.893	42.105
					<b>910.468</b>	<b>895.451</b>

Os contratos de empréstimos e financiamentos detalhados na tabela possuem cláusulas restritivas "covenants" financeiras e não financeiras de vencimento antecipado, incluindo o cumprimento de determinados indicadores financeiros durante a vigência dos respectivos contratos. Em 30 de junho de 2014, todas as cláusulas restritivas estabelecidas nos contratos de empréstimos e financiamento vigentes foram cumpridas pelas empresas controladas em conjunto e coligadas do Grupo Taesa.

(iii) Provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis e passivos contingentes

A Administração das empresas controladas em conjunto e coligadas, com base na opinião de seus assessores jurídicos externos e na análise das demandas judiciais pendentes, e consoante as práticas contábeis adotadas no Brasil, não constituiu nenhuma provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis

Em 30 de junho de 2014, existiam outros processos administrativos e judiciais nas áreas cível, fiscal e trabalhista, avaliados pelos consultores jurídicos externos como sendo de risco de perda possível, para os quais nenhuma provisão foi constituída, como segue:

	30/06/2014				31/12/2013
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Total	
<b>Controladas em conjunto</b>					
ETAU	-	-	-	-	60
Brasnorte	-	-	-	-	547
	-	-	-	-	<b>607</b>
<b>Coligadas</b>					
EATE	176	2.203	171	2.550	2.689
EBTE	-	-	84	84	4.166
ECTE	50	-	-	50	50
ENTE	-	4.441	41	4.482	734
	<b>226</b>	<b>6.644</b>	<b>296</b>	<b>7.166</b>	<b>7.639</b>

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**13. OUTRAS CONTAS A RECEBER E A PAGAR**

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
<b>Ativos circulantes</b>				
Adiantamentos diversos	4.173	4.323	3.848	4.166
Partes relacionadas (f)	133	129	23.135	22.961
Antecipações de P&D (a)	27.806	23.682	27.165	23.047
Outras contas a receber	10.771	9.399	10.482	9.394
	<b>42.883</b>	<b>37.533</b>	<b>64.630</b>	<b>59.568</b>
<b>Ativos não circulantes</b>				
Partes relacionadas (f)	-	-	-	2
Rateio de antecipação (d) e parcela de ajuste (c)	20.516	2.562	19.131	2.365
Outras contas a receber (e)	8.877	8.741	8.878	8.740
	<b>29.393</b>	<b>11.303</b>	<b>28.009</b>	<b>11.107</b>
<b>Passivos circulantes</b>				
Folha de pagamento	16.004	17.481	16.004	17.481
Compensação ambiental (b)	3.687	3.687	2.024	2.024
Outras contas a pagar (g)	12.397	3.387	12.365	3.379
	<b>32.088</b>	<b>24.555</b>	<b>30.393</b>	<b>22.884</b>
<b>Passivos não circulantes</b>				
Partes relacionadas (f)	-	-	661	735
Provisão para multa administrativa (h)	7.843	9.069	7.843	9.069
Outras contas pagar	1.666	1.838	1.670	1.838
	<b>9.509</b>	<b>10.907</b>	<b>10.174</b>	<b>11.642</b>

- (a) Referem-se às antecipações dos valores aplicados em projetos de Pesquisa e Desenvolvimento - P&D que serão compensados com o passivo registrado na rubrica de taxas regulamentares nos montantes de R\$55.626 no consolidado e R\$53.414 na controladora em 30 de junho de 2014 (R\$52.052 no consolidado e R\$50.075 na controladora em 31 de dezembro de 2013), quando da aprovação pela ANEEL e do encerramento dos respectivos projetos. Esse passivo não pode ser baixado, a nenhum título, sem a anuência prévia da ANEEL.
- (b) Refere-se à provisão das obrigações com o IBAMA e a Fundação Nacional do Índio - FUNAI para realização de projetos de compensação ambiental, cujo desembolso no período findo em 30 de junho de 2014 foi de R\$0 (R\$7 no período findo em 30 de junho de 2013). A Administração da Companhia entende que, independentemente dos desembolsos efetuados no período, essas compensações ambientais são obrigações presentes de curto prazo, pois a Companhia não tem o direito incondicional de diferir a liquidação desse passivo durante pelo menos 12 meses após a data do balanço.
- (c) A ANEEL, por meio do Ofício nº 237/2005-SRT/ANEEL, de 30 de novembro de 2005, orientou o ONS a ratear os déficits e superávits de arrecadação dos encargos de uso do sistema de transmissão entre todas as concessionárias de transmissão, na proporção do total de suas receitas anuais. Com base nesse Ofício, o ONS adicionou a receita mensal da concessionária os montantes de R\$3.044 no consolidado e de R\$2.853 na controladora, no período findo em 30 de junho de 2014 (adicionados R\$11.065 no consolidado e R\$10.280 na controladora no período findo em 30 de junho de 2013).
- (d) Refere-se aos faturamentos mensais realizados a título de rateio das antecipações de receita do sistema em ajuste à RAP de 2013, os quais serão liquidados por meio da compensação dos valores futuros de RAP a serem autorizados pelo ONS a partir de 1º de julho de 2013. Com base nesse Ofício, o ONS deduziu da receita mensal das concessionárias do Grupo Taesa, no período findo em 30 de junho de 2014, os montantes de R\$19.620 na controladora e de R\$20.769 no consolidado (deduziu os montantes de R\$25.323 na controladora e R\$27.033 no consolidado no período findo em 30 de junho de 2013).

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

- (e) Referem-se basicamente a: (i) gastos com a implantação do Manual de Controle Patrimonial do Setor Elétrico - MCPSE no valor de R\$4.536, exigido pela Resolução Normativa ANEEL nº 367, de 2 de junho de 2009. Em 2013, a Companhia enviou o primeiro relatório à ANEEL oriundo desse manual e entende que esse montante será reembolsado pela ANEEL a partir do exercício de 2014; e (ii) débitos fiscais de períodos anteriores à data de aquisição da NTE pela Taesa, os quais vêm sendo objeto de notificação de cobrança aos antigos acionistas, no valor de R\$1.948.
- (f) Vide nota explicativa nº 14.
- (g) Referem-se, basicamente, a adiantamentos de clientes para prestação de serviço de disponibilização das linhas de transmissão da Companhia e ao montante de R\$9.000 recebido a título de adiantamento pela venda do imóvel detalhado na nota explicativa nº 28, cujas expectativas de realização são inferiores a 12 meses.
- (h) Em 14 de junho de 2013, a ANEEL emitiu o Termo de Notificação nº 075/13-SFE a respeito da ação fiscalizadora ocorrida no período de 26 de outubro de 2012 a 26 de maio de 2013, que teve como objetivo verificar as causas e consequências do blecaute do dia 26 de outubro de 2012, às 00h14min. Em 6 de agosto de 2013, a Companhia manifestou-se tempestivamente ao Termo de Notificação, por meio da carta TAESA 267/2013. Em 21 de outubro de 2013, a ANEEL emitiu o Auto de Infração nº 1038/2013-SFE, determinando a instauração do processo administrativo punitivo em desfavor da TAESA.

Em virtude do auto de infração recebido, em 30 de setembro de 2013, a Companhia provisionou a multa no valor de R\$9.069. A Companhia registrou na ANEEL a interposição de recurso em relação ao referido Auto de Infração e estenderá as discussões até as últimas instâncias. Em 27 de março de 2014, foi publicado o Despacho nº 751/2014, proferido pela SFE/ANEEL, segundo o qual a Superintendência reconsiderou parcialmente a decisão constante do Auto de Infração, com base no art. 34 da Resolução Normativa ANEEL nº 063/2004. Em função da redução do valor da multa, foi revertida parte do valor da provisão inicial, estando provisionado atualmente o valor de R\$7.843. O processo ainda será analisado pela Diretoria da ANEEL, última instância na esfera administrativa.

## 14. PARTES RELACIONADAS

I - Transações com partes relacionadas - As operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a Companhia, seus controladores e empresas ligadas a seus acionistas, suas controladas e controladas em conjunto e profissionais-chave da Administração. Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de junho de 2014 e em 31 de dezembro 2013, assim como as transações que influenciaram o resultado dos períodos apresentados nestas informações contábeis intermediárias, estão detalhados a seguir:

Balanco patrimonial	Consolidado		Controladora	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
<b>Ativos circulantes</b>				
Contas a receber Taesa (UNISA) x ATE III (b.1)	-	-	22.832	22.832
Contas a receber Taesa x ETAU (c.1)	66	62	66	62
Contas a receber Taesa x Brasnorte (c.2)	67	67	67	67
Contas a receber Taesa x Mariana (b.7)	-	-	43	-
Contas receber Taesa x ATE III (b.9)	-	-	12	-
Contas receber Taesa x SGT (b.2)	-	-	115	-
	<b>133</b>	<b>129</b>	<b>23.135</b>	<b>22.961</b>
<b>Ativos não circulantes</b>				
Contas receber Taesa x SGT (b.2)	-	-	-	<b>2</b>
<b>Passivos não circulantes</b>				
Contas a pagar Taesa (UNISA) x ATE III (b.3)	-	-	<b>661</b>	<b>735</b>

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Demonstração do resultado	Consolidado			
	01/04/2014 a 30/06/2014	01/04/2013 a 30/06/2013	01/01/2014 a 30/06/2014	01/01/2013 a 30/06/2013
<b>Outras receitas operacionais</b>				
Serviços prestados SGT x Cemig D (b.8)	179	-	179	-
Prestação de serviços Taesa x ETAU (c.1)	171	158	329	305
Prestação de serviços Taesa x Brasnorte (c.2)	70	66	139	132
	<b>420</b>	<b>224</b>	<b>647</b>	<b>437</b>
<b>Custo operacional</b>				
Despesas com pessoal Taesa x Forluz (a.1)	146	96	296	393
Serviços prestados Cemig GT x SGT (b.4) (b.5) (b.6)	205	128	375	202
	<b>351</b>	<b>224</b>	<b>671</b>	<b>595</b>
<b>Despesas operacionais</b>				
Despesas com pessoal Taesa x Forluz (a.1)	250	216	462	668
Serviços prestados Taesa x Ativas (a.2)	193	177	386	354
Serviços prestados Taesa x Cemig D x UFGM (a.3)	272	-	272	-
	<b>715</b>	<b>393</b>	<b>1.120</b>	<b>1.022</b>

Demonstração do resultado	Controladora			
	01/04/2014 a 30/06/2014	01/04/2013 a 30/06/2013	01/01/2014 a 30/06/2014	01/01/2013 a 30/06/2013
<b>Outras receitas operacionais</b>				
Prestação de serviços Taesa x ETAU (c.1)	171	158	329	305
Prestação de serviços Taesa x Brasnorte (c.2)	70	66	139	132
	<b>241</b>	<b>224</b>	<b>468</b>	<b>437</b>
<b>Custo operacional</b>				
Despesas com pessoal Taesa x Forluz (a.1)	146	96	296	393
	<b>146</b>	<b>146</b>	<b>296</b>	<b>393</b>
<b>Despesas operacionais</b>				
Despesas com pessoal Taesa x Forluz (a.1)	250	216	462	668
Serviços prestados Taesa x Ativas (a.2)	193	177	386	354
Serviços prestados Taesa x Cemig D x UFGM (a.3)	272	-	272	-
	<b>715</b>	<b>393</b>	<b>1.120</b>	<b>1.022</b>

**a. Transações entre a Taesa e seus controladores e empresas ligadas**

**a.1. Taesa x Forluz - previdência privada (vide nota explicativa nº 26)**

Objeto do contrato: criação do Plano Taesaprev na Fundação Forluminas de Seguridade Social - Forluz, entidade fechada de previdência complementar, de quem a Companhia passou a ser uma das patrocinadoras, tendo sua aprovação pela Previc publicada em Diário Oficial no dia 27 de março de 2012.

Natureza e razão para a operação: plano de previdência privada para os funcionários.

Data da transação: 1º de abril de 2012.

Montante envolvido: investimento conforme opção do funcionário.

Montante correspondente à participação da Companhia: não aplicável.

Saldo existente: R\$0 no consolidado e na controladora em 30 de junho de 2014 e R\$0 em 31 de dezembro de 2013.

Resultado: R\$758 no consolidado e na controladora no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2014 (R\$1.061 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2013), R\$396 no consolidado e na controladora no período de 1º de abril a 30 de junho de 2014 (R\$312 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2013).

Taxa de juros cobrada: taxa de administração de 1,5% sobre o total das contribuições mensais (empresa e empregado).

Vigência/duração: não determinada.

Condições de rescisão ou extinção: não houve.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: não houve.

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)****a.2. Taesa x Ativas - contrato de prestação de serviços**

Objeto do contrato: prestação de serviços de "Data Center", incluindo o armazenamento, o processamento e a disponibilização, através da Internet de dados eletrônicos.

Natureza e razão para a operação: disponibilidade dos serviços e segurança dos dados armazenados.

Data da transação: 4 de setembro de 2009.

Montante envolvido: R\$49 (valor mensal contratual).

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$49 (valor mensal contratual).

Saldo existente: R\$0 no consolidado e na controladora em 30 de junho de 2014 e em 31 de dezembro de 2013.

Resultado: R\$386 no consolidado e na controladora no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2014 (R\$354 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2013) e R\$193 no consolidado e na controladora no período de 1º de abril a 30 de junho de 2014 (R\$177 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2013).

Taxa de juros cobrada: não houve.

Correção monetária: atualização anual pelo IGP-M.

Vigência/duração: 36 meses de vigência inicial a partir da data da sua assinatura. Cumprida a vigência inicial, o contrato será renovado automaticamente por períodos sucessivos de 12 meses, desde que não haja manifestação em contrário por qualquer das partes.

Condições de rescisão ou extinção: caso qualquer das partes decida rescindir o contrato, de forma unilateral e imotivada, antes do fim do seu prazo inicial de vigência, deverá pagar à outra parte, a título de multa, o valor equivalente a 30% do valor resultante da multiplicação do número de meses que faltarem para o término do prazo inicial pelo valor da mensalidade vigente no momento do cancelamento.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: Em 11 de abril de 2014 foi assinado um novo contrato de prestação de serviços com a Ativas, o qual entrará em vigor após o cumprimento de determinadas atividades definidas em contrato e a assinatura do termo de aceitação; e substituirá o presente contrato.

**a.3. Taesa x Cemig D x UFMG – convênio de cooperação técnico-científica**

Objeto do contrato: convênio de cooperação técnico-científica para o desenvolvimento do Projeto de Pesquisa e Desenvolvimento Tecnológico.

Natureza e razão para a operação: desenvolvimento de metodologia de caracterização e de modelo preditivo para o comportamento e envelhecimento de materiais poliméricos utilizados no setor elétrico.

Data da transação: 3 de fevereiro de 2014.

Montante envolvido: R\$1.419 (valor referente aos três repasses de responsabilidade da Taesa).

Saldo existente: R\$0 no consolidado e na controladora em 30 de junho de 2014 e em 31 de dezembro de 2013.

Resultado: R\$272 no consolidado e na controladora no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2014 (R\$0 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2013), R\$272 no consolidado e na controladora no período de 1º de abril a 30 de junho de 2014 (R\$0 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2013).

Taxa de juros cobrada: não houve.

Correção monetária: não houve.

Vigência/duração: 36 meses de vigência inicial a partir da data da sua assinatura.

Condições de rescisão ou extinção: o convênio poderá ser rescindido ou denunciado, por qualquer dos Partícipes, mediante notificação, por escrito, com antecedência mínima de 30 (trinta) dias, ressalvado o cumprimento das obrigações assumidas, vencidas ou vincendas.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: não houve.

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**b. Transações entre a Companhia e suas controladas e entre suas controladas e seus controladores****b.1. Contas a receber Taesa (UNISA) x ATE III - contrato de compra de ações da UNISA**

Objeto do contrato: contrato de compra de 50% das ações da UNISA.

Natureza e razão para a operação: créditos de direito da Taesa relativos a dividendos a pagar pelas controladas da UNISA - ATE II e ATE III à Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., conforme contrato de compra de ações da UNISA (vide nota explicativa nº 2).

Data da transação: 30 de novembro de 2011.

Montante envolvido: R\$54.771.

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$54.771.

Saldo existente: R\$0 no consolidado e R\$22.832 na controladora em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

Resultado: R\$0 no consolidado e na controladora no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2014 (R\$0 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2013).

Taxa de juros cobrada: não houve.

Vigência/duração: a expectativa da Companhia é de que o pagamento seja feito em um período inferior a 12 meses.

Condições de rescisão ou extinção: não houve.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: com a aquisição de 50% da UNISA em 30 de novembro de 2011 e dos 50% remanescentes em 3 de julho de 2012, a Companhia passou a ter direito sobre 100% do saldo de dividendos a receber pela UNISA da ATE II e ATE III, no montante de R\$54.771, sendo R\$31.258 da ATE II, R\$22.832 da ATE III e R\$681 da UNISA. Em 15 de agosto de 2012, houve o pagamento de parte desse saldo no valor de R\$31.258. Por ocasião da incorporação da UNISA na Taesa em 31 de janeiro de 2013, R\$681 da UNISA foram eliminados e R\$22.832 passaram a ser devidos pela ATE III à Taesa.

**b.2. Contas a receber Taesa x SGT - reembolso de gastos entre empresas do Grupo Taesa**

Objeto do contrato: não há.

Natureza e razão para a operação: reembolso de gastos entre as empresas do Grupo Taesa. Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e das despesas do Grupo Taesa, em determinadas situações, uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo Taesa. Portanto, a Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) dentro do Grupo. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros ou atualizações monetárias.

Data da transação: não aplicável.

Montante envolvido: não aplicável.

Montante correspondente à participação da Companhia: não aplicável.

Saldo existente: R\$0 no consolidado e R\$115 na controladora em 30 de junho de 2014 e R\$0 no consolidado e R\$2 na controladora em 31 de dezembro de 2013.

Resultado: não aplicável.

Taxa de juros cobrada: não há.

Vigência/duração: a expectativa da Companhia é que este valor seja recebido em um prazo inferior a 12 meses.

Condições de rescisão ou extinção: não houve.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: não há.

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**b.3. Contas a pagar Taesa (UNISA) x ATE III - reembolso de gastos entre empresas do Grupo**

Objeto do contrato: não há.

Natureza e razão para a operação: reembolso de gastos entre empresas do Grupo. Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e das despesas do Grupo, em determinadas situações, uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo. Portanto, a Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) dentro do Grupo. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros ou atualizações monetárias.

Data da transação: não aplicável.

Montante envolvido: não aplicável.

Montante correspondente à participação da Companhia: não aplicável.

Saldo existente: R\$0 no consolidado e R\$661 na controladora em 30 de junho de 2014 e R\$0 no consolidado e R\$735 na controladora em 31 de dezembro de 2013.

Resultado: não aplicável.

Taxa de juros cobrada: não aplicável.

Vigência/duração: a expectativa da Companhia é de que o pagamento seja feito em um prazo inferior a 12 meses.

Condições de rescisão ou extinção: não houve.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: por ocasião da incorporação da UNISA na Taesa em 31 de janeiro de 2013, o montante de R\$16 foi eliminado nesse processo. Por ocasião da incorporação da ATE II na Taesa em 30 de junho de 2013, o montante de R\$788 foi eliminado nesse processo.

**b.4. Cemig GT x SGT - contrato de prestação de serviço de engenharia do proprietário**

Objeto do contrato: contrato de prestação de serviços de engenharia do proprietário para implantação da subestação São Gotardo.

Natureza e razão para a operação: prestação de serviços de engenharia do proprietário.

Data da transação: 9 de janeiro de 2013.

Montante envolvido: R\$320 (valor total a ser pago em dez parcelas).

Saldo existente: R\$0 no consolidado e na controladora em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

Resultado: R\$170 no consolidado e R\$0 na controladora no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2014 (R\$128 no consolidado e R\$0 na controladora no mesmo período em 2013), R\$0 no consolidado e na controladora no período de 1º de abril a 30 de junho de 2014 (R\$128 no consolidado e R\$0 na controladora no mesmo período em 2013).

Taxa de juros cobrada: não houve.

Atualização monetária: atualização anual pelo IGP-M.

Vigência/duração: 26 meses a partir da emissão da ordem de serviço (janeiro de 2013) para a prestação do serviço contratado.

Condições de rescisão ou extinção: o contrato pode ser rescindido por descumprimento de qualquer cláusula ou condição do contrato; atraso injustificado no pagamento de qualquer parcela, por prazo superior a 90 dias; falência, recuperação judicial e extrajudicial, insolvência civil, dissolução ou liquidação judicial ou extrajudicial de qualquer das partes, declarada ou homologada; cessão ou transferência total ou parcial do objeto do presente instrumento, ou a subcontratação sem prévia autorização por escrito da contratante; inexecução total ou parcial das obrigações da contratada, nos termos e nas condições previstos no contrato; ocorrência de casos fortuitos ou de força maior, que se prolonguem por período superior a 15 dias consecutivos e que comprometam efetivamente o cumprimento dos prazos contratuais ajustados.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: não houve.

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**b.5. SGT X Cemig GT - Desenvolvimento de estudos**

Objeto do contrato: Desenvolvimento dos estudos e projetos de engenharia e na elaboração de relatórios ambientais das instalações de transmissão.

Natureza e razão para operação: Prestação de serviços de desenvolvimento dos estudos e projetos de engenharia e na elaboração de relatórios ambientais das instalações de transmissão.

Data da transação: 27 de agosto de 2012.

Montante envolvido: R\$74.

Saldo existente: R\$0 no consolidado e na controladora em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013.

Resultado: R\$0 no consolidado e na controladora no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2014 (R\$74 no consolidado e R\$0 na controladora no mesmo período em 2013), R\$0 no consolidado e na controladora no período de 1º de abril a 30 de junho de 2014 (R\$0 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2013).

Taxa de juros cobrada: Não houve.

Vigência/duração: Noventa dias a partir da assinatura do contrato.

Condições de rescisão ou extinção: Não houve.

Garantias e seguros relacionados: Não houve.

Outras informações relevantes: O contrato foi liquidado em 14 de fevereiro de 2013.

**b.6. SGT x Cemig GT - contrato de CCI**

Objeto do contrato: compartilhamento de instalações e estabelecimento de procedimentos técnico-operacionais.

Natureza e razão para operação: implementação da linha de transmissão.

Data da transação: 17 de fevereiro de 2014.

Montante envolvido: R\$3 (Taxa de conservação - valor mensal).

Saldo existente: R\$0 em 30 de junho de 2014 e em 31 de dezembro de 2013.

Resultado: R\$205 no consolidado e R\$0 na controladora no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2014 (R\$0 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2013), R\$205 no consolidado e R\$0 na controladora no período de 1º de abril a 30 de junho de 2014 (R\$0 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2013).

Taxa de juros cobrada: juros efetivos de mora de 1% a.m, calculados "pro rata die"; e multa de 2%.

Atualização monetária: atualização anual pelo IPCA.

Vigência/duração: entra em vigor a partir da data de sua assinatura, assim permanecendo até a extinção da concessão de uma das partes.

Condições de rescisão ou extinção: somente poderá ser rescindido em caso de extinção da concessão de qualquer das partes, ou por determinação legal.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: Em 23 de junho de 2014 a Companhia pagou a importância de R\$198 referentes ao ressarcimento dos custos incorridos na fase de implantação, previstos na cláusula 20ª do contrato, acrescidos de atualização monetária.

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**b.7. Contas a receber Taesa x Mariana - reembolso de gastos entre empresas do Grupo Taesa**

Objeto do contrato: não há.

Natureza e razão para a operação: reembolso de gastos entre as empresas do Grupo Taesa. Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e das despesas do Grupo Taesa, em determinadas situações, uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo Taesa. Portanto, a Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) dentro do Grupo. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros ou atualizações monetárias.

Data da transação: não aplicável.

Montante envolvido: não aplicável.

Montante correspondente à participação da Companhia: não aplicável.

Saldo existente: R\$0 no consolidado e R\$43 na controladora em 30 de junho de 2014 e R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2013.

Resultado: não aplicável.

Taxa de juros cobrada: não há.

Vigência/duração: a expectativa da Companhia é que este valor seja recebido em um prazo inferior a 12 meses.

Condições de rescisão ou extinção: não houve.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: não houve.

**b.8. SGT x Cemig D - contrato de CCT**

Objeto do contrato: disponibilidade do ponto de conexão.

Natureza e razão para operação: conexão ao sistema de transmissão.

Data da transação: 18 de março de 2014.

Montante envolvido: R\$57 (Encargos de conexão - valor mensal).

Saldo existente: R\$60 em 30 de junho de 2014 e R\$0 em 31 de dezembro de 2013, registrado no balanço patrimonial na rubrica "Clientes".

Resultado: R\$179 no consolidado e R\$0 na controladora no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2014 (R\$0 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2013), R\$179 no consolidado e R\$0 na controladora no período de 1º de abril a 30 de junho de 2014 (R\$0 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2013).

Taxa de juros cobrada: juros efetivos de mora de 1% a.m., calculados "pro rata die"; e multa de 2%.

Atualização monetária: não há.

Vigência/duração: entra em vigor a partir da data de sua assinatura, assim permanecendo até a extinção da concessão de uma das partes ou enquanto a acessante estiver conectada ao SIN.

Condições de rescisão ou extinção: a decretação de falência, dissolução judicial ou qualquer alteração do Estatuto Social da partes que prejudique a capacidade de executar as obrigações do contrato constitui causa de rescisão contratual por qualquer das partes. Ocorrendo a rescisão, a parte motivadora incorrerá em multa de 10% sobre a soma do valor dos encargos de conexão mensais, efetivamente pagos pela acessante durante todo o período em que o contrato esteve em vigor, até o momento da rescisão.

Garantias e seguros relacionados: Contrato de constituição de garantia em fase de assinatura.

Outras informações relevantes: A CEMIG D ressarcirá a SGT o valor de R\$45, correspondente à implantação do sistema de medição para faturamento (SMF) e Teleproteção da LD São Gotardo 2 / São Gotardo 1, 138 KV, conforme Resolução Normativa n.º 67/2004, de uma única vez, em até 90 dias da efetiva assinatura do CCT, mediante emissão de nota de débito.

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**b.9. Contas a receber Taesa x ATEIII - reembolso de gastos entre empresas do Grupo Taesa**

Objeto do contrato: não há.

Natureza e razão para a operação: reembolso de gastos entre as empresas do Grupo Taesa. Como parte do processo de gerenciamento e rateio dos custos e das despesas do Grupo Taesa, em determinadas situações, uma das empresas efetua o pagamento desses gastos por conta e ordem de outras empresas do Grupo Taesa. Portanto, a Administração considera para fins de divulgação apenas o saldo em aberto (a pagar ou a receber) dentro do Grupo. A Companhia entende que não existe um montante envolvido específico a ser divulgado nem impacto no resultado. Não há incidência de juros ou atualizações monetárias.

Data da transação: não aplicável.

Montante envolvido: não aplicável.

Montante correspondente à participação da Companhia: não aplicável.

Saldo existente: R\$0 no consolidado e R\$12 na controladora em 30 de junho de 2014 e R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2013.

Resultado: não aplicável.

Taxa de juros cobrada: não há.

Vigência/duração: a expectativa da Companhia é que este valor seja recebido em um prazo inferior a 12 meses.

Condições de rescisão ou extinção: não houve.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: não houve.

**c. Transações entre a Companhia e suas controladas em conjunto****c.1. Taesa x ETAU - contrato de serviços de "back-office"**

Objeto do contrato: contrato de prestação de serviços de "back-office" para atividades administrativas.

Natureza e razão para a operação: prestação de serviços administrativos.

Data da transação: 23 de janeiro de 2013 (data da última renovação).

Montante envolvido: R\$49 (valor mensal contratual).

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$49 (valor mensal contratual).

Saldo existente: R\$66 no consolidado e na controladora em 30 de junho de 2014 e R\$62 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2013.

Resultado: R\$329 no consolidado e na controladora no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2014 (R\$305 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2013), R\$171 no consolidado e na controladora no período de 1º de abril a 30 de junho de 2014 (R\$158 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2013).

Taxa de juros cobrada: não houve.

Atualização monetária: atualização anual pelo IGP-M.

Vigência/duração: quatro anos a partir da data de assinatura (até 23 de janeiro de 2017).

Condições de rescisão ou extinção: o contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante aviso prévio de 30 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação judicial ou falência de uma das partes.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: as partes pretendem manter esse contrato em vigor durante toda a vigência da concessão. A ANEEL autorizou a respectiva renovação por meio do Despacho nº 181, de 24 de janeiro de 2013.

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**c.2. Taesa x Brasnorte - contrato de serviços de "back-office"**

Objeto do contrato: contrato de prestação de serviços de "back-office" para atividades administrativas.

Natureza e razão para a operação: prestação de serviços administrativos.

Data da transação: 14 de abril de 2013 (data da última renovação).

Montante envolvido: R\$22 (valor mensal contratual).

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$22 (valor mensal contratual).

Saldo existente: R\$67 no consolidado e na controladora em 30 de junho de 2014 e R\$67 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro de 2013.

Resultado: R\$139 no consolidado e na controladora no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2014 (R\$132 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2013), R\$70 no consolidado e na controladora no período de 1º de abril a 30 de junho de 2014 (R\$66 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2013).

Taxa de juros cobrada: não houve.

Atualização monetária: atualização anual pelo IGP-M.

Vigência/duração: quatro anos a partir da data de assinatura (14 de abril de 2013).

Condições de rescisão ou extinção: o contrato pode ser rescindido a qualquer tempo, unilateralmente, mediante aviso prévio de 90 dias de antecedência, por motivo de impedimento de funcionamento ou na hipótese de recuperação judicial ou falência de uma das partes.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: as partes pretendem manter esse contrato em vigor durante toda a vigência da concessão. A ANEEL autorizou o referido contrato por meio do Despacho nº 195 de 25 de janeiro de 2013.

**c.3. Brasnorte x Taesa (TSN) - contrato de comodato de imóvel**

Objeto do contrato: contrato de comodato de parte de um imóvel entre a Brasnorte (comodatária) e a Taesa - TSN (comodante).

Natureza e razão para a operação: a ANEEL aprovou o contrato de comodato por meio do Despacho nº 1.636, de 25 de abril de 2008.

Data da transação: 25 de abril de 2008.

Montante envolvido: não aplicável (o contrato não possui valor).

Montante correspondente à participação da Companhia: não aplicável.

Saldo existente: não aplicável.

Resultado: não aplicável.

Taxa de juros cobrada: não aplicável.

Vigência/duração: tempo indeterminado.

Condições de rescisão ou extinção: não aplicável.

Garantias e seguros relacionados: não aplicável.

Outras informações relevantes: não houve.

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**d. Transações entre o Fundo Pampulha e seus controladores e empresas ligadas**

Objeto dos contratos: a Companhia é cotista do Fundo Pampulha, que se constitui em um fundo exclusivo entre o Grupo Taesa e o Grupo CEMIG. O Grupo, por meio do Fundo, realiza algumas aplicações em títulos emitidos por empresas pertencentes ao Grupo Taesa e ao Grupo CEMIG conforme detalhado a seguir.

Natureza e razão para as operações: aplicação de caixa do Grupo em fundo de investimento - Fundo Pampulha.

**d.1. Fundo Pampulha x Cemig GT (Debêntures)**

Data da transação: 30 de janeiro de 2014.

Montante envolvido: R\$50.537.

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$8.606.

Saldo existente: R\$9.864 no consolidado e R\$8.985 na controladora em 30 de junho 2014 e R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro 2013, registrado no balanço patrimonial na rubrica "Títulos e valores mobiliários".

Resultado: R\$416 no consolidado e R\$379 na controladora no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2014 (R\$0 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2013), R\$257 no consolidado e R\$234 na controladora no período de 1º de abril a 30 de junho de 2014 (R\$0 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2013).

Taxa de juros cobrado: 0,9% ao ano mais variação do CDI.

Vigência/duração: 23 de dezembro de 2016

**d.2. Fundo Pampulha x Guanhões (Debêntures)**

Data da transação: 19 de abril de 2013.

Montante envolvido: R\$67.295.

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$11.460.

Saldo existente: R\$14.071 no consolidado e R\$12.818 na controladora em 30 de junho 2014 e R\$13.169 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro 2013, registrado no balanço patrimonial na rubrica "Títulos e valores mobiliários".

Resultado: R\$1.490 no consolidado e R\$1.357 na controladora no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2014, R\$362 no consolidado e R\$329 na controladora no período de 1º de abril a 30 de junho de 2014 (R\$242 no consolidado e R\$241 na controladora no período de 19 de abril a 30 de junho 2013).

Taxa de juros cobrada: 0,6% ao ano mais variação do CDI.

Vigência/duração: 22 de abril de 2014.

**d.3. Fundo Pampulha x Guanhões (NP)**

Data da transação: 14 de abril de 2014.

Montante envolvido: R\$90.000.

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$15.326.

Saldo existente: R\$17.214 no consolidado e R\$15.681 na controladora em 30 de junho 2014 e R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro 2013, registrado no balanço patrimonial na rubrica "Títulos e valores mobiliários".

Resultado: R\$389 no consolidado e R\$354 na controladora no período de 14 de abril a 30 de junho de 2014.

Taxa de juros cobrada: 0,8% ao ano mais variação do CDI.

Vigência/duração: 11 de outubro de 2014.

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**d.4. Fundo Pampulha x Axxion (Debêntures)**

Data da transação: 19 de abril de 2013.

Montante envolvido: R\$10.000.

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$1.703.

Saldo existente: R\$1.955 no consolidado e R\$1.781

na controladora em 30 de junho 2014 e R\$2.989 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro 2013, registrado no balanço patrimonial na rubrica "Títulos e valores mobiliários".

Resultado: R\$85 no consolidado e R\$78 na controladora no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2014 (R\$56 no consolidado e R\$56 na controladora no Período de 19 abril a 30 de junho de 2013), R\$52 no consolidado e R\$47 na controladora no período de 1º de abril a 30 de junho de 2014.

Taxa de juros cobrada: 0,9% ao ano mais variação do CDI.

Vigência/duração: 29 de janeiro de 2016.

**d.5. Fundo Pampulha x Cemig GT (Debêntures)**

Data da transação: 19 de março de 2012.

Montante envolvido: R\$9.865.

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$1.680.

Saldo existente: R\$1.884 no consolidado e R\$1.716 na controladora em 30 de junho 2014 e R\$1.930 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro 2013, registrado no balanço patrimonial na rubrica "Títulos e valores mobiliários".

Resultado: R\$40 no consolidado e R\$36 na controladora no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2014 (R\$35 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2013), R\$28 no consolidado e R\$26 na controladora no período de 1º de abril a 30 de junho de 2014 (R\$18 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2013).

Taxa de juros cobrado: 0,9% ao ano mais variação do CDI.

Vigência/duração: 15 de fevereiro de 2017.

**d.6. Fundo Pampulha x CEMIG GT (NP)**

Data da transação: 27 de junho de 2014.

Montante envolvido: R\$20.000.

Montante correspondente à participação da Companhia: R\$3.406.

Saldo existente: R\$3.741 no consolidado e R\$3.407 na controladora em 30 de junho 2014 e R\$0 no consolidado e na controladora em 31 de dezembro 2013, registrado no balanço patrimonial na rubrica "Títulos e valores mobiliários".

Resultado: R\$2 no consolidado e R\$2 na controladora no período de 27 de junho a 30 de junho de 2014.

Taxa de juros cobrada: 0,8% ao ano mais variação do CDI.

Vigência/duração: 11 de outubro de 2014.

**II - Remuneração do Conselho de Administração, da Diretoria e do Conselho Fiscal**

a. Proporção de cada elemento na remuneração total, referente ao período findo em 30 de junho de 2014:

- Conselho de Administração: remuneração fixa de 100%.
- Comitês: os membros dos Comitês da Companhia não receberam remuneração pelo desempenho dessa função, mas tão somente o salário fixo relativo às respectivas remunerações na condição de membros do Conselho de Administração.
- Diretoria: remuneração fixa de 63,90% e remuneração variável de 36,10%.
- Conselho Fiscal: remuneração fixa de 100%.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

- b. Valores pagos pela Companhia ao Conselho de Administração, à Diretoria e ao Conselho Fiscal no período de janeiro a junho de 2014:

	Conselho de Administração	Diretoria	Conselho Fiscal	Total
<b>Número de membros</b>	<b>22</b>	<b>3</b>	<b>10</b>	<b>35</b>
<b>Remuneração fixa</b>	<b>956</b>	<b>2.363</b>	<b>167</b>	<b>3.486</b>
Salário ou pró-labore	956	2.121	167	3.244
Benefícios diretos e indiretos	n/a	242	n/a	242
Remuneração por participação em Comitês	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
<b>Remuneração Variável</b>	<b>-</b>	<b>1.969</b>	<b>-</b>	<b>1.969</b>
Bônus	n/a	n/a	n/a	n/a
Participação nos resultados (*)	n/a	1.969	n/a	1.969
Remuneração por participação em reuniões	n/a	n/a	n/a	n/a
Comissões	n/a	n/a	n/a	n/a
Outros	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios pós-emprego	n/a	n/a	n/a	n/a
Benefícios motivados pela cessação do exercício do cargo	n/a	n/a	n/a	n/a
Remuneração baseada em ações	n/a	n/a	n/a	n/a
<b>Valor Total da remuneração</b>	<b>956</b>	<b>4.332</b>	<b>167</b>	<b>5.455</b>

n/a = não aplicável

(\*) Participação nos resultados – valor bruto.

- c. Média dos valores pagos pela Companhia ao Conselho de Administração, à Diretoria e ao Conselho Fiscal no período findo em 30 de junho de 2014:

	Conselho Administração	Diretoria Estatutária	Conselho Fiscal
Número de membros efetivos	11	3	5
Número de membros suplentes	11	-	5 (*)
Maior remuneração individual no período (mensal)	11	1.015	6
Menor remuneração individual no período (mensal)	5	90	6
Remuneração individual média no período (mensal)	8	208	6

(\*) Os membros suplentes recebem remuneração apenas quando substituem os membros efetivos.

Em 30 de junho de 2014 os órgãos de governança corporativa e os demais funcionários da Companhia não possuíam remuneração baseada em ações.

## 15. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Financiadores	Concessão	Captação					Encargos financeiros anuais
		Data de assinatura/emissão	Tipo	Valor contratado	Valor liberado	Vencimento final	
<b>Moeda nacional - R\$</b>							
BNDES FINAME	Taesa-TSN	05/12/2012	CCB - subcrédito A	23.504	14.665	15/12/2022	Taxa fixa de 2,5% a.a.
BNDES FINAME	Taesa-NVT	28/10/2011	CCB - subcrédito A	587	587	12/08/2021	Taxa fixa de 8,7% a.a.
BNDES FINAME	Taesa-NVT	28/10/2011	CCB - subcrédito B	168	168	12/08/2021	TJLP -TJ462 + 4,2% a.a.
BNDES FINAME	Taesa-TSN	20/06/2012	CCB - subcrédito A	727	727	15/07/2022	Taxa fixa de 5,5% a.a.
BNDES FINAME	Taesa-TSN	13/06/2013	CCB - subcrédito A	30.458	30.458	15/06/2023	Taxa fixa de 3,5% a.a.
BNDES FINAME	SGT	04/12/2012	CCB - subcrédito A	19.571	19.571	15/12/2022	Taxa fixa de 2,5% a.a.
<b>Moeda estrangeira - US\$</b>							
CITIBANK	Taesa	10/04/2014	Lei 4131 – Contrato A	100.000	100.000	10/04/2015	Libor + 0,62% a.a.
CITIBANK	Taesa	10/04/2014	Lei 4131 – Contrato B	350.000	350.000	11/04/2016	Libor + 0,891% a.a.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

MOVIMENTAÇÃO DOS EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS E INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS								
Financiadores	Concessão	Saldo em 31/12/2013	Captação/custo	Juros, variação monetária e cambial incorridos/custo (*)	Ajuste ao valor justo	Juros pagos	Amortização de principal	Saldo em 30/06/2014
<b>EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO - MOEDA NACIONAL - R\$</b>								
NP	TAESA	422.809	-	13.019	-	(35.828)	(400.000)	-
BNDES-FINAME	TAESA-TSN	5.734	8.937	131	-	(123)	-	14.679
BNDES-FINAME	TAESA-NVT	727	-	29	-	(30)	(46)	680
BNDES-FINAME	TAESA-TSN	735	-	20	-	(20)	-	735
BNDES-FINAME	TAESA-TSN	4.574	25.889	301	-	(270)	-	30.494
<b>EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS MENSURADOS AO VALOR JUSTO - MOEDA ESTRANGEIRA COM SWAP - US\$</b>								
CITIBANK CONTRATO A	TAESA	-	100.000	(1.787)	710	-	-	98.923
CITIBANK CONTRATO B	TAESA	-	350.000	(6.006)	3.317	-	-	347.311
<b>CONTROLADORA</b>		<b>434.579</b>	<b>484.826</b>	<b>5.707</b>	<b>4.027</b>	<b>(36.271)</b>	<b>(400.046)</b>	<b>492.822</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>422.964</b>						<b>104.413</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>11.615</b>						<b>388.409</b>
<b>EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO - MOEDA NACIONAL - R\$</b>								
BNDES-FINAME	SGT	17.411	2.181	229	-	(232)	-	19.589
<b>EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS MENSURADOS AO CUSTO AMORTIZADO - MOEDA ESTRANGEIRA SEM SWAP - US\$</b>								
BID	ATE III	344.345	-	(15.100)	-	(5.888)	(323.357)	-
<b>CONSOLIDADO</b>		<b>796.335</b>	<b>487.007</b>	<b>(9.164)</b>	<b>4.027</b>	<b>(42.391)</b>	<b>(723.403)</b>	<b>512.411</b>
<b>CIRCULANTE</b>		<b>460.021</b>						<b>105.654</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>		<b>336.314</b>						<b>406.757</b>
<b>EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS LÍQUIDOS DOS INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS</b>								
<b>INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS MENSURADOS AO VALOR JUSTO</b>								
CITIBANK (SWAP) CONTRATO A	TAESA	-	-	4.011	(552)	-	-	3.459
CITIBANK (SWAP) CONTRATO B	TAESA	-	-	13.908	(1.157)	-	-	12.751
SWAP LÍQUIDO		-	-	17.919	(1.709)	-	-	16.210
<b>EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS LÍQUIDOS DO SWAP</b>		<b>796.335</b>	<b>487.007</b>	<b>8.755</b>	<b>2.318</b>	<b>(42.391)</b>	<b>(723.403)</b>	<b>528.621</b>

(\*) No período findo em 30 de junho de 2014, a amortização dos custos de empréstimos foi de R\$86 (R\$36 em 30 junho de 2013), referente a 6ª NP liquidada antecipadamente em 17 de abril de 2014.

**Captação de novos empréstimos** - Em 7 de abril de 2014 a Companhia assinou dois contratos de empréstimos em USD indexados à LIBOR, com o Citibank NY nos montantes de US\$44.593 e US\$156.076, equivalentes a R\$100.000 e R\$350.000, respectivamente, conforme taxa de câmbio na data de assinatura dos contratos, realizando ao mesmo tempo um swap dessas dívidas para CDI, com o Citibank Brasil. Os recursos provenientes dos empréstimos contraídos foram recebidos em 10 de abril de 2014. Esta operação é amparada pela lei 4.131, de 3 de setembro de 1962, e foi aprovada na RCA do dia 25 de fevereiro de 2014.

Estes empréstimos tiveram como objetivo a liquidação antecipada da 6ª Emissão de Notas Promissórias da Companhia, em 17 de abril de 2014, no valor de R\$435.828.

**Liquidação de empréstimo com o BID na ATE III** - A Assembleia Geral Extraordinária da ATE III, de 5 de maio de 2014, aprovou o pagamento antecipado da dívida da com o BID e a celebração de contrato de hedge na modalidade NDF (Non Deliverable Forward). A Reunião do Conselho de Administração da Taesa de 8 de maio de 2014 aprovou o aporte de capital pela Companhia na sua subsidiária integral ATE III, de maneira a lhe conferir os recursos necessários à liquidação antecipada da Dívida com o BID. Em 15 de maio de 2014 ocorreu a liquidação da dívida com o BID e da NDF contratada para fixar o câmbio de liquidação da dívida, nos montantes de R\$329.245 (USD 148.973) e R\$2.899, respectivamente, conforme taxa de câmbio na data da liquidação. A ATE III também desembolsou um montante de R\$13.135 (USD 5.943) para desfazer o contrato de swap de taxa de juros Libor atrelado a este contrato, conforme taxa de câmbio na data da liquidação.

**Financiamentos liquidados antecipadamente em 2013** - Durante o exercício de 2013 a Companhia e suas controladas liquidaram antecipadamente determinados financiamentos no montante de R\$698.677 com o objetivo de reduzir o custo da dívida e obter mais flexibilidade financeira. Os detalhes dessa liquidação bem como as principais características e condições desses financiamentos estão detalhadas nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2013, publicadas em 21 de março de 2014.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Parcelas vencíveis por indexador	Circulante	2015 (6 meses)	2016	2017	Após 2017	Não circulante	Total
TJLP	21	10	21	21	77	129	150
Taxa fixa	2.375	4.126	8.252	8.251	43.024	63.652	66.027
"Libor"	103.258	-	342.975	-	-	342.976	446.234
	<b>105.654</b>	<b>4.136</b>	<b>351.248</b>	<b>8.272</b>	<b>43.101</b>	<b>406.757</b>	<b>512.411</b>

## Principais cláusulas restritivas dos contratos de empréstimos e financiamentos vigentes

Cláusulas restritivas - contratos vigentes	TAESA/SGT	TAESA
	BNDES (Santander FINAME)	Citibank
Não ceder ou transferir os direitos e as obrigações decorrentes da cédula de crédito bancário, tampouco vender ou de nenhuma forma alienar os bens financiados, sem autorização expressa do BNDES/FINAME, sob pena de rescisão de pleno direito da cédula, o que acarretará o vencimento de todas as obrigações por ela assumidas, tornando imediatamente exigível o total da dívida, compreendendo o principal e os acessórios, inclusive quanto às parcelas vincendas que serão consideradas antecipadamente vencidas, sem prejuízo das demais medidas cabíveis.	X	
Não vender, transferir, alugar, transmitir ou alienar (em uma transação ou em uma série de transações) o todo ou parte substancial de suas propriedades ou ativos pertencentes agora ou futuramente adquiridos, que possam causar efeito material adverso		X
Não realizar operações de cisão, fusão ou incorporação, que resultem ou tenham expectativa de implicar em um efeito material adverso.		X
Não fazer ou permitir qualquer alteração no método de cálculo financeiro, exceto no caso em que for requerida pelas leis brasileiras.		X

Em 30 de junho de 2014, a Companhia e suas controladas têm pleno atendimento às cláusulas restritivas "covenants" anteriormente mencionadas.

Não existem garantias para os contratos de empréstimos e financiamentos vigentes descritos acima.

**16. DEBÊNTURES**

Financiadores	Movimentação de debêntures				
	31/12/2013	Juros e variação monetária incorridos/ custos (*)	Juros pagos	Amortização de principal	30/06/2014
Sindicato de bancos (1ª emissão)	455.344	31.220	-	-	486.564
Itaú BBA (2ª emissão)	816.624	47.098	(46.759)	-	816.963
Itaú BBA (3ª emissão)	2.299.060	142.954	-	-	2.442.014
	<b>3.571.028</b>	<b>221.272</b>	<b>(46.759)</b>	<b>-</b>	<b>3.745.541</b>
<b>Circulante</b>	<b>482.139</b>				<b>586.143</b>
<b>Não circulante</b>	<b>3.088.889</b>				<b>3.159.398</b>

(\*) No período findo em 30 de junho de 2014, a amortização dos custos de empréstimos foi de R\$726 (R\$880 em 30 de junho de 2013).

Parcelas vencíveis por indexador	Circulante	2015 (6 meses)	2016	2017	Após 2017	Não circulante	Total
CDI	405.796	327.500	195.000	860.000	-	1.382.500	1.788.296
IPCA	181.492	107.952	-	-	1.671.596	1.779.548	1.961.040
(-) Custos a amortizar	(1.145)	(323)	(539)	(361)	(1.427)	(2.650)	(3.795)
	<b>586.143</b>	<b>435.129</b>	<b>194.461</b>	<b>859.639</b>	<b>1.670.169</b>	<b>3.159.398</b>	<b>3.745.541</b>

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

As debêntures emitidas pela Companhia possuem as seguintes características:

<b>Características</b>	<b>Sindicato de bancos (1ª emissão)</b>	<b>Itaú BBA (2ª emissão)</b>	<b>Itaú BBA (3ª emissão)</b>
Data da emissão	15 de julho de 2010.	15 de dezembro de 2010.	15 de outubro de 2012.
Emissão/preço	Foram emitidas 60.000 com valor nominal unitário de R\$10, sendo 34.500 da 1ª série e 25.500 da 2ª série, perfazendo um valor total de R\$600.000.	Foram emitidas 8.150 com valor nominal unitário de R\$100, sendo 4.250 da 1ª série, 2.450 da 2ª série e 1.450 da 4ª série, perfazendo um valor total de R\$815.000.	Foram emitidas 2.160.000 com valor nominal unitário de R\$1, sendo 665.000 da 1ª série, 793.000 da 2ª série e 702.000 da 3ª série, perfazendo um valor total de R\$2.160.
Conversibilidade	As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações.	As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações.	As debêntures são simples, ou seja, não conversíveis em ações.
Espécie	Quirografária.	Quirografária.	Quirografária.
Tipo e forma	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.	Nominativas e escriturais, sem emissão de cautelas ou certificados.
Garantias	Não há garantias.	Não há garantias.	Não há garantias.
Repactuação	Não há cláusulas de repactuação.	Não há cláusulas de repactuação.	Não há cláusulas de repactuação.
Prazo e data de vencimento	1ª e 2ª séries: cinco anos (15 de julho de 2015).	1ª série: cinco anos (15 de dezembro de 2015). 2ª e 4ª séries: sete anos (15 de dezembro de 2017).	1ª série: cinco anos (15 de outubro de 2017). 2ª série: oito anos (15 de outubro de 2020). 3ª série: 12 anos (15 de outubro de 2024).
Atualização monetária	1ª série: não será atualizada. 2ª série: atualizada pelo IPCA.	1ª, 2ª e 4ª séries: não serão atualizadas.	1ª série: não será atualizada. 2ª e 3ª séries: atualizada pelo IPCA.
Remuneração	1ª série: CDI + 1,30%. 2ª série: IPCA + 7,91%.	1ª série: CDI + 1,40%. 2ª série: CDI + 1,60%. 4ª série: CDI + 1,60%.	1ª série: CDI + 0,78%. 2ª série: IPCA + 4,85%. 3ª série: IPCA + 5,10%.
Data de pagamento dos juros	1ª e 2ª séries: 15 de julho de cada ano, visto que o primeiro pagamento foi realizado em 15 de julho de 2011.	1ª, 2ª e 4ª séries: semestralmente, no dia 15 dos meses de junho e dezembro de cada ano, visto que o primeiro pagamento foi realizado em 15 de junho de 2011.	1ª, 2ª e 3ª séries: 15 de outubro de cada ano, visto que o primeiro pagamento foi realizado em 15 de outubro de 2013.
Prazo de amortização	1ª e 2ª séries: três parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de julho de 2013.	1ª série: duas parcelas de igual valor, sendo a primeira com vencimento em 15 de dezembro de 2014. 2ª e 4ª séries: duas parcelas de igual valor, sendo a primeira com vencimento em 15 de dezembro de 2016.	1ª série: parcela única na data de vencimento dessa série. 2ª série: três parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de outubro de 2018. 3ª série: quatro parcelas anuais, sendo a primeira com vencimento em 15 de outubro de 2021.
Data de aprovação em AGE	1º de junho de 2010	30 de novembro de 2010.	17 de setembro de 2012.
Outras informações	Os recursos provenientes da 1ª emissão de debêntures da Taesa foram transferidos para a Companhia nos dias 2 e 3 de agosto de 2010, totalizando R\$602.850 (valor já corrigido devido à incidência de juros desde a data de emissão). O custo inicial da emissão das debêntures foi de R\$3.282, representando 0,55% dos recursos captados. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da integralização das debêntures foram utilizados para o pagamento integral de 550 notas promissórias comerciais da 3ª emissão da Companhia. As notas promissórias foram emitidas em 27 de outubro de 2009, no valor total de R\$550.000, com juros remuneratórios correspondentes à taxa de 113% do CDI, com vencimento em 22 de outubro de 2010. O resgate antecipado das respectivas notas promissórias foi efetuado em 3 de agosto de 2010 no valor total de R\$592.605, além dos custos decorrentes da presente emissão.	Os recursos provenientes da 2ª emissão de debêntures foram transferidos para a Companhia no dia 17 de dezembro de 2010, totalizando R\$815.750 (valor já corrigido devido à incidência de juros desde a data de emissão). O custo inicial da emissão das debêntures foi R\$4.470, representando 0,05% dos recursos captados. Os recursos líquidos obtidos pela Companhia por meio da integralização das debêntures foram utilizados para o pagamento antecipado de dívidas contraídas pelo Grupo (Novatrans e TSN) com o BNDES, efetuado no dia 20 de dezembro de 2010, totalizando um montante pago de R\$372.275 na Novatrans e R\$435.410 na TSN.	Os recursos provenientes da 3ª emissão de debêntures da Taesa foram transferidos para a Companhia nos dias 6, 7 e 8 de novembro de 2012, totalizando R\$2.174.389 (valor já corrigido devido à incidência de juros desde a data de emissão). O custo inicial da emissão das debêntures foi R\$2.537, representando 0,05% dos recursos captados. Os recursos líquidos obtidos pela emissora por meio da integralização das debêntures, e complementado por recursos próprios, foram utilizados para o pagamento integral das notas promissórias de 4ª e 5ª emissões, no valor de R\$1.277.600 e R\$939.782, respectivamente. Não houve nenhum prêmio pelo pagamento antecipado das notas. Outras informações sobre essas notas promissórias estão detalhadas na nota explicativa nº 15.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

As principais cláusulas restritivas referentes às debêntures emitidas pela Companhia são:

Cláusulas restritivas	TAESA		
	Sindicato de bancos (1ª emissão)	Itaú BBA (2ª emissão)	Itaú BBA (3ª emissão)
O índice obtido da divisão da dívida líquida pelo EBITDA consolidado, conforme os termos de cálculo definidos no contrato, não deverá ser superior a 3,5. Esse índice será verificado trimestralmente pelo agente fiduciário com base nas demonstrações financeiras consolidadas da emissora, com base nas práticas contábeis utilizadas nas demonstrações financeiras/informações trimestrais da Companhia correspondentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2009.		X	
Não realizar reorganizações societárias que impliquem redução do capital social, exceto por determinação legal.	X	X	X
Cumprir as obrigações assumidas com outros credores a fim de evitar a decretação de vencimento antecipado de qualquer dívida e/ou obrigação, de caráter financeiro, que envolva o pagamento de quantia igual ou superior, individualmente ou no agregado, a R\$50.000 ou seu equivalente em outra moeda.	X	X	X
Não ser inadimplente em nenhuma dívida financeira ou obrigação pecuniária em qualquer acordo ou contrato do qual seja parte como mutuária ou garantidora, ou a falta de medidas legais e/ou judiciais requeridas para o referido inadimplemento, cujo valor, individual ou agregado, seja superior a R\$50.000.	X	X	X
Não possuir protesto de títulos cujo valor não pago, individual ou agregado, ultrapasse R\$50.000 ou seu equivalente em outras moedas.	X	X	X
Não alienar ou transferir a titularidade dos ativos essenciais a suas atividades e manter os ativos essenciais a suas atividades devidamente segurados, conforme práticas correntes de mercado.	X	X	
Enquanto o saldo devedor das debêntures não for integralmente pago, não alterar seu objeto social de forma que tal alteração possa causar um impacto adverso relevante em sua capacidade financeira e/ou operacional, exceto se essa alteração resultar da ocorrência de qualquer evento de reorganização.	X	X	
Não realizar o pagamento de dividendos, juros sobre o capital próprio e/ou outros pagamentos de qualquer natureza a seus acionistas, ressalvados pagamentos feitos conforme previsto no artigo 202 da Lei das Sociedades por Ações: (a) caso a emissora esteja em mora em relação ao pagamento de quaisquer valores devidos aos debenturistas em virtude das debêntures e essa mora não tiver acarretado o vencimento antecipado das debêntures, cessando essa proibição tão logo seja purgada a mora; ou (b) caso seja declarado o vencimento antecipado das debêntures, cessando essa proibição tão logo o pagamento integral de todos e quaisquer valores devidos e não pagos aos debenturistas tenha sido efetuado, inclusive encargos, se devidos.	X	X	
Não realizar alteração no controle acionário direto ou indireto da emissora que resulte em diminuição do "rating" da emissão para um nível equivalente ou inferior a "Aa3" pela Moody's ou nota equivalente conforme avaliação de classificação de risco emitida pelas agências Fitch Ratings ou Standard & Poor's.		X	
Ocorrência de término antecipado de quaisquer das concessões ou intervenção pelo Poder Concedente, por qualquer motivo, na prestação do serviço de transmissão de energia elétrica por parte da emissora ou de suas sociedades controladas, que represente, separadamente ou em conjunto, valor igual ou superior ao equivalente a 30% da receita operacional líquida da emissora constante de demonstrações financeiras consolidadas imediatamente anteriores à ocorrência do respectivo evento.	X	X	X
Ocorrência de quaisquer eventos, situações e/ou hipóteses que resultem ou possam resultar na perda da gestão operacional da emissora pela Cemig GT, exceto no caso em que a gestão operacional da emissora seja transferida para a CEMIG ou outra sociedade que seja controlada ou coligada, direta ou indiretamente, pela CEMIG.	X	X	X
Não transferir ou, por qualquer outra forma, ceder ou prometer ceder a terceiros os direitos e as obrigações assumidos nos termos da Escritura de Emissão, sem a prévia anuência dos debenturistas.			X

Em 30 de junho de 2014 a Companhia tem pleno atendimento às cláusulas restritivas ("covenants").

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**17. PROVISÃO PARA RISCOS TRABALHISTAS, FISCAIS E CÍVEIS**

A Companhia e suas controladas são partes em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões fiscais, aspectos cíveis e trabalhistas e outros assuntos.

A Administração, com base na opinião de seus consultores jurídicos externos e na análise das demandas judiciais pendentes e consoante as práticas contábeis adotadas no Brasil e as IFRSs, constituiu provisão para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis em montantes considerados suficientes para cobrir as perdas estimadas com as ações em curso, conforme a movimentação apresentada a seguir:

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
Trabalhistas	694	963	694	963
Fiscais	644	2.002	644	2.002
Cíveis	26	26	26	26
	<b>1.364</b>	<b>2.991</b>	<b>1.364</b>	<b>2.991</b>

Os valores apresentados anteriormente estão classificados no passivo não circulante e não possuem depósito judicial contabilizado do ativo. As demandas administrativas e judiciais referem-se basicamente às ações cíveis, fiscais e trabalhistas envolvendo discussão de reclamação de horas extras, valores a pagar referentes à faixa de servidão e indenização de seguro, bem como processos administrativos envolvendo, principalmente, manifestações de inconformidade referentes a compensações de impostos e contribuições federais (IRPJ, CSLL, PIS, COFINS, IRRF e CSRF) não homologadas pela Receita Federal do Brasil.

Passivos contingentes

	30/06/2014				31/12/2013			
	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Total	Trabalhistas	Fiscais	Cíveis	Total
Taesa	1.174	167.171	12.294	180.639	1.207	113.631	12.813	127.651
ATE III	-	19.970	76	20.046	-	16.125	75	16.200
	<b>1.174</b>	<b>187.141</b>	<b>12.370</b>	<b>200.685</b>	<b>1.207</b>	<b>129.756</b>	<b>12.888</b>	<b>143.851</b>

As principais causas classificadas com expectativa de perda considerada possível para o Grupo Taesa estão relacionadas a riscos fiscais, como segue:

- Taesa (TSN) - referem-se basicamente a processos administrativos fiscais e manifestações de inconformidade apresentados à Receita Federal do Brasil relativos a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, ICMS, no montante de R\$15.537.
- Taesa (Novatrans) - referem-se aos processos administrativos tributários decorrentes de auto de infração sofrido no ano-calendário 2008 e manifestações de inconformidade referentes às supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, totalizando R\$8.603.

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

- Taesa (ETEO) - referem-se basicamente a processos administrativos tributários e manifestações de inconformidade apresentados à Receita Federal do Brasil relativos a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, no montante de R\$108.719. O principal processo administrativo fiscal é relativo ao auto de infração lavrado em 2012, referente à dedutibilidade, no ano-calendário 2008, da despesa com amortização do ágio pago pela Lovina Participações S.A. em decorrência da aquisição da ETEO, no valor aproximado de R\$39.403. Em 22 de outubro de 2012, a Receita Federal do Brasil julgou improcedente a impugnação ao auto de infração. Em 21 de novembro de 2012, foi protocolado Recurso Voluntário, que atualmente pende de julgamento. Esse novo fato não alterou a expectativa de perda da causa em questão. Em fevereiro de 2014, a Receita Federal do Brasil lavrou nova autuação em face da Companhia, no valor aproximado de R\$68.737, cujo objeto é semelhante ao da autuação acima mencionada, referindo-se, por sua vez, aos anos-calendários de 2009 e 2010. Em 19 de março de 2014 a Taesa apresentou a Impugnação e, em maio, os autos foram encaminhados para a Delegacia da Receita Federal de Julgamento em Ribeirão Preto.
- Taesa (NTE) - referem-se aos processos administrativos fiscais e manifestações de inconformidade relativos as supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, totalizando R\$6.127. Sendo o valor de R\$5.458 relativo à processos originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa. Caso haja perda financeira para a Companhia, esse valor será reembolsado pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. conforme contrato de garantia assinado entre as partes.
- Taesa (ATE) - referem-se a manifestações de inconformidade relativas a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, totalizando R\$8.806, originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa. Caso haja perda financeira para a Companhia, esse valor será reembolsado pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. conforme contrato de garantia assinado entre as partes.
- Taesa (STE) - referem-se a manifestações de inconformidade referentes a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, totalizando R\$11.923, originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa. Caso haja perda financeira para a Companhia, esse valor será reembolsado pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. conforme contrato de garantia assinado entre as partes.
- Taesa (ATE II) - referem-se a processos administrativos fiscais e manifestações de inconformidade relativos a supostas irregularidades nas compensações de tributos e contribuições federais, entre eles PIS, COFINS, IRPJ e CSLL, totalizando R\$7.243, originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa. Caso haja perda financeira para a Companhia, esse valor será reembolsado pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A., conforme contrato de garantia assinado entre as partes.
- ATE III - referem-se a processos administrativos fiscais totalizando R\$19.970, originados anteriormente à aquisição das empresas do Grupo UNISA por parte da Taesa. Caso haja perda financeira para a Companhia, esse valor será reembolsado pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. conforme contrato de garantia assinado entre as partes.

## Notas Explicativas



### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE JUNHO DE 2014 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Processos significativos com expectativa de perda considerada remota para o Grupo:

- A Lei Complementar nº 87/96 prevê a aplicação do ICMS sobre o valor da receita oriunda do transporte de mercadorias e serviços, sendo uma parcela relativa ao Estado de origem e a outra relativa ao Estado de destino. A Administração entende que a receita proveniente do uso da rede de transmissão de energia elétrica refere-se não ao transporte de energia elétrica, mas sim à disponibilização da linha para tal fim. O volume de energia transmitido é determinado pelo ONS e varia em relação ao tempo, podendo ser nulo em alguns períodos, sem afetar as receitas, e ter origem e destino trocados segundo as exigências da rede de transmissão. Por essa razão, a Administração, amparada em pareceres obtidos de seus consultores jurídicos externos, entende que o risco de eventual cobrança de tal imposto é remota, e nenhuma provisão para ICMS a recolher foi contabilizada. Adicionalmente, a Administração entende que, em caso de incidência de ICMS, a RAP seria objeto de revisão e recomposição tarifária pela ANEEL.
- Em 29 de março de 2012, a Taesa (ETEO) apresentou impugnação ao auto de infração lavrado pela Receita Federal do Brasil, no valor de R\$102.374, em razão de suposta falta de recolhimento do IRRF sobre a remessa ao exterior efetuada pela Lovina à Tyco International Holding SARL ("TYCO"), em virtude da aquisição da ETEO, por entender que a alíquota aplicável ao caso seria de 25% e não de 15%. Em 21 de dezembro de 2012, foi interposto Recurso Voluntário contra a decisão proferida pela Delegacia da Receita Federal do Brasil de Julgamento ("DRJ"), a qual manteve, por maioria de votos, o lançamento fiscal na sua integralidade por entender que os documentos estrangeiros apresentados pela empresa não comprovariam que a TYCO não seria regida pela lei luxemburguesa de 31 de julho de 1929 (fato que afastaria a aplicação da alíquota de 25%).

Em 19 de fevereiro de 2014, foi realizada a sessão de julgamento pela 2ª Câmara da 2ª Seção do Conselho Administrativo de Recursos Fiscais, a qual por unanimidade de votos, deu provimento ao recurso voluntário interposto pela TAESA, para reformar a decisão desfavorável anteriormente proferida pela Delegacia de Julgamento, e determinou o cancelamento do auto de infração.

Em 16 de junho de 2014 a Fazenda Nacional apresentou uma petição aos autos do processo administrativo em referência, por meio da qual consignou que não será interposto recurso à Câmara Superior de Recursos Fiscais contra a decisão que deu provimento ao recurso voluntário interposto pela TAESA e determinou o cancelamento do auto de infração lavrado contra essa empresa. Em decorrência, a decisão favorável à TAESA tornou-se definitiva na esfera administrativa, uma vez que houve o arquivamento do processo em 17 de julho de 2014, o que implica no cancelamento do auto de infração lavrado contra a empresa.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**18. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**

	Consolidado			
	01/04/2014 a 30/06/2014	01/04/2013 a 30/06/2013	01/01/2014 a 30/06/2014	01/01/2013 a 30/06/2013
IRPJ e CSLL correntes	(37.346)	(26.356)	(74.322)	(60.124)
IRPJ e CSLL diferidos	5.206	22.988	18.586	95.954
	<b>(32.140)</b>	<b>(3.368)</b>	<b>(55.736)</b>	<b>35.830</b>

	Controladora			
	01/04/2014 a 30/06/2014	01/04/2013 a 30/06/2013	01/01/2014 a 30/06/2014	01/01/2013 a 30/06/2013
IRPJ e CSLL correntes	(36.379)	(20.971)	(72.455)	(44.575)
IRPJ e CSLL diferidos	1.962	10.322	19.680	84.258
	<b>(34.417)</b>	<b>(10.649)</b>	<b>(52.775)</b>	<b>39.683</b>

As declarações de imposto de renda estão sujeitas à revisão por parte das autoridades fiscais por cinco anos a partir de sua data-base. Os impostos e demais contribuições estão igualmente sujeitos à revisão e eventual tributação, variando o prazo de prescrição, em cada caso.

A conciliação da despesa de imposto de renda e contribuição social calculada pela aplicação das alíquotas fiscais combinadas e debitada ao resultado é demonstrada como segue:

Consolidado	01/04/2014 a 30/06/2014	01/04/2013 a 30/06/2013	01/01/2014 a 30/06/2014	01/01/2013 a 30/06/2013
Lucro das operações continuadas antes dos impostos	112.221	105.771	247.323	237.719
Despesa de IRPJ e CSLL calculada à alíquota de 34%	(38.155)	(35.962)	(84.090)	(80.824)
Equivalência patrimonial	7.589	1.079	16.412	1.934
Incentivo fiscal - IRPJ - SUDAM/SUDENE	5.250	19.811	10.317	36.688
Incentivo fiscal - IRPJ - Lei Rouanet e Atividades Audiovisuais	397	708	520	830
Efeito tributário no processo de reestruturação (*)	-	7.490	-	73.466
Outros	(7.221)	3.506	1.105	3.736
<b>Despesa de IRPJ e CSLL reconhecida no resultado</b>	<b>(32.140)</b>	<b>(3.368)</b>	<b>(55.736)</b>	<b>35.830</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	29%	3%	23%	n/a

Controladora	01/04/2014 a 30/06/2014	01/04/2013 a 30/06/2013	01/01/2014 a 30/06/2014	01/01/2013 a 30/06/2013
Lucro das operações continuadas antes dos impostos	114.498	113.052	244.362	233.866
Despesa de IRPJ e CSLL calculada à alíquota de 34%	(38.929)	(38.438)	(83.083)	(79.515)
Equivalência patrimonial	9.469	4.154	23.782	17.039
Incentivo fiscal - IRPJ - SUDAM/SUDENE	3.077	11.930	6.048	23.509
Incentivo fiscal - IRPJ - Lei Rouanet e Atividades Audiovisuais	397	713	520	791
Efeito tributário no processo de reestruturação (*)	-	7.490	-	73.466
Outros	(8.431)	3.502	(42)	4.393
<b>Despesa de IRPJ e CSLL reconhecida no resultado</b>	<b>(34.417)</b>	<b>(10.649)</b>	<b>(52.775)</b>	<b>39.683</b>
<b>Alíquota efetiva</b>	30%	9%	22%	n/a

(\*) Como consequência do processo de incorporação de controladas, descrito na nota explicativa nº 1, determinados ativos tornaram-se dedutíveis para fins fiscais, reduzindo, assim, a diferença temporária anteriormente existente.

**Benefício fiscal - SUDAM/SUDENE**

A Companhia e suas controladas indicadas na tabela a seguir possuem direito a benefícios fiscais conferidos pela Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA e pela Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE, que representam uma redução de 75% do imposto de renda devido na exploração das concessões de transmissão nos Estados de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Piauí, da Bahia, do Maranhão, do Tocantins, de Goiás e do Pará e no Distrito Federal. Tais benefícios encerram-se nas datas indicadas na tabela a seguir e possuem as seguintes restrições: (a) o valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos seus acionistas; (b) o valor deve ser contabilizado como reserva de lucro e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte à apuração e/ou utilizado para compensação de prejuízos; e (c) o valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas à produção na região incentivada.

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

A seguir, tabela que define as principais características e prazos dos benefícios fiscais da Companhia e de suas controladas:

Concessão	Agência	Laudo Constitutivo	Localidade	Prazo
<b>Taesa</b>				
TSN	SUDENE	260/03	BA e GO	31/12/2013
Novatrans	SUDAM	169/04	TO, MA e DF	31/12/2013
Gtesa	SUDENE	126/04	PB e PE	31/12/2013
Patesa	SUDENE	11/05	RN	31/12/2013
NTE (*)	SUDENE	323/04	PE	31/12/2013
ATE II	SUDENE e SUDAM	165/07 e 38/07	TO, PI, MA e BA	31/12/2016
<b>Controladas</b>				
ATE III	SUDAM	60/09	PA e TO	31/12/2018

Considerando todas as empresas incorporadas pela Taesa ao longo dos últimos anos, o benefício fiscal total na Companhia em 30 de junho de 2014 é de aproximadamente 12,17% sobre o lucro da exploração das áreas incentivadas (58,08% em 31 de dezembro de 2013).

A Companhia e suas controladas não incorreram em descumprimento das obrigações das condições relativas às subvenções mencionadas anteriormente.

(\*) Benefício fiscal NTE - em 23 de dezembro de 2004, o Ministério de Integração Nacional, através da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE, emitiu o Laudo Constitutivo nº 323/04, que outorga à concessionária um benefício fiscal relativo à redução de 75% do imposto de renda devido. Tal benefício é calculado mensalmente com base no lucro de exploração incidente sobre a totalidade da atividade da concessionária, localizada no Estado de Pernambuco.

Em 28 de dezembro de 2004, a NTE protocolou pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ perante a Receita Federal do Brasil, com fundamento no Laudo Constitutivo nº 323/04, expedido pela SUDENE, o qual outorgou à concessionária o benefício fiscal de redução de 75% do IRPJ pelo período de 2005 a 2013.

Nos termos da legislação vigente, em razão do decurso do prazo de 120 dias contados da apresentação do requerimento, previsto no § 1º do artigo 60 da Instrução Normativa SRF nº 267/02, sem que a Receita Federal do Brasil tenha se manifestado acerca do pleito efetuado, a NTE obteve o reconhecimento tácito do direito à redução do IRPJ, passando a usufruir, legitimamente, do benefício fiscal a partir do ano-calendário 2005.

Os incentivos têm validade até o ano 2013 e impõem algumas obrigações e restrições (para outras informações, vide nota explicativa nº 19). A Companhia não incorreu em descumprimento das obrigações das condições relativas às subvenções.

Em 9 de julho de 2012, a NTE foi cientificada, pela Receita Federal do Brasil, conforme Despacho Decisório nº 237/12, o qual declarou não formulado o pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ protocolado pela NTE, entendendo que a apresentação da via original do Laudo Constitutivo seria condição imprescindível à análise da demanda, deliberando pela inépcia do pedido em face do não atendimento a essa exigência.

Em vista do mencionado Despacho Decisório, foi apresentado, no dia 18 de julho de 2012, Recurso Hierárquico cujos argumentos, em síntese, vão ao encontro da própria redação do artigo 60 da Instrução Normativa SRF nº 267, de 23 de dezembro de 2002, a qual não menciona a necessidade de o pedido ser instruído com a via original do Laudo e que a cópia autenticada se reveste de requisitos legais a conferir fidedignidade/valor ao documento.

## Notas Explicativas



### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE JUNHO DE 2014 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Em que pesem os argumentos alegados no recurso, a NTE anexou, ainda, Ofício nº 1.044, emitido em 18 de julho de 2012 pela SUDENE, o qual ratifica a veracidade do Laudo Constitutivo nº 323/04.

Em 27 de dezembro de 2012, a NTE foi cientificada da decisão que julgou favorável em parte o Recurso Hierárquico interposto por ela para: (a) declarar procedente o pedido de reconsideração que considerou corrigida a falha de instrução do processo; e (b) no mérito, considerar indeferido o pedido de reconhecimento do direito à redução do IRPJ. Contra essa decisão é cabível manifestação de inconformidade, a qual foi protocolada em 25 de janeiro de 2013, inclusive. No mérito, a DRJ reconheceu que a regularidade fiscal deve ser comprovada no momento do pedido, mas, por considerar inalterável esse ponto do despacho decisório proferido pela DRF/RJO-I, negou provimento à manifestação de inconformidade.

Em razão disso, foi apresentado Recurso Voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais - CARF em 14 de junho de 2013. Não houve nenhuma alteração relevante no andamento deste processo até a data deste relatório.

Com base nos argumentos e nas provas apresentados, a Administração, através de seus consultores jurídicos externos, considera que o montante do benefício fiscal apurado até 30 de setembro de 2012, no valor de R\$64.988, foi adequadamente reconhecido, sendo remota a probabilidade de perda nas esferas administrativa e judicial.

No que tange aos benefícios apurados a partir da data da ciência do referido Despacho (9 de julho de 2012), a Companhia somente usufruirá de tal redução após o desfecho do processo.

## **19. PATRIMÔNIO LÍQUIDO**

a. Capital social - em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013, o capital social subscrito e integralizado da Companhia era de R\$3.067.536, sendo representado por 691.553.133 ações ordinárias e 341.943.588 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

Do valor do capital social, foi deduzido contabilmente, nos termos da Deliberação CVM nº 649/10, o montante de R\$25.501, líquido dos impostos e das contribuições, relativo a custos com emissão de ações, resultando, portanto, em um capital social líquido no montante de R\$3.042.035.

Conforme o seu estatuto social, a Companhia está autorizada a aumentar o capital social por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, até o limite de R\$5.000.000, com ou sem a emissão de ações ordinárias ou ações preferenciais, cabendo ao Conselho de Administração estabelecer as condições da emissão, inclusive preço, prazo e forma de sua integralização, observando-se os termos previstos em lei ou as disposições do estatuto social da Companhia.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Composição acionária 30/06/2014	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total		Controladores	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
FIP Coliseu	305.034.387	44,11%	-	0,00%	305.034.387	29,51%	305.034.387	29,51%
CEMIG	293.072.229	42,38%	155.050.644	45,34%	448.122.873	43,36%	448.122.873	43,36%
Free Float	93.446.475	13,51%	186.892.944	54,66%	280.339.419	27,13%	-	-
Outros	42	-	-	-	42	-	-	-
	<b>691.553.133</b>	<b>100,0%</b>	<b>341.943.588</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.033.496.721</b>	<b>100,0%</b>	<b>753.157.260</b>	<b>72,87%</b>

Composição acionária 31/12/2013	Ações ordinárias		Ações preferenciais		Total		Controladores	
	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%	Quantidade	%
FIP Coliseu	305.034.360	44,11%	-	-	305.034.360	29,51%	305.034.360	29,51%
CEMIG	293.072.229	42,38%	155.050.644	45,34%	448.122.873	43,36%	448.122.873	43,36%
Free Float	93.444.084	13,51%	186.888.144	54,66%	280.332.228	27,13%	-	-
Outros	2.460	-	4.800	-	7.260	-	-	-
	<b>691.553.133</b>	<b>100,0%</b>	<b>341.943.588</b>	<b>100,0%</b>	<b>1.033.496.721</b>	<b>100,0%</b>	<b>753.157.233</b>	<b>72,87%</b>

A transferência das ações da Taesa da CEMIG GT para a CEMIG foi concluída em 11 de dezembro de 2013. Vide nota explicativa nº 1.

As ações preferenciais conferem aos seus titulares direito de voto em quaisquer deliberações da Assembleia Geral de Acionistas sobre:

- Transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia.
  - Aprovação de contratos entre a Companhia e o acionista controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o acionista controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou do estatuto social, requeiram sua deliberação em Assembleia Geral.
  - Avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia.
  - Escolha de empresa especializada para determinação do valor econômico da Companhia.
  - Alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do regulamento de práticas diferenciadas de governança corporativa nível 2, ressalvando-se que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2.
- b. Reserva legal - constituída com base em 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social, antes de qualquer outra destinação, nos termos do artigo 193 da Lei nº 6.404/76, definida pelo Conselho de Administração e limitada a 20% do capital social.
- c. Reserva de incentivo fiscal - a Companhia goza de incentivos fiscais do imposto de renda sobre o resultado auferido na exploração da concessão de serviços públicos de transmissão de energia elétrica nos Estados de Pernambuco, da Paraíba, do Rio Grande do Norte, do Piauí, da Bahia, do Maranhão, do Tocantins, de Goiás e no Distrito Federal. Esses incentivos, no montante de R\$6.048 e R\$34.543, em 30 de junho de 2014 e 31 de dezembro de 2013 respectivamente, foram concedidos pela SUDAM e SUDENE e consistem na redução de imposto de renda, conforme detalhado na nota explicativa nº 18. As subvenções são registradas contabilmente em conta destacada da demonstração do resultado e submetidas à Assembleia dos Acionistas para aprovação de sua destinação.

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

As condições mencionadas a seguir foram atendidas para que as subvenções pudessem ser reconhecidas contabilmente:

- (i) Cumprimento da legislação trabalhista e social e das normas de proteção e controle do meio ambiente.
  - (ii) Apresentação anual da declaração de rendimentos, indicando o valor da redução correspondente a cada exercício, observadas as normas em vigor sobre a matéria.
  - (iii) Proibição de distribuição aos sócios ou acionistas do valor do imposto que deixar de ser pago em virtude da redução, sob pena de perda do incentivo e da obrigação de recolher, com relação à importância distribuída, o imposto que a empresa tiver deixado de pagar, sem prejuízo da incidência do imposto sobre o lucro distribuído como rendimento e das penalidades cabíveis.
  - (iv) Constituição de reserva de lucro com o valor resultante da redução, a qual somente poderá ser utilizada para absorção de prejuízo ou aumento de capital social.
  - (v) Obrigação de aplicar o valor da redução do IRPJ em atividade diretamente ligada à produção, na área de atuação da SUDAM e SUDENE.
- d. Reserva especial de ágio - Com base no disposto na Instrução CVM nº 319, de 3 de dezembro de 1999, artigo 6º, em dezembro de 2009 foi constituída uma reserva de ágio no valor de R\$412.223, que se refere à contrapartida do acervo líquido da Transmissora do Atlântico de Energia Elétrica S.A. no processo de incorporação desta pela Companhia. Em 31 de dezembro de 2010, foi adicionado ao saldo existente o valor de R\$182.284, referente à incorporação da Transmissora Alterosa de Energia S.A., totalizando R\$594.507. O benefício fiscal apurado pela Companhia no período de 1º de janeiro de 2010 a 30 de junho de 2014, no valor de R\$105.084, será oportunamente capitalizado.
- e. Remuneração aos acionistas - O estatuto social prevê o pagamento de dividendo anual mínimo obrigatório de 50%, calculado sobre o lucro líquido do exercício nos termos da Lei nº 6.404/76. A Companhia poderá, a critério da Administração, pagar juros sobre o capital próprio, cujo valor líquido será imputado aos dividendos mínimos obrigatórios, conforme previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249/95.

As ações ordinárias e preferenciais de emissão da Companhia conferem direito à participação nos lucros líquidos de cada exercício em igualdade de condições, sendo assegurada, ainda, aos titulares de cada ação preferencial prioridade no reembolso de capital, sem prêmio, no caso de liquidação da Companhia e, em caso de alienação de seu controle, tanto por meio de uma operação como por meio de operações sucessivas, o direito à alienação de suas ações nos mesmos termos e nas condições asseguradas ao acionista controlador alienante ("tag-along" com 100% do preço).

<b>Proposta de destinação do lucro do exercício</b>	<b>31/12/2013</b>
Lucro do exercício de 2013	<b>892.852</b>
Reserva legal (5%)	(44.643)
Reserva de incentivo fiscal	(34.543)
Lucro do exercício ajustado	813.666
Dividendos mínimos obrigatórios - 50% (R\$0,39365 por ação ordinária e preferencial)	406.833
Dividendos intercalares pagos (R\$0,20319 por ação ordinária e preferencial)	(210.000)
Juros sobre capital pagos (R\$0,18384 por ação ordinária e preferencial)	(190.000)
	(400.000)
IRRF efetivo sobre juros sobre capital próprio	18.556
Dividendos intercalares e juros sobre capital próprio pagos atribuído aos dividendos mínimos obrigatórios	(381.444)
Dividendos mínimos obrigatórios provisionados (R\$0,02457 por ação ordinária e preferencial)	(25.389)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,14097 por ação ordinária e preferencial)	(145.689)

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

<b>Proposta de destinação do lucro do exercício</b>	<b>31/12/2013</b>
Reserva especial de expansão	(242.588)
Resumo das destinações:	
Reservas	(321.774)
Dividendos (R\$0,55257 por ação ordinária e preferencial)	(571.078)
	<b>(892.852)</b>

A Assembleia Geral Ordinária de 30 de abril de 2014 retificou a referida proposta de destinação do resultado do exercício de 2013 conforme descrito abaixo:

<b>Proposta de destinação do lucro do exercício</b>	<b>31/12/2013</b>
Lucro do exercício de 2013	<b>892.852</b>
Reserva legal (5%)	(44.643)
Reserva de incentivo fiscal	(34.543)
Lucro do exercício ajustado	813.666
Dividendos mínimos obrigatórios - 50% (R\$0,39365 por ação ordinária e preferencial)	406.833
Dividendos intercalares pagos (R\$0,20319 por ação ordinária e preferencial)	(210.000)
Juros sobre capital pagos (R\$0,18384 por ação ordinária e preferencial)	(190.000)
	(400.000)
IRRF efetivo sobre juros sobre capital próprio	18.556
Dividendos intercalares e juros sobre capital próprio pagos atribuído aos dividendos mínimos obrigatórios	(381.444)
Dividendos mínimos obrigatórios provisionados (R\$0,02457 por ação ordinária e preferencial)	(25.389)
Dividendos adicionais propostos (R\$0,37569 por ação ordinária e preferencial)	(388.277)
Resumo das destinações:	
Reservas	(79.186)
Dividendos (R\$0,78729 por ação ordinária e preferencial)	(813.666)
	<b>(892.852)</b>

**20. DIVIDENDOS A RECEBER E A PAGAR**

	<b>Saldo em 31/12/2013</b>	<b>Dividendos / JCP propostos ou aprovados</b>	<b>Dividendos recebidos / pagos</b>	<b>Saldo em 30/06/2014</b>
<b>DIVIDENDOS A RECEBER</b>				
<i>Controladas em conjunto e coligadas</i>				
ETAU	110	14.650	-	14.760
EATE	-	67.433	(67.433)	-
EBTE	1.452	-	(490)	962
ECTE	835	3.269	(668)	3.436
ENTE	6.226	17.763	(15.278)	8.711
ERTE	3.419	10.410	(3.419)	10.410
ETEP	-	9.821	(7.878)	1.943
<b>CONSOLIDADO</b>	<b>12.042</b>	<b>123.346</b>	<b>(95.166)</b>	<b>40.222</b>
<i>Controladas</i>				
ATE III	6.132	18.398	-	24.530
<b>CONTROLADORA</b>	<b>18.174</b>	<b>141.744</b>	<b>(95.166)</b>	<b>64.752</b>
<b>DIVIDENDOS A PAGAR</b>				
<b>Consolidado e Controladora</b>				
Dividendos a pagar aos acionistas da Taesa (a)	<b>25.395</b>	<b>388.278</b>	<b>(413.666)</b>	<b>7</b>

- (a) Dividendos a pagar a acionistas não controladores referentes a exercícios anteriores, no montante de R\$7, ainda não pagos pela inexistência de dados desses acionistas na corretora.

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Os dividendos propostos e aprovados pelas controladas e controladas em conjunto serão recebidos até o final do exercício de 2014. Os dividendos propostos e aprovados das coligadas serão recebidos em parcelas, conforme disponibilidade de caixa, inclusive ultrapassando o exercício de 2014. Outros detalhes sobre os dividendos propostos e aprovados estão detalhados na nota explicativa nº 12.

Pagamento de dividendos - Em 28 de maio de 2014 a Companhia pagou dividendos obrigatórios e adicionais, referentes ao exercício de 2013, no total de R\$413.666 (R\$0,40026 por ação ON e PN).

**21. COBERTURA DE SEGUROS**

A Taesa, suas controladas e controladas em conjunto adotam a política de contratar seguros para os bens sujeitos a riscos para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

As concessões da Taesa, suas controladas e controladas em conjunto possuem cobertura de seguros contra incêndio e riscos diversos para os bens tangíveis atrelados à concessão, exceto para as linhas de transmissão do projeto. Esse fato é uma consequência de as coberturas compreendidas nas apólices não serem compatíveis com os riscos efetivos e os prêmios cobrados no mercado das seguradoras e resseguradoras serem demasiadamente elevados. A Companhia também possui cobertura de responsabilidade civil de diretores e administradores - D&O e de Frota.

Em 30 de junho de 2014, as apólices de seguros vigentes da Taesa e de suas controladas e controladas em conjunto eram:

	Companhia	Vigência	LMI (a)	DM - Valor em risco	Indenização integral (b)	Prêmio
<b>Responsabilidade Civil Geral - RCG</b>	FAIRFAX Seguros do Brasil	07/06/13 a 19/08/14	10.000	-	-	43
	Zurich Seguros	13/01/14 a 13/01/15	10.000	-	-	31
<b>Risco Operacional - RO</b>	FAIRFAX Seguros do Brasil	19/08/12 a 19/08/14	-	1.741.729	-	785
	ITAÚ Seguros	13/01/14 a 13/01/15	-	591.463	-	431
<b>Seguro Veículos - FROTA D&amp;O</b>	ITAÚ Seguros	19/08/13 a 19/08/14	-	-	105% Tabela FIP	168
	AIG Seguros Brasil	18/08/13 a 18/08/14	15.000	-	-	33

(a) LMI - Limite Máximo de Indenização.

(b) Danos materiais a terceiros - R\$600; danos corporais a terceiros - R\$600; acidentes pessoais - R\$5; e danos morais - R\$60.

Os seguros abrangem a Taesa, suas controladas e controladas em conjunto.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

## 22. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS E NÃO DERIVATIVOS

### 22.1 Estrutura de gerenciamento de riscos

O gerenciamento de risco da Companhia e de suas controladas visa identificar e analisar os riscos considerados relevantes pela Administração. Esses riscos incluem o risco de mercado (inclusive risco de moeda, de taxa de juros e outros riscos operacionais), o risco de crédito e o risco de liquidez.

A Companhia e suas controladas objetivam desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, por meio do gerenciamento de suas atividades. O cumprimento das políticas e dos limites de exposição é revisado pela Administração em base contínua. A Companhia e suas controladas não contratam nem negociam instrumentos financeiros, inclusive instrumentos financeiros derivativos para fins especulativos.

### 22.2 Gestão do risco de capital

A Companhia e suas controladas administram seus capitais para assegurar que possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximiza o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio.

A estrutura de capital é formada pelo endividamento líquido (empréstimos e financiamentos e debêntures detalhados nas notas explicativas nº 15 e nº 16, respectivamente, deduzidos pelo caixa e equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários nas notas explicativas nº 5 e nº 6, respectivamente) e pelo patrimônio líquido (nota explicativa nº 19).

### 22.3 Categorias de instrumentos financeiros relevantes

	Consolidado		Controladora	
	30/06/2014	31/12/2013	30/06/2014	31/12/2013
<b>Ativos financeiros</b>				
<i>Mensurados a valor justo por meio de resultado</i>				
- Caixa e equivalentes de caixa	75.352	121.140	66.865	70.743
- Títulos e valores mobiliários	327.171	238.722	299.701	238.722
- Instrumentos financeiros derivativos	-	394	-	-
<i>Empréstimos e recebíveis</i>				
- Títulos e valores mobiliários	-	74.688	-	-
- Clientes	176.335	168.337	165.268	158.290
- Ativo financeiro	6.025.964	6.227.752	5.419.362	5.619.465
<i>Mantidos até o vencimento</i>				
- Títulos e valores mobiliários	62.251	99.576	56.470	99.576
	<b>6.667.073</b>	<b>6.930.609</b>	<b>6.007.666</b>	<b>6.186.796</b>
<b>Passivos financeiros</b>				
<i>Mensurados a valor justo por meio de resultado</i>				
- Empréstimos e financiamentos	446.234	-	446.234	-
- Instrumentos financeiros derivativos	16.210	-	16.210	-
<i>Outros passivos financeiros</i>				
- Fornecedores	30.285	34.012	25.438	32.484
- Empréstimos e financiamentos	66.177	796.335	46.588	434.579
- Debêntures	3.745.541	3.571.028	3.745.541	3.571.028
	<b>4.304.447</b>	<b>4.401.375</b>	<b>4.280.011</b>	<b>4.038.091</b>

## Notas Explicativas



### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE JUNHO DE 2014 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

#### **22.4 Risco de mercado**

Por meio de suas atividades, a Companhia e suas controladas ficam expostas principalmente a riscos financeiros decorrentes de mudanças nas taxas de juros (vide nota explicativa nº 22.6). A Companhia e suas controladas possuem instrumentos financeiros derivativos para algumas transações com objetivo de administrar sua exposição ao risco relacionado à taxa de câmbio (vide nota explicativa nº 22.5).

A receita da Companhia e de suas controladas é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, as concessionárias poderiam não ter as suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados. Para minimizar esse risco a Companhia monitora permanentemente as oscilações dos índices de inflação.

A Companhia e suas controladas poderão enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida. Para minimizar esse risco a Companhia monitora permanentemente o cronograma de pagamento de suas obrigações e a sua geração de caixa.

Não houve mudança relevante na exposição da Companhia e suas controladas quanto aos riscos de mercado ou na maneira pela qual administram e mensuram esses riscos.

#### **22.5 Gestão do risco de taxa de câmbio**

A Companhia está sujeita ao risco de moeda nos ativos e empréstimos, indexados a uma moeda diferente da moeda funcional da Companhia, o real (R\$).

Em 30 de junho de 2014, a Companhia possuía 10,48% (R\$446.234) de sua dívida total (empréstimos e financiamentos e debêntures) atrelada à taxa de câmbio (empréstimos com o Citibank conforme nota explicativa nº 15). Para mitigar esse risco a Companhia contratou instrumentos financeiros derivativos (swap) para proteger a totalidade dos pagamentos futuros de principal e juros, inclusive o imposto de renda incidente sobre os seus pagamentos, das oscilações do dólar norte americano e da taxa de juros (Libor) conforme detalhado no item 22.7 "instrumentos financeiros derivativos" desta nota explicativa. A Companhia pretende efetuar as liquidações de ambos os instrumentos nas mesmas datas.

#### **22.6 Gestão do risco de taxa de juros**

A Companhia e suas controladas estão expostas às flutuações de taxa de juros pós-fixadas sobre empréstimos e financiamentos, debêntures e aplicações financeiras. Esse risco é administrado por meio do monitoramento dos movimentos de taxas de juros e manutenção de um mix apropriado entre ativos e passivos denominados em taxa de juros pós-fixadas.

A exposição da Companhia e suas controladas as taxas de juros pós-fixadas de ativos e passivos financeiros está detalhada no item "Análise de sensibilidade sobre instrumentos financeiros e derivativos" desta nota explicativa.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**22.7 Instrumentos financeiros derivativos**

A Companhia e suas controladas contratam em determinadas situações instrumentos financeiros derivativos para administrar sua exposição ao risco relacionado à taxa de câmbio (swap cambial sem caixa – US\$ versus CDI) e taxa de juros (swap de taxa de juros Libor). A Companhia e suas controladas não possuem opções swaptions, swaps com opção de arrependimento, opções flexíveis, derivativos embutidos em outros produtos, operações estruturadas com derivativos e “derivativos exóticos”.

Todas as operações vigentes de instrumentos financeiros derivativos encontram-se registradas em câmaras de liquidação e custódia e não existe nenhuma margem depositada em garantia. As operações não possuem custo inicial.

Os valores dos instrumentos financeiros derivativos são resumidos as seguir:

	Swap cambial Citibank – Contrato A	Swap cambial Citibank – Contrato B	Swap de taxa de juros BID	NDF (cambial)
Valor de referência (nocional) em 30/06/2014	USD 44.593	USD 156.076	-	-
Valor de referência (nocional) em 31/12/2013	-	-	R\$ 138.251	-
Direito da empresa receber (ponta ativa)	(Libor 3 meses + Spread: 0,62%) * 1,17647 <sup>1</sup>	(Libor 3 meses + Spread: 0,89%) * 1,17647 <sup>1</sup>	US Dólar + Libor	USD 116.420 * PTAX
Obrigação da empresa pagar (ponta passiva)	102,00% CDI	103,50% CDI	US Dólar + Libor limitado a 7% a.a	USD 116.420 * 2,2350
Vencimento em	10/04/2015	11/04/2016	15/05/2020	14/05/2014
Ponta ativa	98.923	347.311	-	-
Ponta passiva	(102.382)	(360.062)	-	-
Swap ativo/(passivo) em 30/06/2014	(3.459)	(12.751)	-	-
Swap ativo/(passivo) em 31/12/2013	-	-	394	-
Valor a receber/(a pagar) em 30/06/2014	(3.459)	(12.751)	-	-
Valor a receber/(a pagar) em 31/12/2013	-	-	394	-
Valor justo em 30/06/2014	(3.459)	(12.751)	-	-
Valor justo em 31/12/2013	-	-	394	-
Ganhos/(perdas) 01/04/2014 a 30/06/2014	(3.459)	(12.751)	(376)	(2.899)
Ganhos/(perdas) 01/04/2013 a 30/06/2013	-	-	158	-
Ganhos/(perdas) 01/01/2014 a 30/06/2014	(3.459)	(12.751)	(390)	(2.899)
Ganhos/(perdas) 01/01/2013 a 30/06/2013	-	-	162	-

(<sup>1</sup>) O fator 1,17647 representa o "gross up" do IR devido nos pagamentos de amortização e juros.

Conforme detalhado na nota explicativa nº 15, em 14 de maio de 2014, a ATE III realizou a liquidação antecipada de seu contrato de financiamento com o BID e do respectivo swap de taxa de juros acima descrito. Para desfazer esse swap de taxa de juros com o BID a ATE III incorreu em um custo adicional de R\$ 13.033.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**22.8 Análises de sensibilidade sobre instrumentos financeiros e derivativos**

A Companhia e suas controladas efetuaram testes de análises de sensibilidade conforme requerido pelas práticas contábeis e a Instrução CVM nº 475/08.

As análises de sensibilidade apresentadas a seguir foram elaboradas com base na exposição líquida às taxas variáveis dos instrumentos financeiros ativos e passivos, derivativos e não derivativos, relevantes, em aberto no fim do período deste relatório. Essas análises de sensibilidade foram preparadas assumindo que o valor dos ativos e passivos a seguir estivesse em aberto durante todo o período, ajustado com base nas taxas estimadas para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos.

As taxas utilizadas para cálculo dos cenários prováveis são referenciadas por fonte externa independente, cenários estes que são utilizados como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente) na exposição líquida, quando aplicável, conforme apresentado a seguir:

	Taxa anual acumulada até 30/06/2014	Cenário provável	Cenário A (deterioração de 25%)	Cenário B (deterioração de 50%)
CDI (i)	10,45%	11,00%	13,75%	16,50%
IPCA (i)	7,63%	6,39%	7,99%	9,59%
Libor (ii)	0,2293%	0,2381%	0,2976%	0,3572%
PTAX - Dólar (i)	2,2025	2,3500	2,9375	3,5250

(i) Conforme dados divulgados pelo BACEN (Relatório Focus - Mediana Top 5 de médio prazo), em 01 de agosto de 2014.

(ii) Conforme taxas divulgadas no site da Bloomberg em 01 de agosto de 2014.

Apresentamos a seguir as análises de sensibilidade efetuadas em 30 de junho de 2014:

Exposição líquida dos instrumentos financeiros não derivativos Risco: alta da taxa	Saldo em 30/06/2014	Efeito líquido no resultado/patrimônio líquido janeiro a junho de 2014 - aumento (redução)		
		Provável	Cenário A	Cenário B
<b>CONSOLIDADO</b>				
<b>Ativos financeiros</b>				
<i>Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários</i>				
- CDI	463.572	1.169	6.980	12.720
<b>Passivos financeiros</b>				
<i>Debêntures</i>				
- CDI	1.788.296	(4.494)	(26.912)	(49.053)
- IPCA	1.961.040	11.395	(3.238)	(17.760)
<i>Empréstimos e financiamentos com swap, incluindo o swap cambial</i>				
- CDI	462.444	(1.162)	(6.959)	(12.685)
		<b>6.908</b>	<b>(30.129)</b>	<b>(66.778)</b>
<b>CONTROLADORA</b>				
<b>Ativos financeiros</b>				
<i>Equivalentes de caixa e títulos e valores mobiliários</i>				
- CDI	421.883	1.064	6.353	11.576
<b>Passivos financeiros</b>				
<i>Debêntures</i>				
- CDI	1.788.296	(4.494)	(26.912)	(49.053)
- IPCA	1.961.040	11.395	(3.238)	(17.760)
<i>Empréstimos e financiamentos com Swap, incluindo o swap cambial</i>				
- CDI	462.444	(1.162)	(6.959)	(12.685)
		<b>6.803</b>	<b>(30.756)</b>	<b>(67.992)</b>

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Exposição líquida dos instrumentos financeiros derivativos	Saldo em 30/06/2014	Efeito líquido no resultado/patrimônio líquido janeiro a junho de 2014 - aumento (redução)		
		Provável	Cenário A	Cenário B
<b>CONSOLIDADO E CONTROLADORA</b>				
<b>Swap cambial</b>				
- Ponta ativa (risco de alta do US\$ e Libor)	446.234	29.923	149.218	268.514
- Ponta passiva (risco de alta do CDI)	(462.444)	(1.162)	(6.959)	(12.685)
- Dívida protegida (risco de alta do US\$ e Libor)	(446.234)	(29.923)	(149.218)	(268.514)
Efeito líquido		(1.162)	(6.959)	(12.685)

## 22.9 Gestão de risco de crédito

O risco de crédito refere-se ao risco de uma contraparte não cumprir com suas obrigações contratuais, levando a Companhia e suas controladas a incorrer em perdas financeiras. Este risco é basicamente proveniente dos investimentos mantidos com bancos e instituições financeiras.

O risco de crédito em fundos e instrumentos financeiros derivativos é limitado porque as contrapartes são representadas por bancos e instituições financeiras de primeira linha, o que caracteriza uma grande probabilidade de que nenhuma contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações.

Com relação ao risco de crédito proveniente das transações com clientes e o ativo financeiro de concessão, a Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para perdas ou análises de crédito em relação aos seus clientes, pois o Contrato de Uso do Sistema de Transmissão ("CUST"), celebrado entre o ONS, a Companhia e suas controladas garante o recebimento dos valores devidos pelos usuários, pelos serviços prestados por meio do Contrato de Constituição de Garantia - CCG e da Carta de Fiança Bancária - CFB.

As principais vantagens desses mecanismos de proteção são: (a) riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores; (b) as garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários; e (c) negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB.

## 22.10 Gestão do risco de liquidez

A responsabilidade final pelo gerenciamento do risco de liquidez é do Conselho de Administração. A Companhia e suas controladas gerenciam o risco de liquidez mantendo adequadas reservas, linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais e da combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

A Companhia e suas controladas possuem empréstimos bancários e debêntures que contêm cláusulas restritivas ("covenants"). O não cumprimento dessas cláusulas restritivas pode exigir que a Companhia pague tais compromissos antes da data indicada na tabela de fluxos de pagamentos, detalhada nas notas explicativas nº 15 e nº 16.

As tabelas a seguir: (a) mostram em detalhes o prazo de vencimento contratual restante dos passivos financeiros não derivativos e os prazos de amortização contratuais da Companhia e suas controladas; (b) foram elaboradas de acordo com os fluxos de caixa não descontados dos passivos financeiros com base na data mais próxima em que a Companhia e suas controladas devem quitar as respectivas obrigações; e (c) incluem os fluxos de caixa dos juros e do principal. Na medida em que os fluxos de juros são pós-fixados, o valor não descontado foi obtido com base nas curvas de juros no encerramento do exercício.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

<b>Empréstimos e financiamentos e debêntures</b>	<b>Até 1 mês</b>	<b>De 1 a 3 meses</b>	<b>De 3 meses a 1 ano</b>	<b>De 1 a 5 anos</b>	<b>Mais de 5 anos</b>	<b>Total</b>
<b>Consolidado</b>						
Pós-fixada	266.114	6	453.521	2.675.044	2.295.020	5.689.704
Prefixada	20	478	3.551	37.783	31.840	73.671
	<b>266.133</b>	<b>483</b>	<b>457.072</b>	<b>2.712.826</b>	<b>2.326.860</b>	<b>5.763.375</b>
<b>Controladora</b>						
Pós-fixada	266.114	6	453.521	2.675.044	2.295.020	5.689.704
Prefixada	20	362	2.054	27.245	23.382	53.063
	<b>266.133</b>	<b>368</b>	<b>455.575</b>	<b>2.702.289</b>	<b>2.318.402</b>	<b>5.742.767</b>

### 22.11 Gestão dos riscos operacionais

É o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura da Companhia e de fatores externos, exceto riscos de crédito, mercado e liquidez, como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial.

Os principais riscos operacionais que a Companhia e suas controladas estão expostas são:

Riscos regulatórios - Extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS, Ministério do Meio Ambiente e CVM.

Risco de seguros - Contratação de seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas subestações. Apesar da adoção de critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, danos nas linhas de transmissão contra prejuízos decorrentes de incêndios, raios, explosões, curtos-circuitos e interrupções de energia elétrica não são cobertos por tais seguros, o que poderia acarretar custos e investimentos adicionais significativos.

Risco de interrupção do serviço - em caso de interrupção do serviço, a Companhia e suas controladas estarão sujeitas à redução de suas receitas por meio da aplicação de algumas penalidades, dependendo do tipo, do nível e da duração da indisponibilidade dos serviços, conforme regras estabelecidas pelo órgão regulador. No caso de desligamentos prolongados, os efeitos podem ser relevantes.

Risco de construção e desenvolvimento das infraestruturas - caso a Companhia e suas controladas expandam os seus negócios através da construção de novas instalações de transmissão, poderão incorrer em riscos inerentes à atividade de construção, atrasos na execução da obra e potenciais danos ambientais que poderão resultar em custos não previstos e/ou penalidades.

Os atrasos de construção de novas instalações podem estar ligados ao fato de a Companhia e de suas controladas dependerem de terceiros para fornecer os equipamentos utilizados em suas instalações e, por isso, estão sujeitas a aumentos de preços e falhas por parte de tais fornecedores, como atrasos na entrega dos equipamentos ou entrega de equipamentos avariados. Tais falhas poderão prejudicar as atividades e ter um efeito adverso nos resultados.

Adicionalmente, devido às especificações técnicas dos equipamentos utilizados em suas instalações, há disponibilidade de poucos fornecedores e, para determinados equipamentos, há um único fornecedor.

## Notas Explicativas



### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE JUNHO DE 2014 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Caso algum fornecedor descontinue a produção ou interrompa a venda de quaisquer dos equipamentos adquiridos, pode não haver possibilidade de aquisição de tal equipamento com outros fornecedores. Nesse caso, a prestação dos serviços de transmissão de energia elétrica poderá ser afetada, sendo obrigadas a realizar investimentos não previstos, a fim de desenvolver ou custear o desenvolvimento de nova tecnologia para substituir o equipamento indisponível, o que poderá impactar de forma negativa a sua condição financeira e seus resultados operacionais.

Risco técnico - a infraestrutura das concessões são dimensionadas de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nesses casos, os custos necessários à recolocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia e suas controladas, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (parcela variável).

Risco de contencioso - a Companhia e suas controladas estão envolvidas em diversos processos judiciais e administrativos, dos quais até hoje não é possível conhecer seu êxito final. A Companhia e suas controladas apresentam em suas informações contábeis intermediárias o valor total considerado adequado para suprir tais contingências.

O objetivo da Companhia e suas controladas é o de administrar os riscos operacionais mencionados acima para evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à sua reputação e buscar eficácia de custos para evitar procedimentos de controle que restrinjam iniciativa e criatividade. A principal responsabilidade para o desenvolvimento e a implementação de controles para tratar riscos operacionais é atribuída à Alta Administração em cada unidade de negócio. A responsabilidade é apoiada pelo desenvolvimento de padrões gerais da Companhia e suas controladas para a administração de riscos operacionais nas seguintes áreas:

- ✓ Exigências para segregação adequada de funções, incluindo a autorização independente de operações.
- ✓ Exigências para a reconciliação e o monitoramento de operações.
- ✓ Cumprimento com exigências regulatórias e legais.
- ✓ Documentação de controles e procedimentos.
- ✓ Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais enfrentados e a adequação de controles e procedimentos para tratar dos riscos identificados.
- ✓ Exigências de reportar os prejuízos operacionais e as ações corretivas propostas.
- ✓ Desenvolvimento de planos de contingência.
- ✓ Treinamento e desenvolvimento profissional.
- ✓ Padrões éticos e comerciais.
- ✓ Mitigação de risco, incluindo seguro, quando eficaz.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**22.12 Valor justo dos instrumentos financeiros e derivativos**

	Nota	30/06/2014		31/12/2013	
		Valor contábil	Valor justo	Valor contábil	Valor justo
<b>CONSOLIDADO</b>					
<i>Ativos financeiros</i>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	75.352	75.352	121.140	121.140
Títulos e valores mobiliários	6	389.422	389.422	412.986	412.986
Clientes	7	176.335	176.335	168.337	168.337
Ativo financeiro	7	6.025.964	6.654.465	6.227.752	6.455.695
Instrumentos financeiros derivativos	22	-	-	394	394
		<b>6.667.073</b>	<b>7.295.574</b>	<b>6.930.609</b>	<b>7.158.552</b>
<i>Passivos financeiros</i>					
Fornecedores		30.285	30.285	34.012	34.012
Empréstimos e financiamentos	15	512.411	512.411	796.335	796.335
Debêntures	16	3.745.541	3.564.421	3.571.028	3.372.851
Instrumentos financeiros derivativos	22	16.210	16.210	-	-
		<b>4.304.447</b>	<b>4.123.327</b>	<b>4.401.375</b>	<b>4.203.198</b>
<b>CONTROLADORA</b>					
<i>Ativos financeiros</i>					
Caixa e equivalentes de caixa	5	66.865	66.865	70.743	70.743
Títulos e valores mobiliários	6	356.171	356.171	338.298	338.298
Clientes	7	165.268	165.268	158.290	158.290
Ativo financeiro	7	5.419.362	6.057.436	5.619.465	5.906.232
		<b>6.007.666</b>	<b>6.645.740</b>	<b>6.186.796</b>	<b>6.473.563</b>
<i>Passivos financeiros</i>					
Fornecedores		25.438	25.438	32.484	32.484
Empréstimos e financiamentos	15	492.822	492.822	434.579	434.579
Debêntures	16	3.745.541	3.564.421	3.571.028	3.372.851
Instrumentos financeiros derivativos		16.210	16.210	-	-
		<b>4.280.011</b>	<b>4.098.891</b>	<b>4.038.091</b>	<b>3.839.914</b>

**Hierarquia do valor justo**

Os diferentes níveis foram definidos conforme: (a) Nível 1 - preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos, (b) Nível 2 - "inputs", exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta (preços) ou indiretamente (derivado de preços), e (c) Nível 3 - premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado ("inputs" não observáveis).

Todos os instrumentos financeiros registrados e classificados pelo Grupo a valor justo por meio de resultado foram classificados no Nível 2. Não houve instrumentos financeiros alocados aos Níveis 1 e 3, nem ocorreram transferências de níveis no período observado.

**Técnica(s) de avaliação e informações usadas**

No que tange ao cálculo dos valores justos, para os principais saldos sujeitos a variações entre os valores contábeis e os valores justos, foi considerado o que segue:

Caixa e equivalentes de caixa: contas-correntes conforme posições dos extratos bancários e aplicações financeiras valorizadas pela taxa do CDI até a data das informações contábeis intermediárias.

**Notas Explicativas****NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Títulos e valores mobiliários: aplicações financeiras mensuradas pelo valor justo ou custo amortizado são valorizadas substancialmente pela taxa do CDI até a data das informações contábeis intermediárias.

Clientes: a Administração considera que os saldos contábeis de clientes, classificados como "empréstimos e recebíveis" e mensurados pelo custo amortizado, aproximam-se dos seus valores justos, principalmente por terem prazo de recebimento médio de 45 dias, prazo previsto pelo ONS.

Ativo financeiro: o ativo financeiro no início da concessão é mensurado ao valor justo e, posteriormente, mantido ao custo amortizado. No início de cada concessão, a taxa de desconto é calculada com base no custo de capital próprio e está auferida através de componentes internos e de mercado.

A Companhia adotou a metodologia de apuração do valor justo do ativo financeiro, através do recálculo da taxa de remuneração. Dessa forma, o valor justo do ativo financeiro mantido pela Companhia foi determinado de acordo com o modelo de precificação com base em análise do fluxo de caixa descontado e utilizando a taxa de desconto atualizada.

A taxa de desconto atualizada considera a alteração de variáveis de mercado e mantém as demais premissas utilizadas no início da concessão. Os componentes considerados variáveis de mercado são a inflação americana e a taxa livre de risco, tendo sido estes atualizados com base nas informações disponíveis em 30 de junho de 2014.

Instrumentos financeiros derivativos: os "swaps" de taxas de juros e cambial são mensurados pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados nas curvas de rendimento aplicáveis, considerando a cotação das taxas de juros. Os valores justos desses derivativos são obtidos com as instituições financeiras em que esses instrumentos foram contratados.

Empréstimos e financiamentos: a Companhia considera que os valores justos para os financiamentos com o BNDES (Santander - FINAME) e BID são iguais aos saldos contábeis, uma vez que não existem instrumentos similares, com vencimentos e taxas de juros comparáveis. Os valores justos dos empréstimos em moeda estrangeira com o Citibank são mensurados com base no valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados e descontados nas curvas de juros aplicáveis, considerando a cotação das taxas de juros, e foram obtidos com a instituição financeira em que esses instrumentos foram contratados.

Debêntures: a Administração considera que os saldos contábeis das debêntures, classificados como "outros passivos financeiros" e mensurados pelo custo amortizado, aproximam-se dos seus valores justos, exceto quando essas debêntures possuem Preço Unitário - PU no mercado secundário divulgado no site [www.debentures.com.br](http://www.debentures.com.br) próximo ao período de relatório. Com exceção da 2ª e 4ª séries da 2ª emissão e da 1ª série da 3ª emissão das debêntures emitidas pela Companhia, as demais séries apresentaram negociações no mercado secundário.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**23. RESULTADO POR AÇÃO**

O quadro a seguir apresenta os dados de resultado e a quantidade de ações utilizadas no cálculo dos lucros básico e diluído por ação.

Resultado por ação	Controladora			
	01/04/2014 a 30/06/2014	01/04/2013 a 30/06/2013	01/01/2014 a 30/06/2014	01/01/2013 a 30/06/2013
Resultado do período	80.081	102.403	191.587	273.549
Resultado do período proporcional às ações ordinárias (1)	53.585	68.522	128.198	183.042
Média ponderada da quantidade de ações ordinárias (em milhares) (2)	691.553	691.553	691.553	691.553
Resultado do período proporcional às ações preferenciais (3)	26.496	33.881	63.389	90.507
Média ponderada da quantidade de ações preferenciais (em milhares) (4)	341.944	341.944	341.944	341.944
Resultado por ação ordinária - básico = (1)/(2)	0,07749	0,09908	0,18538	0,26468
Resultado por ação preferencial - básico = (3)/(4)	0,07749	0,09908	0,18538	0,26468
Resultado por ação ordinária - diluído (*)	0,07749	0,09908	0,18538	0,26468
Resultado por ação preferencial - diluído (*)	0,07749	0,09908	0,18538	0,26468

(\*) A Companhia não possui instrumentos com efeito dilutivo.

**24. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA**Receita de disponibilização do sistema de transmissão de energia elétrica

Refere-se à tarifa cobrada dos agentes do setor elétrico, incluindo os consumidores livres ligados na alta tensão, pela disponibilização da rede básica de transmissão, de propriedade da Companhia, associada ao sistema interligado brasileiro. Essa receita de disponibilização do sistema de transmissão de energia elétrica é contabilizada nos livros societários do Grupo de acordo com o ICPC 01 (R1) (equivalente ao IFRIC 12), conforme detalhado na nota explicativa nº 7. Os valores a serem recebidos estão registrados no ativo, nas rubricas "Clientes" e "Ativo financeiro".

Composição da receita operacional líquida da Companhia e de suas controladas

	01/04/2014 a 30/06/2014	01/04/2013 a 30/06/2013	01/01/2014 a 30/06/2014	01/01/2013 a 30/06/2013
<b>CONSOLIDADO</b>				
Operação e manutenção	109.560	101.030	218.545	202.022
Construção e indenização	9.745	22.237	28.701	50.435
Remuneração do ativo financeiro	167.419	171.362	338.226	340.584
Parcela variável e outras receitas (a)	(724)	(5.832)	(5.759)	(15.049)
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>286.000</b>	<b>288.797</b>	<b>579.713</b>	<b>577.992</b>
PIS e COFINS	(13.101)	(12.354)	(26.772)	(25.225)
ISS	(12)	(11)	(23)	(22)
Cota para RGR e P&D (b)	(13.162)	(13.077)	(25.656)	(26.122)
Deduções da receita	(26.275)	(25.442)	(52.451)	(51.369)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>259.725</b>	<b>263.355</b>	<b>527.262</b>	<b>526.623</b>
<b>CONTROLADORA</b>				
Operação e manutenção	101.292	84.021	202.257	163.383
Construção e indenização	8.679	18.022	17.424	41.723
Remuneração do ativo financeiro	156.923	140.882	317.217	265.645
Parcela variável e outras receitas (a)	(478)	(3.658)	(4.899)	(8.602)
<b>Receita operacional bruta</b>	<b>266.416</b>	<b>239.267</b>	<b>531.999</b>	<b>462.149</b>
PIS e COFINS	(11.569)	(8.508)	(23.338)	(16.624)
ISS	(12)	(11)	(23)	(22)
Cota para RGR e P&D (b)	(12.343)	(10.809)	(24.030)	(20.784)
Deduções da receita	(23.924)	(19.328)	(47.391)	(37.430)
<b>Receita operacional líquida</b>	<b>242.492</b>	<b>219.939</b>	<b>484.608</b>	<b>424.719</b>

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

- (a) Parcela Variável - PV: é a parcela a ser deduzida da receita da transmissora em função da não prestação adequada do serviço público de transmissão. A PV pode ser classificada em Não programada, quando ocorre indisponibilidade do sistema por acidente e em Programada quando há manutenção em equipamentos que pertençam à linha de transmissão. Para registro contábil de provisão de indisponibilidades, é lançado a provisão à débito da conta de receita dedução Parcela Variável - Provisão e à crédito a conta mercado interno - Cliente O.N.S. Quando há o efetivo desconto da indisponibilidade ocorrida, é contemplada uma linha no AVC referente ao valor a ser descontado. Esse valor é revertido na contabilização feita anteriormente e contabilizada a débito na(s) conta(s) como sendo PV programada e/ou não programada e a crédito da conta de receita por disponibilidade da rede elétrica.
- (b) Trata-se de encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, sendo destinados a incentivos com P&D e à constituição de RGR dos serviços públicos.

Conciliação entre a receita bruta e a receita registrada para fins tributáveis

Consolidado	01/04/2014 a 30/06/2014	01/04/2013 a 30/06/2013	01/01/2014 a 30/06/2014	01/01/2013 a 30/06/2013
<b>CONSOLIDADO</b>				
Receita operacional bruta	286.000	288.797	579.713	577.992
(+/-) Efeitos de ajustes societários	108.029	73.935	202.050	144.722
<b>Receita operacional bruta tributável</b>	<b>394.029</b>	<b>362.732</b>	<b>781.763</b>	<b>722.714</b>
<b>CONTROLADORA</b>				
Receita operacional bruta	266.416	239.267	531.999	462.149
(+/-) Efeitos de ajustes societários	102.334	60.503	200.364	112.993
<b>Receita operacional bruta tributável</b>	<b>368.750</b>	<b>299.770</b>	<b>732.363</b>	<b>575.142</b>

**25. RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS**

Consolidado	01/04/2014 a 30/06/2014	01/04/2013 a 30/06/2013	01/01/2014 a 30/06/2014	01/01/2013 a 30/06/2013
Rendimentos de aplicação financeira	18.198	35.212	32.418	78.007
Variações cambiais líquidas - depósitos vinculados	(2.002)	5.846	(4.953)	4.726
<b>Receitas financeiras</b>	<b>16.196</b>	<b>41.058</b>	<b>27.465</b>	<b>82.733</b>
Juros, variações monetárias e cambiais líquidas e ajuste a valor justo:				
Empréstimos e financiamentos	7.329	(41.008)	5.137	(45.144)
Debêntures	(109.704)	(90.383)	(221.272)	(189.576)
Ganho/(perda) instrumentos financeiros derivativos (a)	(32.244)	-	(32.244)	-
Outras despesas financeiras - líquidas de receitas	(1.273)	(1.628)	(1.044)	(3.835)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(135.892)</b>	<b>(133.019)</b>	<b>(249.423)</b>	<b>(238.555)</b>
	<b>(119.696)</b>	<b>(91.961)</b>	<b>(221.958)</b>	<b>(155.822)</b>

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

<b>Controladora</b>	<b>01/04/2014 a 30/06/2014</b>	<b>01/04/2013 a 30/06/2013</b>	<b>01/01/2014 a 30/06/2014</b>	<b>01/01/2013 a 30/06/2013</b>
Rendimentos de aplicação financeira	16.895	32.154	29.911	69.609
<b>Receitas financeiras</b>	<b>16.895</b>	<b>32.154</b>	<b>29.911</b>	<b>69.609</b>
Juros e variações monetárias e cambiais líquidas e ajuste a valor justo:				
Empréstimos e financiamentos	1.019	(4.151)	(9.734)	(6.764)
Debêntures	(109.704)	(90.383)	(221.272)	(189.576)
Ganho/(perda) instrumentos financeiros derivativos	(16.210)	-	(16.210)	-
Outras despesas financeiras - líquidas de receitas	(411)	(944)	(74)	(2.333)
<b>Despesas financeiras</b>	<b>(125.306)</b>	<b>(95.478)</b>	<b>(247.290)</b>	<b>(198.673)</b>
	<b>(108.411)</b>	<b>(63.324)</b>	<b>(217.379)</b>	<b>(129.064)</b>

- (a) O valor inclui o custo para desfazer o contrato de swap de taxa de juros referente ao empréstimo com o BID da ATE III, bem como a liquidação da NDF contratada para fixar o câmbio de liquidação desta dívida, nos montantes de R\$13.135 e R\$2.899 (vide nota explicativa nº 15).

## 26. PLANO DE PREVIDÊNCIA PRIVADA - CONTRIBUIÇÃO DEFINIDA

Em reunião do Conselho de Administração realizada em 12 de janeiro de 2012, foi aprovada a implantação de um Plano de Previdência Privada para os empregados da Companhia e de suas controladas a partir de abril de 2012. O Plano Taesaprev foi criado na Forluz, entidade fechada de previdência complementar, da qual a Companhia passou a ser uma de suas patrocinadoras, tendo sua aprovação na Previc publicada em Diário Oficial no dia 27 de março de 2012. O plano é extensivo a todos os empregados da Companhia e de suas controladas, representando um importante alinhamento às melhores práticas de remuneração do mercado como instrumento de atração, manutenção e retenção de talentos. Em abril de 2012, foi iniciada a campanha interna do plano de previdência privada. Em 30 de junho de 2014, a adesão era de 83,02% do quadro efetivo de empregados que participava do Plano Taesaprev.

As contribuições da Companhia são especificadas de acordo com as regras do plano, sendo essas obrigações liquidadas até o mês subsequente ao reconhecimento dessas despesas. Os ativos do plano são mantidos em separado dos outros ativos da Companhia, sob o controle da Forluz. A principal patrocinadora da Forluz é a CEMIG (patrocinadora-fundadora), um dos controladores da Companhia. A única obrigação da Companhia com respeito ao plano de previdência privada é fazer as devidas contribuições.

A Companhia poderá a qualquer momento, observada a legislação, solicitar a retirada do patrocínio, que dependerá de aprovação pela autoridade governamental competente e estará sujeita à legislação pertinente. Em caso de retirada hipotética da patrocinadora do plano, o compromisso da patrocinadora está totalmente coberto pelos ativos do plano.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

A seguir, a despesa total incorrida pela Companhia de acordo com as regras do plano:

	01/04/2014 a 30/06/2014	01/04/2013 a 30/06/2013	01/01/2014 a 30/06/2014	01/01/2013 a 30/06/2013
<b>CONSOLIDADO</b>				
Custos com previdência privada	146	96	296	393
Despesas com previdência privada	250	216	462	668
	396	312	758	1.061
<b>CONTROLADORA</b>				
Custos com previdência privada	146	96	296	393
Despesas com previdência privada	250	216	462	668
	396	312	758	1.061

## 27. COMPROMISSOS ASSUMIDOS

### Operação e manutenção das linhas de transmissão e subestações

Operação e manutenção	Concessões
Realizada com recursos próprios	Taesa (TSN, Munirah, GTESA, PATESA, Novatrans, ETEO, STE, ATE, ATE II, NTE), ATE III, ETEP (somente a manutenção da linha de transmissão), ECTE, ERTE (manutenção da subestação de Castanhal e operação de toda a concessão), STC, Lumitrans, EBTE, EATE e ENTE (manutenção da subestação de Açailândia) e ETSE.
Realizada pela Eletronorte	Brasnorte, EATE, ENTE, ETEP (manutenção das subestações de Tucuruí e Vila do Conde e operação de toda a concessão) e ERTE (manutenção de Vila do Conde e Santa Maria)
Realizada pela CEEE-GT e Eletrosul	ETAU
Realizada pela Cemig GT	ESDE e SGT

A Taesa passou a operar a ATE, ATE II, ATE III e STE em 16 de setembro de 2013, ocasião em que terminou o contrato com a Omega Operação e Manutenção de Linhas de Transmissão.

Aspectos ambientais - a Política Nacional do Meio Ambiente determina que o funcionamento regular de atividades consideradas efetiva ou potencialmente poluidoras ou que, de qualquer forma, causem degradação do meio ambiente, está condicionado ao prévio licenciamento ambiental.

Todas as concessionárias do Grupo Taesa, em consonância com as determinações legais vigentes, buscam o atendimento na íntegra de todos os comandos necessários à perfeita execução do objeto de sua concessão, por meio da obtenção de todas as licenças ambientais relevantes para a condução das atividades de instalação, operação e manutenção de linhas de transmissão e subestações.

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto, adotam práticas modernas de gestão empresarial nos moldes das maiores companhias internacionais. O conceito de sustentabilidade empresarial, com base na gestão dos aspectos econômico, social e ambiental, vem sendo adotado e, por consequência, ensejou o desenvolvimento de um Sistema de Gestão Ambiental - SGA.

O SGA foi construído com base em uma política ambiental única para todas as concessões do Grupo Taesa, sendo calcado nas normas ABNT - ISO 14001:2004 e ABNT - ISO 14031:2004. O SGA é um processo ininterrupto, participativo e transversal, que atinge diversas áreas da Companhia. A Política Ambiental do Grupo Taesa, documento central do SGA, representa os compromissos socioambientais adotados. Entre eles destacam-se: (a) o cumprimento de requisitos legais; (b) a minimização dos riscos ambientais; (c) a prevenção da poluição; (d) a preservação dos recursos naturais; (e) o desenvolvimento sustentável; (f) o atendimento às necessidades e expectativas de suas partes interessadas; e (g) a transmissão desses mesmos valores aos seus parceiros e fornecedores.

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Além da Política Ambiental, são partes integrantes do SGA o Manual de Gestão e o Manual de Programas Ambientais e Sociais. Nesses documentos estão descritos os objetivos e as metas a serem cumpridos, os planos de ação, os critérios, os indicadores de desempenho, os processos de gestão, a avaliação, o monitoramento e a revisão.

A seguir, quadro detalhado das licenças ambientais das empresas em que o Grupo possui participação, quando requerido pelos órgãos ambientais:

Empresa	Trecho	Licença de operação nº	Data de emissão	Vencimento	Renovação
Taesa (Novatrans)	Samambaia/DF - Serra da Mesa/GO	320/03 (incorporada pela Licença de Operação nº 384/04) 359/2003	23/05/2003	06/09/2021	Licença renovada até 06/09/2021
	Serra da Mesa/GO - Miracema/TO	(incorporada pela Licença de Operação nº 384/04)	17/11/2003	06/09/2021	
	Miracema/TO - Imperatriz/MA	384/04	15/04/2004	06/09/2021	
Taesa (TSN)	Serra da Mesa/GO - Sapeaçu/BA	287/02	30/10/2008	30/10/2014	Licença renovada até 30/10/2014
	Camaçari II - Sapeaçu (Concessão Munirah)	2005-002212/TEC/LO-0044	24/07/2005	24/07/2010	De acordo com o Instituto do Meio Ambiente - IMA do Estado da Bahia, o Decreto nº 11.235/08 isenta, em especial, linhas de transmissão ou distribuição do procedimento de renovação da Licença de Operação. Renovação solicitada em 04/02/2013 ao IBAMA. Permanece válida até manifestação do IBAMA (Resolução CONAMA nº 237/97)
	Goianinha - Mussurê (Concessão GTESA)	339/03	21/08/2003	21/08/2007	Licença renovada até 07/03/2016
Taesa (ETEO)	Paraíso - Açú (Concessão Patesa)	2013-006944/TEC-RLO 1927	07/03/2014	07/03/2016	Licença renovada sob o nº 00026 (Processo nº 13.569/99), válida até 13/06/2014. Renovação solicitada tempestivamente em janeiro de 2014.
	Taquaraçu - Sumaré	00089/01	18/10/2001	13/06/2014	Renovação solicitada ao IBAMA em 14/05/2012. Permanece válida até manifestação do IBAMA (Resolução CONAMA nº 237/97)
Taesa (NTE)	Angelim - Campina Grande	349/03	30/09/2003	30/09/2007	Licença renovada até 29/02/2022
	Xingó - Angelim	350/03	30/09/2003	30/09/2007	Licença renovada até 26/09/2016.
Taesa (ATE)	Londrina - Araraquara	492/05	29/02/2012	29/02/2022	Solicitada ao IBAMA renovação em 02/08/2010. Permanece válida até manifestação do IBAMA (Resolução CONAMA nº 237/97)
Taesa (STE)	Uruguaiiana - Santa Rosa	4365/08-DL	26/09/2012	26/09/2016	Renovação solicitada ao IBAMA em 30/03/2012. Permanece válida até manifestação do IBAMA (Resolução CONAMA nº 237/97)
Taesa (ATE II)	Colinas - Sobradinho	579/06	30/11/2006	30/11/2010	Licença renovada sob o nº 2010/0000003814 até 25/10/2014
	Itacaiunas - Colinas	753/08	17/06/2008	17/06/2012	Licença renovada até 05/10/2014
ATE III	Marabá - Carajás	5123/10	26/10/2010	25/10/2014	Renovação solicitada tempestivamente ao IBAMA através da carta Brasnorte (Of. 093/Filial/12), de 11/05/2012. Permanece válida até manifestação do IBAMA (Resolução CONAMA nº 237/97)
ETAU	Campos Novos - Santa Marta	452/05	05/10/2007	05/10/2014	Licença renovada até 05/10/2014
Brasnorte	Juba - Jauru	298161/09	17/09/2009	16/09/2012	Renovação solicitada tempestivamente ao IBAMA
	Brasnorte - Nova Mutum	298160/09	17/09/2009	16/09/2012	Renovação solicitada tempestivamente ao IBAMA

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Empresa	Trecho	Licença de operação nº	Data de emissão	Vencimento	Renovação
					através da carta Brasnorte (Of. 093/Filial/12), de 11/05/2012. Permanece válida até manifestação do IBAMA (Resolução CONAMA nº 237/97)
EATE	Tucuruí - Presidente Dutra	288/02	16/07/2009	16/07/2015	Licença renovada até 16/07/2015
ENTE	Tucuruí - Açailândia	426/05	29/08/2012	28/08/2018	Licença renovada até 28/08/2018
Lumitrans	Machadinho - Campos Novos	657/07	25/09/2007	25/09/2013	Renovação solicitada ao IBAMA. Permanece válida até manifestação do Instituto (Resolução CONAMA nº 237/97)
	Juína - Brasnorte	302381/11	10/06/2011	09/06/2014	Renovação solicitada a SEMA-MT. Permanece válida até manifestação do Instituto (Resolução CONAMA nº 237/97)
EBTE	Juba - Brasnorte	300899/10	26/10/2010	25/10/2013	Renovação solicitada em 11/04/2013. Permanece válida até manifestação do Instituto (Resolução CONAMA nº 237/97)
	Parecis - Brasnorte	299964/10	08/07/2010	07/07/2013	Aguardando SEMA/MT. Renovação solicitada a SEMA-MT.
	N. Mutum - Sorriso - Sinop	300348/10	16/08/2010	15/08/2013	Permanece válida até manifestação do Instituto (Resolução CONAMA nº 237/97)
	LT Barra Grande - Lages - Rio do Sul	171/09	09/09/2009	09/09/2013	Aguardando SEMA MT. Renovação solicitada a FATMA-SC. Permanece válida até manifestação do Instituto (Resolução CONAMA nº 237/97)
STC	SE - Lages	7247/12	09/08/2012	09/08/2016	Licença renovada até 09/08/2016.
	SE - Rio do Sul	065/10	07/05/2010	07/05/2014	Renovação solicitada a FATMA-SC. Permanece válida até manifestação do Instituto (Resolução CONAMA nº 237/97)
ERTE	Vila do Conde - Castanhal- Santa Maria	6904/12	02/07/2012	01/07/2016	Licença renovada até 01/07/2016.
ECTE	Campos Novos - Blumenau	7649/11	07/11/2011	07/11/2015	Licença renovada até 07/11/2015.
ETEP	Vila do Conde - Tucuruí - Barcarena	5084/10	10/11/2010	09/11/2014	Licença renovada até 09/11/2014.
ESDE	SE_Santos Dumont	0657/12	27/08/2012	27/08/2016	Licença renovada até 27/08/2016.
TRANSLESTE	SE Montes Claros - SE Irapé	177/2009	17/12/2009	17/12/2015	Licença renovada até 17/12/2015
TRANSUDESTE	SE Itutinga - SE Juiz de Fora	571/2011	25/07/2011	25/07/2019	Licença renovada até 25/07/2019
TRANSIRAPÉ	SE Irapé - SE Araçuaí 2	077/2011	15/06/2011	30/03/2017	Licença renovada até 30/03/2017
	LTs 230 KV SE Abdon Batista	4102/2013	28/05/2013	28/05/2016	Licença renovada até 08/05/2016.
ETSE	LT Barra Grande - Lages - Rio do Sul	6616/2012	13/01/2014	13/08/2015	Licença renovada até 13/08/2015.
	SE Gaspar	2926/2013	02/05/2013	02/05/2016	Licença renovada até 02/05/2016.
	SE Abdon Batista	7940/2012	01/10/2012	01/10/2015	Licença renovada até 01/10/2015.

## Notas Explicativas



### **NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS DE 30 DE JUNHO DE 2014 (Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

Compensação ambiental - os contratos de execução de projetos de compensação ambiental, de acordo com a determinação e aprovação do órgão ambiental, estão em andamento, com base nos cronogramas estabelecidos nos respectivos instrumentos, quando aplicável.

As compensações ambientais provisionadas pela Companhia e suas controladas estão registradas na rubrica "Outras contas a pagar". Vide nota explicativa nº 13 (b).

Na controlada em conjunto ETAU, as compensações ambientais descritas a seguir são contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial:

- FUNAI - Em 19 de abril de 2012, foi celebrado o Termo de Compensação Ambiental s/n entre a ETAU e a FUNAI, em atendimento à Licença de Operação nº 452/05. Nesse Termo, intitulado "Termo de Compromisso", cujo valor de aplicação é de R\$790, foram estabelecidas as medidas compensatórias, destinadas à Terra Indígena Carreteiro, comunidade Kaingang. Ressalta-se que todas as medidas estipuladas no referido documento foram liquidadas, contudo, a ETAU aguarda a emissão do Termo de Quitação Total que será requerido em 2014.
- Reposição Florestal da ETAU com a SEMA/RS - Foi acordada entre as partes a aquisição de terreno para consequente doação ao Estado do Rio Grande do Sul, como forma alternativa de atendimento ao compromisso de Reposição Florestal imputado à ETAU à época da construção do empreendimento. Assim, em 25 de julho de 2012, foi aprovada pelo Conselho de Administração a respectiva aquisição. A Companhia já possui a especificação do terreno com sua exata localização e está concluindo as negociações com o proprietário. Estima-se que a aquisição do terreno e sua consequente doação sejam concluídas no ano de 2014. Em 29 de agosto de 2013, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração da ETAU um acréscimo no orçamento de 2013, a fim de viabilizar a aquisição do referido terreno totalizando o montante de R\$1.450. Em 30 de junho de 2014 e em 31 de dezembro de 2013, o saldo provisionado na rubrica "Outros" no passivo circulante para essa compensação ambiental era de R\$1.450, sendo R\$1.000 de provisões já existentes e R\$450 como provisão complementar.

#### Implantação das instalações de transmissão de energia elétrica

Em 5 de julho de 2012, a SGT celebrou o contrato com a Toshiba Infraestrutura América do Sul Ltda. ("Toshiba"), no valor de R\$27.763, com o objeto de fornecer, na modalidade "turn key", equipamentos elétricos do pátio da subestação, peças sobressalentes, projeto civil, elétrico, eletromecânica, materiais de montagem, montagem eletromecânica, obras civis e supervisão de montagem, na subestação de São Gotardo II. Os custos desse contrato são reconhecidos no resultado do período em que são incorridos, mensurados com base no estágio de construção da subestação.

A Toshiba oferece garantia técnica contra qualquer defeito de fabricação, oculto dos equipamentos ora fornecidos e das instalações abrangidas pelo fornecimento de bens e serviços, objeto do contrato assinado em 5 de julho de 2012, pelo prazo de 24 meses a partir da data de entrada em operação comercial dos equipamentos. Em 22 de março de 2013 foi assinado o primeiro e único termo aditivo para o referido contrato estabelecendo novas cláusulas de garantia. A construção da Subestação São Gotardo foi concluída em 19 de março de 2014.

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

No dia 12 de maio de 2014 a Companhia encaminhou uma correspondência para a Toshiba referente à emissão do Certificado de Aprovação Provisória ("CAP"), conforme entendimentos entre a Companhia e a Toshiba, onde a Toshiba assumiu o compromisso de realizar todas as medidas, ainda pendentes, para a completa aceitação da obra até o final de setembro de 2014 conforme programação de intervenção com os agentes envolvidos.

Arrendamento operacional

Em 2013 a Companhia mudou sua administração corporativa do 10º andar para o 6º andar do Edifício Bolsa Rio, devido ao crescimento de sua estrutura organizacional.

A Companhia incorreu em gastos com aluguel do seu escritório corporativo no período findo em 30 de junho de 2014, no montante de R\$1.653 (R\$827 do período de 1º de abril a 30 de junho de 2014, R\$1.061 em 30 de junho de 2013 e R\$531 do período de 1º de abril a 30 de junho de 2013). Os contratos de aluguel são pagos em reais, reajustados anualmente com base no IGP-M e possuem prazos de 60 meses. A Companhia não tem a opção de adquirir o imóvel arrendado depois de expirado o prazo de duração do arrendamento.

Em 30 de junho de 2014, com base nas condições vigentes do contrato descrito anteriormente, quando o vencimento ocorrerá em 1º de novembro de 2017, os seguintes pagamentos de aluguel são estimados:

	<b>Despesas de aluguel</b>
2014	3.397
2015	3.726
2016	3.940
2017	3.791
<b>Total</b>	<b>14.854</b>

Em caso de rescisão contratual por parte da Companhia, a mesma terá que comunicar a Locadora com prazo mínimo de seis meses de antecedência e pagará o valor equivalente a quatro aluguéis vigentes à época, proporcional ao tempo restante da locação, a título de multa por rescisão antecipada. Na falta da formalização da comunicação de intenção da rescisão de contrato antecipada, a Companhia pagará o valor equivalente aos aluguéis e encargos da locação do período não cumprido de aviso prévio, a título de perdas e danos pré-fixados, além da multa no valor equivalente a quatro aluguéis vigentes à época.

Caso a Companhia venha a rescindir antecipadamente a locação, na data de pagamento da multa por rescisão antecipada, devolverá a Locadora, proporcional ao tempo restante da locação, em uma parcela, todos os valores referentes aos aluguéis que, durante a vigência da locação, forem isentos ou sofrerem qualquer tipo de carência no pagamento ou desconto temporário, valores estes reajustados até a data da devolução efetiva do imóvel, nas mesmas condições do aluguel mensal.

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

**28. OUTRAS INFORMAÇÕES**

Venda de Imóvel - Em 27 de fevereiro de 2014 a Companhia assinou um contrato de promessa de compra e venda dos imóveis de que é proprietária, localizados no Edifício da Bolsa do Rio, na Praça XV de Novembro, nº 20, Centro, Rio de Janeiro, no montante de R\$13.000. Como confirmação e garantia do início da execução do contrato de compra e venda celebrado, das obrigações contratuais e da impossibilidade de arrependimento entre as partes, os promitentes compradores realizaram um pagamento de sinal à Companhia nesta mesma data no montante de R\$1.000. Em 25 de abril de 2014 houve a assinatura de um termo aditivo ao contrato de promessa de compra e venda firmado entre as partes estabelecendo novas condições ao contrato firmado e o pagamento de parte do preço de venda dos imóveis no montante de R\$8.000, realizado nesta data. Em 18 de julho de 2014 ocorreram as assinaturas das escrituras definitivas de compra e venda, quando houve o pagamento do saldo remanescente no valor de R\$4.000 e a transferência de posse dos imóveis. O saldo residual dos imóveis vendidos na data de assinatura das escrituras (18 de julho de 2014) era de R\$4.593.

Fiscalização ANEEL - em prosseguimento ao processo de fiscalização econômico-financeira, "in loco", realizado pela ANEEL em dezembro de 2011, a Taesa recebeu o Termo de Notificação ANEEL nº 033/12-SFF, de 1º de março de 2012, por meio do qual são apresentados os resultados da referida fiscalização. Foram apresentadas sete não conformidades e nove constatações/recomendações apuradas no período de quatro anos (2007 a 2010).

Em 23 de maio de 2014, a Companhia recebeu o Termo de Arquivamento de Notificação nº 015/2014-SFF. A Superintendência de Fiscalização Econômica e Financeira-SFF/ANEEL acatou o pedido de arquivamento do Termo de Notificação ANEEL nº 033/12-SFF, entendendo que a Companhia cumpriu tempestivamente as determinações feitas pela Agência, sem qualquer aplicação de penalidade à Companhia.

**29. TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVEM CAIXA**

Durante o período findo em 30 de junho de 2013, a Companhia realizou algumas atividades que não envolvem caixa, decorrentes da incorporação de subsidiárias integrais conforme detalhado na nota explicativa nº 1, que foram excluídas da demonstração dos fluxos de caixa da controladora, exceto o caixa oriundo dessas incorporações apresentado nas atividades de investimento.

Os ativos e passivos incorporados no período findo em 30 de junho de 2013 estão demonstrados a seguir:

<b>Balanco incorporado</b>	<b>Saldos incorporados</b>
Caixa e equivalentes de caixa	143.278
Títulos e valores mobiliários	27.817
Clientes	49.357
Ativo financeiro	2.391.205
Impostos e contribuições sociais	34.991
Dividendos a receber	21.024
Depósitos judiciais	7.556
Outras contas a receber	8.435
Outros ativos	2.930
Imobilizado	71
Intangível	2.580
<b>Total dos ativos</b>	<b>2.689.244</b>

## Notas Explicativas



**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

<b>Balanco incorporado</b>	<b>Saldos incorporados</b>
Fornecedores	(8.913)
Empréstimos e financiamentos	(269.279)
Taxas regulamentares	(10.267)
Impostos e contribuições sociais	(18.602)
Impostos, contribuições e tributos diferidos	(325.685)
Dividendos a pagar	(72.387)
Provisões para riscos trabalhistas, fiscais e cíveis	(2.075)
Outras contas a pagar	(14.976)
<b>Total dos passivos</b>	<b>(722.184)</b>
<b>Acervo contábil líquido incorporado</b>	<b>1.967.060</b>

### 30. EVENTOS SUBSEQUENTES

#### Transações entre SGT e Cemig GT - contrato de O&M

Objeto do contrato: operação e manutenção.

Natureza e razão para operação: prestação de serviços de operação e manutenção.

Data da transação: 10 de julho de 2014.

Montante envolvido: R\$432 (serviços de operação e manutenção - valor anual).

Saldo existente: R\$0 em 30 de junho de 2014 e em 31 de dezembro de 2013.

Resultado: R\$0 no consolidado e na controladora no período de 1º de janeiro a 30 de junho de 2014 (R\$0 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2013), R\$0 no consolidado e na controladora no período de 1º de abril a 30 de junho de 2014 (R\$0 no consolidado e na controladora no mesmo período em 2013).

Taxa de juros cobrada: juros efetivos de mora de 1% a.m., calculados "pro rata die"; e multa de 2%.

Atualização monetária: atualização anual pelo IPCA.

Vigência/duração: entra em vigor a partir da data de sua assinatura, retroagindo seus efeitos a data de operação comercial, e assim permanecerá por 4 anos, podendo ser prorrogado sucessivamente por novos períodos de 4 anos.

Condições de rescisão ou extinção: a contratante poderá rescindir antecipadamente e unilateralmente o CPSOM, a seu exclusivo critério, por inadimplemento ou incapacidade financeira da contratada; por indisponibilidade das instalações Transmissora por culpa ou dolo da contratada; o CPSOM poderá ser rescindido antecipadamente, sem responsabilidade alguma de qualquer parte por mútuo acordo entre as partes, pela impossibilidade de manter a eficácia do CPSOM em função de determinação legal inclusive em liquidação judicial ou extrajudicial, falência de qualquer parte homologada, declarada ou decretada; descumprimento de qualquer cláusula ou condição do CPSOM por um prazo acertado entre as partes, cassação da concessão referente as instalações da transmissão; por decisão da contratante após transcorridos 18 meses da celebração do CPSOM.

Garantias e seguros relacionados: não houve.

Outras informações relevantes: Esse contrato foi assinado em 10 de julho de 2014, mas retroage seus efeitos a data da operação comercial.

**Notas Explicativas**

**NOTAS EXPLICATIVAS ÀS INFORMAÇÕES CONTÁBEIS INTERMEDIÁRIAS  
DE 30 DE JUNHO DE 2014  
(Valores expressos em milhares de reais, exceto se indicado de outra forma)**

<b>DIRETORIA</b>	
<b>DIRETORES</b>	<b>CARGOS</b>
José Aloise Ragone Filho	Diretor Superintendente Geral
Cristiano Corrêa de Barros	Diretor Superintendente Financeiro e de Relações com Investidores
Marco Antonio Resende Faria	Diretor Superintendente Técnico

<b>CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO</b>	
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
Djalma Bastos de Morais	Flávio de Almeida Araújo
Wilson Pereira dos Santos	João Procópio Campos Loures Vale
Pedro Grossi Junior	Eliana Soares da Cunha Castello Branco
Ricardo Faria Paes	Carlos Alberto de Figueiredo Trindade Neto
Luiz Carlos da Silva Cantidio Junior	Marcelo Hudik Furtado de Albuquerque
Jorge Eduardo Saraiva Bastos	João Luis Martins Collar
Carlos Roberto Cafareli	Carlos Massaru Takahashi
José Maria Rabelo (Independente)	Maurício Luis Luchetti (Independente)
Ernesto Paulo da Silva Nunes (Independente)	Carlos Affonso Seigneur d'Albuquerque (Independente)
João Almeida dos Santos	Luiz Henrique de Castro Carvalho
Jarbas Antonio de Biagi	Jorge Kalache Filho

<b>CONSELHO FISCAL</b>	
<b>TITULARES</b>	<b>SUPLENTES</b>
Jorge Khoury Hedaye	Ronald Gastão Andrade
Alessandra Kozlowski	Evanir Julio de Freitas
Clayton Ferraz de Paiva	Ana Paula Moraes Venancio Amaral
Dio Jaime Machado de Almeida	João Batista Pezzini
Isabel da Silva Ramos	Alberto Jorge Alves Oliveira da Costa

**Wagner Rocha Dias  
Contador CRC RJ-112158/O-3  
CPF nº 778.993.777-49**

## Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Aos Acionistas, Conselheiros e Administradores da

Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. - TAESA

Rio de Janeiro - RJ

### Introdução

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. ("Companhia"), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, contidas no Formulário de Informações Trimestrais ITR, referentes ao trimestre findo em 30 de junho de 2014, que compreendem o balanço patrimonial em 30 de junho de 2014, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente para os períodos de três e seis meses findos naquela data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21(R1) - Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21(R1) e com a norma internacional IAS 34 - "Interim Financial Reporting", emitida pelo "International Accounting Standards Board - IASB", assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

### Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - "Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity", respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros, e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

### Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1), aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

### Conclusão sobre as informações contábeis intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais anteriormente referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21(R1) e a IAS 34, aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela CVM.

### Outros assuntos

#### Demonstrações do valor adicionado

Revisamos, também, as demonstrações do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao período de seis meses findo em 30 de junho de 2014, preparadas sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação nas informações contábeis intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas normas internacionais de relatório financeiro ("International Financial Reporting Standards - IFRS"), que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de forma consistente com as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas, tomadas em conjunto.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2014

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU

Auditores Independentes

CRC 2SP 011.609/O-8 "F" RJ

José Carlos Monteiro

Contador

CRC 1SP 100.597/O-2

## **Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente**

Os membros do Conselho Fiscal da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A., infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, reunidos nesta data, na sede social da Companhia, na Praça XV de Novembro, 20, salas 601 e 602, na cidade do Rio de Janeiro - RJ, examinaram o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações de resultado, das mutações do patrimônio líquido e do fluxo de caixa que o acompanham, as notas explicativas e o Relatório da Administração, o qual inclui uma Demonstração do Valor Adicionado, referentes ao 2º trimestre de 2014, findo em 30 de junho de 2014. Após verificarem os documentos acima mencionados, e, considerando, também, o disposto no relatório de revisão das informações trimestrais dos auditores independentes da Companhia (Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes), bem como os esclarecimentos prestados pelos representantes da Administração da Companhia e pelos seus auditores independentes, os membros do Conselho Fiscal opinam, por unanimidade, que referidos documentos refletem a situação econômico-financeira da Empresa, em todos os seus aspectos relevantes, estando de acordo com as práticas contábeis previstas na legislação societária.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2014

Alessandra Kozlowski

Clayton Ferraz de Paiva

Dio Jaime Machado de Almeida

Isabel da Silva Ramos

Jorge Khoury Hedaye

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras**

Os membros da Diretoria da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a "Companhia"), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as informações trimestrais da Companhia referentes ao 2º trimestre de 2014, findo em 30 de junho de 2014, e respectivos documentos complementares.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2014.

José Aloise Ragone Filho

Diretor Superintendente Geral

Marco Antonio Resende Faria

Diretor Superintendente Técnico

Cristiano Correa de Barros

Diretor Superintendente Financeiro e de Relações com Investidores

## **Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório dos Auditores Independentes**

Os membros da Diretoria da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (a "Companhia"), infra-assinados, no desempenho de suas funções legais e estatutárias, declaram que reviram, discutiram e concordam com as opiniões dos auditores independentes da Companhia expressas no relatório de revisão das informações trimestrais referentes ao 2º trimestre de 2014, findo em 30 de junho de 2014, e respectivos documentos complementares.

Rio de Janeiro, 11 de agosto de 2014.

José Aloise Ragone Filho

Diretor Superintendente Geral

Marco Antonio Resende Faria

Diretor Superintendente Técnico

Cristiano Correa de Barros

Diretor Superintendente Financeiro e de Relações com Investidores